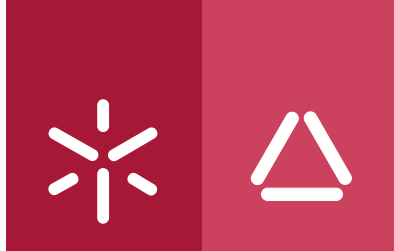


Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Nuno Miguel Leheman Alves Pinto

O tratamento de militares no hospital de  
São Marcos de Braga  
(primeira metade do século XIX)



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Nuno Miguel Leheman Alves Pinto

**O tratamento de militares no hospital de  
São Marcos de Braga  
(primeira metade do século XIX)**

Dissertação de Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**

Outubro de 2011

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Nuno Miguel Leheman Alves Pinto

**Endereço Electrónico:** alvespinto@vodafone.pt

**N.º do Bilhete de Identidade:** 13190170

**Título da Tese de Mestrado:** O tratamento de militares no hospital de São Marcos de Braga  
(primeira metade do século XIX)

**Orientadora:** Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

**Ano de Conclusão:** 2011

**Ramo de Conhecimento do Mestrado:** História

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE  
QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho,    /    /

Assinatura: \_\_\_\_\_



## **Agradecimentos**

A elaboração deste trabalho só foi possível com a disponibilidade da Sra. Doutora Maria de Marta Lobo Araújo, que me orientou nesta dissertação, prestando-me todo o auxílio tanto pessoal, como de fontes e bibliografia. Ajudou-me através de sua mão a explorar o mundo das Misericórdias e seus hospitais.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em tudo e sem eles não teria condições para executar este trabalho. Bem como, à minha avó, Adelaide, que nunca deixou de acreditar em mim.

Na recolha de dados, agradeço profundamente aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga: Sr. Júlio, Sr. Morais, Sr. Filipe e Sr. Luís, profissionais de elevada competência, de quem recorro a amável assistência e a simpatia com que sempre me receberam, e me trataram.

Relativamente à formatação, tarefa meticulosa e exigente, agradeço à minha grande amiga Elisabete Martins, pela atenção prestada e seus preciosos conhecimentos de informática.

Por fim, agradeço à minha namorada, Ana Sofia Torquato de Matos, pela aturada diligência com que me apoiou e me auxiliou no processamento de dados e na execução do presente trabalho. A António Dias, e ao Bruno Guedes, meus fiéis amigos, agradeço o apoio e a sua companhia nos meus longos serões de trabalho.



## **Resumo**

O presente trabalho visa analisar o tratamento de militares no hospital de São Marcos, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Braga, ao longo da primeira metade do século XIX. Procura também relacionar a conjectura político-económica com o volume de militares internados, assim como as dívidas contraídas pelo dito tratamento, já que este serviço era pago à Santa Casa da Misericórdia de Braga.

A presença de militares no hospital de São Marcos remonta às Guerras da Restauração. Desde este evento bélico, a sua presença foi mais ao menos flutuante, até que, na primeira metade do século XIX se tornou bastante assídua, nomeadamente, devido ao facto da eclosão da guerra peninsular e dos episódios de instabilidade política, motivados pelo surgimento do liberalismo, nomeadamente durante as Lutas Liberais.

A presença militar em Braga tornou-se então bastante comum ao longo da primeira metade do século XIX. Destacam-se os conflitos da guerra peninsular, as Lutas Liberais, e a revolta da Maria da Fonte. Nestes casos, o hospital de São Marcos conheceu vagas de militares que procuraram os seus serviços de saúde, reduzindo-se o serviço prestado a civis. No caso das Lutas Liberais, atendendo à grande vaga de militares, foi necessário criar um “hospital de sangue” no convento do Pópulo. O hospital de São Marcos encontrou-se nestas situações, completamente sobrelotado e à mercê dos militares.

Este trabalho analisa também as dificuldades da Santa Casa em cobrar as dívidas contraídas pelos internamentos dos militares junto do Estado. Como não pagava adequadamente, o Estado obrigava a Santa Casa a desdobrar-se em estratégias para conseguir que o dinheiro lhe chegasse, embora este demorasse muito tempo e penalizasse duramente o hospital e a confraria.





## **Abstract**

This work aims to analyze the treatment of military personnel in Saint Marcus, property of the Holy House of Mercy of Braga, throughout the first half of the 19<sup>th</sup> century. It relates also the political-economical conjecture with the volume of incoming military to the hospital, since they had to pay this kind of service to the Holy House.

The presence of military personnel in the Saint Marcus hospital dates back to the Restoration War. Since this war event, their presence had been more or less fluctuant, until the first half of the 19<sup>th</sup> century it became quite regular, mainly due to the outbreak of the Napoleonic Wars, the War of the Two Brothers, and the revolt of *Maria da Fonte*. In these war events, the Saint Marcus hospital knew a mass of military seeking its health services, thus reducing the service given to civilians. In the case of the War of the Two Brothers, due to the masses of military, it was necessary to create a hospital only for injured military, in the convent of Pópulo. The Saint Marcus hospital, due to these situations, was completely overloaded and overrun by military.

This work also deals in the analysis of the problems related with the debts of the State with the Holy House of Mercy of Braga, due to the presence of military in the hospital. Since the State haven't paid in time, the Holy House started a demand to search new strategies in order to get the funds, unfortunately, this delay lasted long and threw the hospital and the brotherhood in to a delicate economical situation.



## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice .....</b>	<b>ix</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>xii</b>
<b>Lista de Gráficos .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>Abreviaturas .....</b>	<b>xv</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
 <b>Capítulo I .....</b>	 <b>5</b>
1. O hospital de São Marcos .....	5
1.1 Um olhar sobre o hospital na primeira metade de oitocentos.....	5
1.2 Os outros hospitais oitocentistas bracarenses: retalhos de uma existência efémera e situacionista .....	18
1.2.1 O “hospital de sangue” do Pópulo .....	19
1.2.2 O “Hospital Militar de São Marcos” .....	20
1.2.3 Outros hospitais militares de Braga.....	21
1.3 Os que curavam e os que ajudavam a curar: os que geriam e os que ajudavam a gerir o hospital de São Marcos.....	22
1.3.1 Servos, ajudantes, enfermeiros e hospitaleiros .....	24
1.3.2 Cirurgiões, médicos e boticário .....	27
1.3.3 Provedores, procuradores, tesoureiros e directores .....	30
1.4 Os equipamentos do hospital.....	34

<b>Capítulo II .....</b>	<b>39</b>
2. Entre a guerra e a doença.....	39
2.1 O internamento dos militares: do campo de batalha até à saída do hospital.....	39
2.2 A rede viária oitocentista: os seus impactos na assistência aos militares.....	44
2.3 O abastecimento de víveres ao hospital e as rações dos soldados internados: um jogo de equilíbrios logísticos em tempos de guerra e crise .....	45
2.4 As entradas de militares no hospital de São Marcos: uma sequência de causalidades e fatalidades ligadas à guerra.....	49
2.4.1 A Guerra Peninsular (1807 - 1814) .....	49
2.4.2 Do pós Guerra Peninsular até ao advento do primeiro liberalismo (1814 - 1822) .....	51
2.4.3 Do primeiro liberalismo à aurora das Lutas Liberais (1822 - 1831).....	52
2.4.4 As Lutas Liberais (1832 - 1834).....	58
2.4.5 O segundo liberalismo (1835 – 1850) .....	65
2.5 Entradas de militares no hospital de São Marcos: o azar, as vicissitudes da vida e as fraquezas do corpo .....	72
2.6 Os hospitais militares em Braga e a assistência aos militares .....	75
2.7 Outras formas de assistência aos homens da guerra: os soldados pobres, serviços de oficiais, casamentos, partos e baptizados.....	77
<b>Capítulo III .....</b>	<b>81</b>
3. O quotidiano hospitalar .....	81
3.1 Os distúrbios provocados pelos militares no hospital de São Marcos.....	81
3.2 As “Baixas Fraudulentas” e as violências praticadas no interior do hospital .....	89
3.3 Os cirurgiões militares revoltados.....	94

3.4 As coisas <i>à última da hora</i> .....	96
3.5 Os prisioneiros .....	98
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>99</b>
4. O pagamento de serviços ao hospital de São Marcos.....	99
4.1 Os mecanismos de execução de dívida e as finanças militares uma resenha geral .....	99
4.2 Os procedimentos e os pagamentos .....	101
4.2.1 Do pós Guerra Peninsular até ao advento do primeiro liberalismo (1814 - 1822) .....	103
4.2.2 Do primeiro liberalismo à aurora das Lutas Liberais (1822 - 1831).....	107
4.2.3 Das Lutas Liberais (1832 - 1834) .....	113
4.2.4 Pós Lutas Liberais e segundo liberalismo (1835 - 1850) .....	117
<b>Conclusão .....</b>	<b>121</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>125</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>131</b>
Fontes Manuscritas.....	131
Fontes Impressas .....	132
Bibliografia .....	132

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Uniforme de físico-mor, ano de 1806 .....	127
Figura 2 - Uniforme de facultativo militar, ano de 1837 .....	129

## **Lista de Gráficos**

### **Capítulo II**

Gráfico I - Entrada de militares nos hospitais de São Marcos e Pópulo (Novembro e Dezembro de 1832) .....	63
Gráfico II - Militares graduados internados nos hospitais de São Marcos e Pópulo (Setembro de 1832 - Janeiro de 1834) .....	64

## **Lista de Tabelas**

### **Capítulo IV**

Tabela I - Pagamentos dos tratamentos feitos aos enfermos militares pelo hospital de São Marcos (1814 - 1815) .....	105
Tabela II – Pagamentos dos tratamentos feitos aos enfermos militares pelos hospitais de São Marcos e Pópulo (1832 – 1834).....	116



## **Abreviaturas**

Arquivo Distrital de Braga – ADB

Arquivo Histórico Militar – AHM



## Introdução

O presente trabalho advém da minha grande curiosidade pela *Era Napoleónica*,<sup>1</sup> período da História, que me fascina desde pequeno. Dentro deste período, sempre me fascinou a História Militar. O colorido das fardas, o formato das barretinas e os exércitos de então, possuíam um charme muito próprio que não deixam indiferente a minha curiosidade. A bibliografia sobre a História Militar deste período é vasta, contudo, sobre como se auxiliavam os militares enfermos de então, sempre me causou perplexidade, pois a bibliografia sobre a temática não abunda. A proximidade à temática surgiu através da leitura de alguns textos que me auxiliaram a compreender o tratamento aos feridos de guerra.

O tratamento de militares realizou-se desde o século XVI nos hospitais das Santas Casas da Misericórdia, devido ao facto de não existirem hospitais militares. Posteriormente, e já no contexto da guerra da Restauração, surgiram os hospitais reais, vocacionados para assistirem militares enfermos, embora o seu número, fosse muito reduzido. Estavam quase todos situados nas zonas de fronteira e em praças-fortes. Face a isto, e frente à ausência de hospitais para militares, o poder Régio teve de se socorrer das Santas Casas para curar militares nos seus hospitais. Celebraram-se, então, contratos, entre a Coroa e as Misericórdias, que estabeleciam os direitos e os deveres de cada uma das partes.

A presença de militares nos hospitais trouxe necessariamente alterações ao quotidiano. Não apenas por se tratar de uma força estranha, mas também pela hierarquia existente entre os que compunham o corpo do Exército. Além disto, muitas vezes as Santas Casas foram confrontadas com a indisciplina dos militares, levando a distúrbios e até mesmo agressões. Esta presença era mais sentida em altura de conflitos bélicos.

Com o internamento de militares não apenas se conhecem obras de remodelação dos espaços, como também se alterou o perfil dos internados. As Santas Casas foram obrigadas a reverem toda a sua forma de tratar doentes, para se adaptarem a estes doentes muito específicos.

Estes doentes tinham ainda a particularidade de pagarem os serviços que lhe eram prestados, contrariamente aos pobres que recebiam assistência gratuita.

---

<sup>1</sup> Comumente, o início do século XIX.

Com as invasões francesas, a Misericórdia de Braga, a pedido da Coroa, disponibilizou espaços para receber militares, conhecendo um número grande de tropas nas suas enfermarias. Mais tarde, durante a Guerra Civil e nos anos que se lhe seguiram, voltou a internar um grande volume de homens do Exército, facto que marcou a vida hospitalar e conferiu singularidade. E assim sucessivamente durante a instabilidade do segundo liberalismo, passando pela revolta da Maria da Fonte, findando este ciclo com o término da guerra da Patuleia.

O nosso trabalho visa analisar os pacientes militares do Hospital de São Marcos durante a primeira metade do século XIX, e nele pretendemos estudar, quer o movimento dos que foram internados, os tratamentos que receberam, os dias de internamento e a forma como o hospital reagiu aos “novos” utentes. Para tal, foi necessário compreender a assistência prestada pelo hospital de São Marcos aos militares; analisar os registos produzidos sobre os pacientes militares; as fontes de receita e de despesa produzidas pela entrada de pacientes militares hospital; conhecer os clínicos, assim como funcionários; avaliar a sua acção junto dos doentes; conhecer as doenças de que padeciam os enfermos militares e estudar as alterações introduzidas no hospital com a presença dos homens da guerra.

As fontes usadas encontram-se no espólio presente no Arquivo Distrital de Braga, integradas no Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga. O espólio, além de muito vasto, possui séries completas para algumas matérias, nomeadamente no campo dos legados, tratamentos, receitas, despesas, dinheiro a juro, etc. No que respeita aos doentes apenas conserva alguns livros para finais do século XVII e para o século XVIII.

Recorremos também a fontes existentes no Arquivo Histórico Militar, sediado em Lisboa.

A metodologia empregue na execução deste trabalho visou levantamentos de dados junto das fontes consideradas pertinentes. Realizou-se ainda pesquisa bibliográfica nas bibliotecas locais, nas bibliotecas da Universidade do Minho e na Biblioteca Pública de Braga.

Foram utilizados na realização deste trabalho meios informáticos, para que, através de ficheiros devidamente construídos e adaptados, fosse possível trabalhar as massas documentais em tempo útil. A recolha documental foi feita directamente em computador portátil. Recorreu-se ainda, e sempre que possível, à digitalização da informação. Desta forma, foi permitido trabalhar, também fora do arquivo, facto que nos possibilitou rentabilizar o nosso tempo. Elaboramos a nossa dissertação de seguinte forma:

No capítulo I, procura-se analisar as décadas iniciais do século XIX e as obras que decorriam no hospital. Procuramos estudar até que ponto as condicionantes financeiras as influenciavam, assim como, a real capacidade e dimensões do hospital e serviços. Foi ainda nossa preocupação conhecer os diferentes hospitais que operaram em Braga, ainda que efémeros, e prestavam assistência aos militares. É de destacar o “hospital de sangue” do Pópulo, visto ser pertença da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Analisou-se ainda, os assalariados, clínicos e dirigentes do hospital de São Marcos. Procurou-se saber quais eram as suas funções, e o trabalho exercido por eles junto dos militares. Por fim, tentou-se analisar sucintamente os equipamentos e utensílios usados no quotidiano hospitalar de São Marcos.

No capítulo II, procura-se estudar o internamento de um militar, desde que sentiu necessidade de ser socorrido, passando pela sua estadia no hospital, até à sua saída. Como condicionante de deslocação, faz-se uma breve análise ao estado da rede viária portuguesa, assim como às beneficiações ocorridas na zona de Braga. De análise aprofundada é a questão do abastecimento do hospital, na medida em que os militares, por disposições superiores, tinham uma dieta diferente dos doentes civis. Esta visava a sua rápida recuperação, levando naturalmente a Santa Casa a mudar a sua estratégia de abastecimento do hospital, de modo a cumprir este requisito. Para compreender as razões que levaram os homens da guerra a procurarem o hospital, fez-se uma pesquisa exaustiva, mediante o cruzamento de dados e fontes. Neste percurso encontramos dois tipos de enfermidades: as decorrentes de situações de conflito e as surgidas de situações quotidianas. Como os militares não usavam apenas os serviços do hospital, possuíam, ainda que efémeros, os seus próprios hospitais. Assim, procurou-se fazer uma análise sucinta dos seus serviços prestados, comparando-os com o hospital de São Marcos. Por fim, ainda inserido no cariz assistencial das Santas Casas, fizemos uma breve análise de outros serviços assistenciais prestados aos militares e aos seus familiares.

O capítulo III visa compreender até que ponto a sociedade castrense e a sua presença dentro de paredes do hospital alterou o quotidiano. Analisou-se, então, os excessos e abusos de pacientes militares, os militares que usavam os internamentos como escusa para se esquivarem ao serviço militar, as violências de guerra contra a instituição e os seus assalariados, as necessidades urgentes que atravessava o hospital sempre que entravam militares em massa, assim como a situação desconfortável dos prisioneiros de guerra, fazendo com que a enfermaria fosse convertida numa autêntica prisão militar.

No capítulo IV analisam-se as relações financeiras entre a Santa Casa e o Estado. Para se conseguir aferir tais relações, analisam-se os mecanismos de execução de dívida do Estado, os seus procedimentos e pagamentos, bem como as estratégias desenvolvidas pela confraria para conseguir receber esse dinheiro.

# Capítulo I

## 1. O hospital de São Marcos

### 1.1 Um olhar sobre o hospital na primeira metade de oitocentos

A história do hospital de São Marcos remonta a um projecto do cônego Diogo Gonçalves, que visava precisamente, instalar um hospital em Braga. A ideia deste cônego foi bem acolhida pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que rapidamente deu a sua bênção ao projecto, no ano de 1508. Contudo, as instalações do primitivo hospital de São Marcos, eram bastante acanhadas, por terem sido projectadas com ideias a curto prazo. D. Diogo decidiu então, aumentar a envergadura do espaço e das respectivas funcionalidades. As autoridades locais, assim como a confraria do Corpo de Deus, deram-lhe apoio para a sua obra.

O hospital foi formalmente criado com a “carta de instituição e ordenação”, redigida por D. Diogo de Sousa.<sup>2</sup> A sua gestão estava ao cargo da câmara municipal de Braga, e não aparenta ter sido muito bem gerido pela autarquia. Para colmatar esta falha, o arcebispo D. frei Bartolomeu dos Mártires, em 1559 entregou-o à gestão da Santa Casa da Misericórdia de Braga, a título perpétuo.<sup>3</sup> Tratava-se de uma confraria assistencial relativamente nova no panorama quinhentista. A sua génese assistencial, tem por matriz o “Compromisso da Santa Casa de Lisboa”, que foi a primeira no país. Os irmãos da Santa Casa tinham então por missão cumprir as “14 obras de misericórdia que abrangiam todos os tipos de ajuda a dar ao próximo em situações de carência.”<sup>4</sup> Assim sendo, aquele que se tornasse irmão da Santa Casa teria que: “Ensinar, aconselhar, corrigir, confortar, perdoar as ofensas, ser tolerante, orar pelos vivos e falecidos”, em suma, teria de ser, além de um exemplo de cristandade, um bom exemplo para a

---

<sup>2</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV, Braga, Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008, p. 37.

<sup>3</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 50 – 51.

<sup>4</sup> Citam-se entre outros Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500 – 1800*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997; Abreu, Laurinda, “O século das Misericórdias”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, 20 (1 - 2), 2003, pp. 467 – 484; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI – XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI – XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, dis. de doutoramento policopiada.

sociedade.<sup>5</sup> A Santa Casa teria de assistir quer corporalmente, quer espiritualmente os carentes de assistência.<sup>6</sup> Perante tais valores morais defendidos, achava assim o arcebispo D. frei Bartolomeu dos Mártires, que o hospital seria melhor gerido pelos irmãos da Santa Casa.<sup>7</sup> Começava, pois a acção da Santa Casa da Misericórdia de Braga, como detentora de um estabelecimento de saúde. O hospital manteve-se sob a gestão da Santa Casa até Dezembro de 1974, altura em que os hospitais centrais e distritais passaram para a administração do Estado.<sup>8</sup>

Na aurora de oitocentos, o hospital deparava-se com uma grave falta de fundos que afectava as obras que estavam a decorrer (ou que estavam planeadas), assim como o seu quotidiano. Contudo, tal situação não era apenas vivida pelo hospital de São Marcos, podemos encontrar o caso do hospital Real de São João de Deus em Miranda do Douro, que pela mesma altura para combater as privações financeiras, levou a edilidade a realizar uma série de medidas, como por exemplo, derramas e posturas, com vista sustentá-lo.<sup>9</sup> Desta forma, a execução de muitas obras no hospital de São Marcos processou-se de forma lenta ou estiveram paradas até à injeção de capitais. Descreve-se a “casa do hospital”, como estando em avançado estado de “decadência”, em 1802. A ruína atingiu níveis lancinantes com a Guerra Peninsular, em que muitos irmãos estavam na guerra. O estado político era calamitoso e a administração francesa não ajudava em nada.<sup>10</sup>

Uma das soluções encontradas foi recorrer ao arrendamento de casas que a Misericórdia de Braga tinha na cidade, com vista a injectar o rendimento das rendas nas obras em curso.<sup>11</sup>

---

<sup>5</sup> Gameiro, Aires “Assistência integral nos hospitais militares à luz dos compromissos, constituições, alvarás régios e regulamentos”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, p. 411.

<sup>6</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500 – 1800*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997; Abreu, Laurinda, “O século das Misericórdias”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, 20 (1 - 2), 2003, pp. 467 - 484.

<sup>7</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 50 – 51.

<sup>8</sup> Leia-se a propósito Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias de D. José ao final do século XX”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 106.

<sup>9</sup> Mourinho, António Rodrigues, “Hospital Real de São João de Deus de Miranda do Douro”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., pp. 306 – 308.

<sup>10</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 70 – 71.

<sup>11</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 187 v. – 188.



Houve ainda um despedimento dos “Procuradores do hospital”, visto que estes não se empenhavam nas auditorias às cobranças e tratamentos médicos, realizados. Em parte, isto pode explicar a crise financeira instalada no hospital em princípios do século XIX.<sup>12</sup> Mas há também que pensar no peso do sector hospitalar e na diminuição da chegada de legados.

Por sua vez, visto que os salários dos funcionários eram tão baixos, era recorrente deitar mão aos recursos do hospital para suprir as suas necessidades. Assim, como forma de evitar a sangria de bens do hospital, decidiu-se aumentar os salários. Foram também concedidas melhores refeições aos assalariados, para evitar que estes passassem fome e desviassem comida do hospital.<sup>13</sup> O furto de bens pertencentes à casa fazia com que o hospital tivesse contas exacerbadas em bens de consumo e objectos de uso quotidiano por a sua saída não ser controlada.

Contudo, a Mesa da Santa Casa não desistiu e lamentou a falta de capitais, recorrendo então a instâncias superiores. Em 1802, requereu junto do príncipe regente a anexação da igreja de Mõsul ao hospital. Esta igreja era do padroado real, portanto, as rendas aí colectadas iam directamente para a Coroa. Ora sendo as Santas Casas da Misericórdia confrarias debaixo da protecção régia, os confrades entendiam ser um pedido plausível. Na carta enviada pedia-se ainda, se possível, que o hospital fosse isento do pagamento da sisa. O príncipe regente aceitou o pedido, o que se compreende, tendo em vista o funcionamento regular do hospital, num período, em que a ameaça da guerra era cada vez maior.<sup>14</sup>

Outro meio de injeção de capitais no “saco”<sup>15</sup> do hospital eram as esmolas de particulares.<sup>16</sup> Havia que garantir que tal continuasse a acontecer, e por isso, a Mesa propôs ao príncipe regente, em requerimento que lhe foi enviado, que a “lei” fosse mais flexível com os legados oferecidos ao hospital. Quanto mais flexível fosse a lei, mais verbas poderiam entrar no

---

<sup>12</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoloções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 61 – 62.

<sup>13</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoloções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 156 – 157 v.

<sup>14</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoloções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 139 v. – 140, 144 – 144 v.

<sup>15</sup> O “Saco” está para o hospital assim como a “Arca” está para a Santa Casa. Entenda-se por “Saco” o local onde estava depositado o capital do hospital de São Marcos.

<sup>16</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 97.

hospital, visto que o Estado cobrava imposto sobre estes legados.<sup>17</sup> Em contrapartida a Santa Casa mandaria fazer retratos dos beneméritos que expunha no hospital, como forma de perpetuar para sempre a sua generosidade,<sup>18</sup> o que era de grande prestígio social.

Apesar dos esforços para manter as finanças em ordem, a 30 de Janeiro de 1807, existia uma forte crise financeira no hospital, inviabilizando as obras em curso. A Santa Casa recorreu então a um empréstimo de “50 moedas de 4800 reis”, para que estas prosseguissem. O pormenor das “50 moedas” é curioso, na medida em que neste período, sempre que fosse possível evitava-se o uso das chamadas “Apólices” (a primeira forma de papel-moeda em Portugal) visto que, sendo estas emitidas pelo “Erário Público”, demoravam imenso a serem pagas.

Em finais do século XVIII, a dívida pública portuguesa atingia níveis assombrosos. Autorizou-se então, que o governo emitisse “com a garantia do Estado” as apólices ou “vales reais”. Pensava-se inicialmente, que iriam ser de grande sucesso e que as pessoas os iriam usar como forma de pagamento. A ideia em si, era atractiva, visto que quem o tinha, com o tempo, fazia-se render o juro, ficando o detentor com ainda mais dinheiro. Contudo, a dívida pública foi aumentando ainda mais, acabando as apólices por ser um empecilho para quem as tinha, mesmo assim “passaram a ser papel-moeda de curso forçoso antes da contenda com a França Napoleónica.”<sup>19</sup>

Numa época de carestia de capitais, os metais preciosos tinham uma procura superior, pois significam dinheiro em mão.<sup>20</sup> Ainda em torno das apólices, há queixas ulteriores quanto ao rendimento do seu juro, o juro real, que demorava a ser pago, e isto comprometia o funcionamento do hospital. A 6 de Março de 1808 foi realizado um pedido à Corte, para que

---

<sup>17</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 159 – 159 v.; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 200.

<sup>18</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 159 – 159 v.

<sup>19</sup> Roiz, Joaquín del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Vol., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, p. 175.

<sup>20</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 101 v.

fosse expedita no pagamento do juro real.<sup>21</sup> O hospital acabava por viver, assim, do crédito, situação que não lhe era muito grata.

Ainda mais ao menos similar a um empréstimo, a Santa Casa, por vezes, fazia com que a sua “arca” socorresse o “saco” do hospital. Contudo, a 16 de Junho de 1807, deliberou-se na Mesa que as despesas das obras do hospital fossem responsabilidade exclusiva do “saco”. Talvez a Santa Casa temesse que as referidas obras fossem demasiado dispendiosas e a falta de financiamento no “saco” arrastasse também para a crise a Santa Casa, que provavelmente não viveria os seus melhores dias.<sup>22</sup>

Foi de pouca dura tal imposição, a 6 de Dezembro de 1806, apenas restava no “saco” apólices. Contudo, só se recorreria à arca apenas para se obter fundos para o curativo de doentes.<sup>23</sup> Em 1832, voltara-se à velha fórmula da dependência do saco face à arca, desta vez devido ao facto de o Exército não pagar a tempo o curativo dos militares, e a arca sustentaria o saco dos dois hospitais, visto que neste período já estava em funcionamento o “hospital de sangue” do Pópulo, ao cargo da Santa Casa da Misericórdia de Braga.<sup>24</sup> Independentemente dos atavismos que possuíam os “juros reais”, era sempre compensatório possuí-los. A fórmula, era simples, quanto mais tempo se os detinha, mais capital rendiam. Isto acabava por ser benéfico. Contudo, como a constante falta de capital, impedia este mecanismo de operar e o hospital de colher os seus benefícios.<sup>25</sup>

O curativo de militares foi uma constante ao longo de toda a primeira metade do século XIX, devido aos conflitos armados que deflagraram no Portugal oitocentista, como, por exemplo, a Guerra Peninsular, as Lutas Liberais e a Patuleia. O curativo dos militares envolvia um pagamento *per capita* por parte do Estado. Eram realizadas listagens como forma de dar baixa da entrada e saída de militares para posteriormente se fazer a contabilidade e expedir para a entidade para que esta pagasse o seu tratamento. O pagamento por parte do Estado era sempre bastante demorado e isto afectava severamente as contas do hospital e, consequentemente, o seu funcionamento e obras em curso. Em 1807, chegou-se mesmo a enviar uma missiva a

---

<sup>21</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 60 v. – 61.

<sup>22</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 35 – 35 v.

<sup>23</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 55 v.

<sup>24</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 300.

<sup>25</sup> Leia-se a propósito Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 191 - 192.

Junot, para que enviasse ajuda, pedido que foi rejeitado pelo governo francês em Lisboa.<sup>26</sup> Já durante as Lutas Liberais, D. Miguel foi bastante, tendo enviado fundos extra para a manutenção dos hospitais de São Marcos e do Pópulo.<sup>27</sup>

Outra via de sustentação do hospital foi recorrer aos rendimentos do celeiro que, em Abril de 1807 chegaram aos 400.000 réis. Foram ainda oferecidas 30 rasas<sup>28</sup> de pão, as quais foram dadas aos operários das obras, para sua alimentação.<sup>29</sup>

O alvará régio de 18 de Outubro de 1806,<sup>30</sup> inspirado em conceitos racionais de gestão, e pragmatismo, viria a estipular a existência de um regulamento económico para o hospital, cujo objectivo era precisamente o de aprimorar a gestão das suas finanças. A Junta<sup>31</sup> tomou conhecimento da nova legislação a 19 de Novembro de 1807.<sup>32</sup> Neste alvará, estipulava-se que os hospitais civis não podiam negar assistência aos militares.<sup>33</sup>

Em Maio de 1807, perdeu-se o “Livro de Contas” do hospital. A Mesa da Santa Casa entrou em desespero, pois a sua perda poderia significar um descalabro nas finanças hospitalares, coisa que não se poderia arriscar em tal período de crise. O servo responsável pelo livro foi intimado a recuperar, sem demora, o livro em questão, sob pena de ser despedido. Para bem do hospital, e quiçá do assalariado, o livro reapareceu uns dias depois.<sup>34</sup>

A 14 de Dezembro de 1807, foi realizada uma consulta ao livro de contas do hospital com o objectivo de averiguar as contas elaboradas pelo tesoureiro do ano anterior. Munia-se a Santa Casa dos chamados “Revedores”, escolhidos pela Mesa. Verificou-se efectivamente a existência de irregularidades, praticadas pelo antigo tesoureiro, Luís Manuel Henriques. A Santa Casa não o quis colocar na barra da justiça e preferiu recorrer ao seu foro privado, exigindo a Henriques que pagasse do seu bolso todos os prejuízos causados.<sup>35</sup> Pode haver justificação para

---

<sup>26</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 62 – 63.

<sup>27</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fl. 83.

<sup>28</sup> Cerca de 25 litros.

<sup>29</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 28 – 28 v.

<sup>30</sup> “Alvará de 18 de Outubro de 1806”, in Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Vol. V, Lisboa, Tipografia Maygrense, 1826 - 1830, pp. 414 – 418.

<sup>31</sup> A “Mesa” representa a administração da Santa Casa. Apenas se reúnem nela os irmãos eleitos para administrarem a Misericórdia durante um ano. A “Junta” integrava irmãos experientes e conhecedores da instituição. Aconselhavam a “Mesa” na tomada de resoluções.

<sup>32</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 19 v. – 22; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 97

<sup>33</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 532.

<sup>34</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 33 - 34.

<sup>35</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 59.

tal atitude da Santa Casa, talvez fosse do seu interesse que não houvesse indícios para o exterior do desgoverno, coisa que poderia afectar a opinião pública e a credibilidade da instituição. Ou talvez os processos judiciais junto das autoridades fossem demasiado demorados e como forma de acelerar o processo e evitar despesas extra, optou-se por uma resolução mais pacífica. Há registo de haver uma “restituição duvidosa” de 9.400 réis, provavelmente da parte de Henriques, como forma de saldar as dívidas da sua má gestão. Parece que tal “restituição” contentou a Santa Casa, pelo que não mais se falou no assunto.<sup>36</sup>

Outro aspecto que convém mencionar, é a existência de grande número de doentes civis a curarem-se de sífilis no hospital.<sup>37</sup> Estes doentes, sendo em grande número na alvorada do século XIX, provocavam uma razia nas contas do hospital, e automaticamente hipotecavam as suas obras. A Mesa deliberou, então, numa tentativa de apressar a cura destes doentes, e consequentemente baixar os custos *per capita* de cada cura, que o provedor, juntamente com o tesoureiro, diligenciassem junto dos cirurgiões para serem expeditos nas suas funções. Os tratamentos de sífilíticos eram casos demorados, envolviam “remédios” específicos e cirurgias próprias. Para tal foi afixado um edital no hospital para ser pública a vontade da Santa Casa sobre a questão dos sífilíticos. Outra maneira de evitar a entrada, ou melhor dizendo, o reinternamento de tais doentes foi a contratação de “Padres Espirituais” para prestarem aconselhamento aos doentes, visto que, esta doença era considerada fruto dos seus “modos de vida licenciosos”.<sup>38</sup> Era um estigma social relacionado com uma sexualidade relaxada e ausência total de conceitos de protecção sexual. De acordo com os padrões morais da Santa Casa, muito provavelmente os irmãos viam estes doentes um autêntico empecilho para o hospital, já que estavam doentes por sua inteira responsabilidade.<sup>39</sup>

A abertura de um “hospital de sangue” no Pópulo, suplementário ao de São Marcos, no decorrer das Lutas Liberais, provocou um grande aumento das despesas, pelo que a Mesa teve que pedir certas benesses e isenções ao Estado, de modo a sustentar dois hospitais.<sup>40</sup> Ainda na

---

<sup>36</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 60 v.

<sup>37</sup> Sobre a sífilis, leia-se Pita, João Rui e Pereira, Ana Leonor, “Doenças venéreas: Do século XIX ao século XX medicamentos de Ribeiro Sanches a Fleming”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., pp. 359 – 370; Abrizabalaga, Jon, “Enfermidad y rearme “moral” en la Europa de finales del siglo XV: las percepciones del “mal francés” en Ferrara”, in *Acta historica et archeologica medievale*, 16 - 17, 1995 - 1996, pp. 125 - 142.

<sup>38</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 50.

<sup>39</sup> Confira-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 475 – 499.

<sup>40</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 295 – 295 v.

esteira desta questão, os provedores da casa e do hospital estavam autorizados a munirem-se de todos os meios que dispunham para obter da Coroa uma ajuda para fazer face às despesas avultadas.<sup>41</sup>

As obras do hospital eram fiscalizadas para não haver extravio de material, de modo a verificar-se o cumprimento dos planos traçados. Essas funções eram corporizadas na figura do “Inspector das Obras do hospital”, que em 1807 era Luís Manuel Henriques, também tesoureiro.<sup>42</sup> Mesmo assim, havia possibilidade de haver extravio de materiais, e até mesmo ferramentas, já que foi dito ao “Inspector das Obras do hospital”, que não haveria qualquer tolerância relativamente à fuga de materiais e ferramentas das obras. Se as houvesse, os autores desses actos pagariam do seu próprio bolso.<sup>43</sup>

Em Abril de 1814, houve obras de restauro e pinturas no hospital.<sup>44</sup> O asseio era uma vertente importante de um espaço como o hospital, assim como a sua manutenção. Sem obras de manutenção, o hospital poderia ser vítima de derrocadas e desabamentos, o que poderia causar uma má imagem da instituição. O telhado encontrava-se danificado em 1830, facultando a penetração de águas pluviais no interior do edifício, pelo que para se prover a obra de reparação foi realizado um concurso aberto aos pedreiros.<sup>45</sup> Em consequência, em Dezembro de 1831, realizaram-se mais obras de manutenção.<sup>46</sup>

Fontes coevas atestam que em finais da década de trinta do século XIX, o hospital era “rico” e “abundante” para dar resposta às “urgências das moléstias”, mas em tempos de paz. Contudo, com militares, e “algumas épocas” de epidemia, este não estava “prevenido”.<sup>47</sup> Podemos assumir, que a interpretação de “rico” e “abundante”, não se referia propriamente a riqueza de capital, mas sim à qualidade dos serviços prestados e à grandeza das instalações.

O abastecimento de água era uma preocupação. A 22 de Junho de 1803 realizou-se a assinatura da “escritura” das “vertentes da água do hospital”<sup>48</sup>, com o desembargador da

---

<sup>41</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 299.

<sup>42</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 25 v. – 26.

<sup>43</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 55.

<sup>44</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 224 – 224 v.

<sup>45</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 147.

<sup>46</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 246 – 246 v.

<sup>47</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 104 – 105.

<sup>48</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 159 – 159 v.

relação da cidade do Porto, João Manuel Peixoto. A água estava a ser desperdiçada inutilmente. Este desperdício decorria das águas que provinham do chafariz do seu claustro, que depois de passarem o galinheiro “desencaminhavam-se”, acabando por se perder. No entanto, para o hospital nem era a água que interessava, mas sim, o pagamento que receberia por a encaminhar até a casa do desembargador João Peixoto, pagando este 100.000 réis.<sup>49</sup> Naturalmente que numa época de crise, esse capital era importante para a instituição. Independentemente disto, a importância vital da água para o hospital era incontestada, e foi demonstrada por um episódio ocorrido em finais de Maio de 1846, quando os populares da revolta da Maria da Fonte, que cercavam Braga, ocuparam posições em Sete Fontes, cortando a água a Braga. Não havia água nos chafarizes e muito menos no hospital. O provedor do hospital, Lourenço de Magalhães, implorou junto dos populares revoltosos que cortaram o abastecimento de água a Braga, para acabarem com este embargo hídrico. Naturalmente, justificou-se com os doentes e a necessidade que o hospital tinha desse líquido. Era compreensível que os populares revoltosos pretendessem fazer vergar Braga pela privação de água, uma estratégia clássica de guerra. Todavia, as justificações de Magalhães foram plausíveis, comovendo os populares, que acabaram por soltar as águas de novo, voltando Braga e o hospital a poderem utilizá-la.<sup>50</sup> Este importante testemunho prova também que o hospital de São Marcos estava ligado à rede pública de água da Braga oitocentista. Isto trazia vantagens, de certa forma: o caudal de água seria maior e a manutenção das condutas e afins estaria a cargo das autoridades municipais. Mas também poderia ser um mal, por outro lado. Caso a água estivesse inquinada por doenças contagiosas, como, por exemplo, a cólera que se propaga através da água contaminada, seria um caso sério.

Durante as Lutas Liberais, em finais de 1833, conheceu-se uma epidemia de cólera em Braga. Essa mesma epidemia ceifou muitas vidas na cidade.<sup>51</sup> Contudo, só em 1855, é que houve um plano de assistência aos doentes de cólera, porque se viveu novamente outro surto. A 14 de Maio de 1832, a Mesa debateu o problema da cólera, expressando a sua preocupação. Sabia-se que se espalhava com rapidez no estrangeiro e que já havia chegado a Portugal. Para tentar prevenir que o hospital não fosse contagiado, convocaram os médicos do hospital para os

---

<sup>49</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 116.

<sup>50</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 223 – 224.

<sup>51</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fl. 130.

auscultar. Na opinião dos clínicos, as enfermarias deveriam de ser mais ventiladas. Decidiu-se, então, rasgar o maior número de janelas possível, de forma a arejar o hospital.<sup>52</sup>

No que respeita ao provimento alimentar do hospital, o forno, peça de crucial valor, visto que nele era cozido o pão e outros alimentos, operado pelo padeiro do hospital para alimentação dos doentes, foi alvo de várias obras. Em 6 de Dezembro de 1807 realizou-se um concurso para a respectiva ampliação. Com mais doentes, mais bocas para alimentar, era necessário mais pão.<sup>53</sup>

Em íntima relação com o forno, estava o celeiro. Era neste local que se guardava todo o espólio cerealífero que os padeiros convertiam em pão. As portas do celeiro encontravam-se arrombadas em Outubro de 1809. Provavelmente, as portas foram alvo de arrombamento por parte de militares franceses que tinham em vista o saque dos cereais, e foram mandadas reparar posteriormente.<sup>54</sup>

Quanto ao espaço de tratamento de doentes, as enfermarias são o espaço por excelência onde os estes estão acomodados durante o seu processo de tratamento, tornando-se uma das suas peças chave.

A necessidade de aumentar o número de enfermarias exigia maior financiamento. As novas enfermarias passaram a ser sustentadas pelos rendimentos de Braga e seu termo,<sup>55</sup> o que tem claramente intenções militares em vista. O objectivo era aumentar as enfermarias, e consequentemente ter mais espaço para receber soldados a necessitar de cura. O facto de estas enfermarias serem sustentadas por Braga e o seu termo demonstra uma clara consciência por parte do poder central das necessidades financeiras dos hospitais. O que é certo é que em Agosto de 1807 falava-se em “enfermarias de cima”,<sup>56</sup> e quando o alvará de 1806 foi emitido, já

---

<sup>52</sup> Veja-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 124 – 125. Leia-se ainda Pereira, Ana Leonor; Pita, Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, in Mattoso, José (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 92 – 97.

<sup>53</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 55 v. – 56; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 101.

<sup>54</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 - 1834*, N° 23, fls. 107 – 107 v.; Vieira, João Baptista Gomes, Ms. N° 334, fl. 130; Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2008, p. 211.

<sup>55</sup> Pretendia-se, desta forma, aliviar as despesas das Misericórdias sobre os hospitais; ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 19 – 19 v.

<sup>56</sup> Eram o local de internamento de doentes com doenças infecto-contagiosas, como por exemplo, a sífilis. Veja-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 501 – 522.



estavam a ser construídas novas enfermarias, contudo, a Mesa comprometeu-se a cumprir as disposições legais do alvará.<sup>57</sup>

A 31 de Março de 1815, há notícia de um “regimento” de José António Manuel Espanhol, que concorria a enfermeiro da “3ª Enfermaria Militar”. Portanto, é notório que com o conflito da Guerra Peninsular o hospital aumentou o número de enfermarias e reservou espaço próprio para curar os homens da guerra.<sup>58</sup> Teriam as enfermarias reduzido com o final da Guerra Peninsular? É possível e, portanto, desta forma, pode-se assumir que muito provavelmente seriam enfermarias de carácter provisório, montadas exclusivamente para receber soldados em alturas de grande afluência à instituição.

O que é certo, é que as enfermarias do hospital, muitas vezes, não chegavam para acomodar os doentes. Especialmente em épocas críticas, epidemias e entrada de militares, quando a afluência era grande, era aí que se sentia o terrível drama da insuficiência dos espaços de acomodação. Perante estas situações, quando as enfermarias não podiam receber mais doentes, recorria-se às caves. Era uma solução triste e insalubre no ver dos mesários, mas não havia outra solução. As caves ficam ao nível do jardim, isso faz delas um sítio insalubre por excelência. Há muito que era discutida a construção de uma nova enfermaria a norte do cemitério. Ficou apenas construído o lado a nascente do cemitério em frente ao hospital, parecendo assim nunca ter passado de um projecto. Contudo, isto demonstra uma nova mentalidade no que toca à organização do espaço e equipamentos. Esta enfermaria era destinada a “doentes de pragas”, ou seja, doentes com doenças infecto-contagiosas. Conceberam-na com treze a quinze quartos, distintos ou então separados uns dos outros por um corredor ao meio. Previam ainda a existência de uma escada, que desse saída/entrada aos doentes para o lado do cemitério. Esta enfermaria destinava-se a albergar essencialmente doentes pobres, visto que já havia bastantes quartos para doentes que pagavam o seu tratamento, o que parece comum neste período, a avaliar os quartos de “sobejo” que existiam. Porém, devido ao limitado número de quartos e à avultada despesa de construção do mesmo, a Mesa hesitou em levar avante o projecto. Foi aprovada, então, a construção de uma “Enfermaria geral e singela”, com a “largura em vazio” de vinte e quatro a vinte sete palmos, “e a todo

---

<sup>57</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 50; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 97 - 98.

<sup>58</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 256.

comprimento desde onde esta principia até ao fim do terreno próprio do mesmo hospital com divisões de 24 em 14 palmos cada uma, com uma janela ao norte”. Desta forma, não seria necessário demolir o paredão que suportava o cemitério e ficaria mais barata um terço em relação à outra. A “Nova Enfermaria” foi construída tendo sido decidido edificar uma varanda de pedra sobre o seu frontispício. As dificuldades financeiras da instituição levaram os mesários a hesitar e a decidir pelo projecto mais barato.<sup>59</sup> Na construção evidencia-se uma notória preocupação com a ventilação e arejamento do espaço, já que no século XIX se atribuiu qualidades terapêuticas ao ar. Talvez o posicionamento da janela da enfermaria não tivesse propósito inocente e fosse ao encontro do regime dos ventos em Braga. As preocupações ecoavam uma mentalidade higienista, que relaciona a higiene com a saúde, mentalidade essa, típica do século XIX.<sup>60</sup> Além disso, nesse ano, a cólera e a sua propagação aterrorizava a Mesa. Uma das soluções prescritas pelos médicos de então, era a ventilação dos espaços, como forma de impedir a propagação da doença. É natural que tais conclusões também tenham influenciado bastante os mesários quando opinavam de como deveria ser a nova enfermaria.<sup>61</sup> Essa consciência de higiene, por parte de quem lidava com os doentes, poderia também ter decorrido das experiências de guerra. Em França, o barão Desgenettes, médico chefe do exército napoleónico, tornou-se mais tarde professor da cadeira de higiene no “Colégio de França”. Leccionou aí matéria sobre higiene militar, influenciando naturalmente a higiene pública. Provavelmente, os clínicos e até mesmo a administração da Santa Casa recolheram os mesmos ensinamentos com a constante presença de militares.<sup>62</sup>

Quanto à cólera, este mal fazia mover as mentes dos médicos de então. Na França, discutia-se bastante sobre o facto, se era, ou não, uma doença contagiosa. O debate era aceso e dividiu os clínicos. De um lado, estavam os que afirmavam ser uma doença contagiosa, do outro, os que afirmavam que ela não se propagava. Como sabemos a cólera é contagiosa e propaga-se facilmente. Desta forma, podemos assumir os médicos do hospital de São Marcos, como clínicos bastante atentos às questões do seu tempo e, acima de tudo, às evoluções da medicina, em

---

<sup>59</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 254 – 255.

<sup>60</sup> Para uma boa visão deste tipo de mentalidade higienista, veja-se a análise ao tratado de higiene realizado por Joaquim Xavier da Silva em 1819 em Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues, “Joaquim Xavier da Silva e o Breve Tratado de Higiene Militar e Naval (1819)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 905 – 921.

<sup>61</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 124 – 125.

<sup>62</sup> Confira-se Ackernecht, Erwin H., *La médecine hospitalière à Paris (1794 - 1848)*, Paris, Payot, 1986, pp. 191 – 192.

especial ao estudo das doenças. Pelas medidas tomadas para evitar a sua propagação, a ventilação dos espaços, podemos colocar os médicos do hospital como sendo defensores da tese de que a cólera era contagiosa, acompanhando o conhecimento sobre a doença.<sup>63</sup> Em Vila Viçosa, em 1833, curiosamente o primeiro caso de cólera registado, foi o de um militar, que foi de licença a casa, contagiando a família toda e o resto da localidade.<sup>64</sup> Tendo Braga tantos militares neste período internados, não é descabido de todo, que até possam ter passado militares com cólera pelos hospitais de São Marcos e Pópulo, podendo ter sido um veículo de transmissão da doença pela cidade de Braga.

Ainda em 1832, há referências a uma enfermaria dos feridos, destinada naturalmente a soldados feridos no decorrer das Lutas Liberais.<sup>65</sup>

A 9 de Novembro de 1832, a Mesa autorizou os provedores da casa e do hospital a mandarem fazer todas as enfermarias que acharem necessárias para acolher todos os doentes militares, pois só em última instância pensava tratá-los fora dos hospitais. Isto envolveu naturalmente obras de menor envergadura, com vista à adaptação de espaços a enfermarias.<sup>66</sup> Provavelmente, seguiram o conselho dos médicos de ventilar melhor os espaços, com vista a evitar a propagação da cólera, que poderia ser trazida pelos militares.<sup>67</sup>

O cemitério era outra importante peça que compunha o complexo do hospital de São Marcos. Era nele que se realizaram os enterros de alguns doentes que faleciam no hospital, assim como eram enterrados nele todos os pobres falecidos.

A 6 de Dezembro de 1807, realizou-se um concurso com urgência, com vista a compra de um lote de terreno para um novo cemitério. O cemitério existente estava para além de sobrelotado com campas de pouca profundidade.<sup>68</sup> Havia um certo risco para a saúde pública, para além de ocorrer o risco de não haver mais local onde enterrar os defuntos. Além disso, a “Lei Extravagante”,<sup>69</sup> relativa aos hospitais, exigia precisamente a ampliação ou construção de novos cemitérios.

---

<sup>63</sup> Ackernecht, Erwin H. , *La médecine hospitalière à Paris (1794 - 1848) ...*, pp. 198 – 206.

<sup>64</sup> A propósito da realidade do hospital da Misericórdia de Vila Viçosa leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 2010, p. 161.

<sup>65</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 297 v.

<sup>66</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 299.

<sup>67</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 124 – 125.

<sup>68</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 55 v. – 56.

<sup>69</sup> Outro termo para designar o alvará de 16 de Outubro de 1806.

Quanto aos esgotos era fundamental que fossem expelidos para longe, como garantia de que não haveria riscos para a saúde pública, nem para os doentes. Em 1811, já há em mente na Mesa a construção de um esgoto, ou pelo menos de uma conduta para expelir os detritos.<sup>70</sup> Em Setembro de 1831 mandaram-se realizar os arranques de dois arcos de pedra nas “Casas das Cloacas”.<sup>71</sup> Esta informação pode indiciar, ou uma estrutura relativamente frágil de cobertura, ou então ausência da mesma, ou ainda a ampliação das “Casas das Cloacas”. A esta medida não será alheio o grande volume de internamentos que o hospital conheceu neste período. Em finais de Janeiro de 1832 previa-se um encanamento das águas providas da cloaca.<sup>72</sup> É possível que estas águas corressem a céu aberto, numa regueira até ao rio Este e, desta forma, procurava-se minorar o mau aspecto e até mesmo zelar pela saúde pública. A 18 de Fevereiro de 1832, há uma queixa na Mesa redigida por D. Ana Josefa Rosa Duarte Vieira, relativamente às cloacas de São Marcos. O vedor da fazenda teve autorização da Mesa para indemnizar D. Ana. O cano das cloacas passava pelo quintal e lojas da referida senhora, visto que o mestre-de-obras não estava a cumprir o plano das obras de encanamento conforme o estipulado. Este facto demonstra a ausência de fiscalizações convenientes por parte da Santa Casa da Misericórdia e da administração do hospital sobre os operários e pelas entidades que laboravam nas ditas obras.

## **1.2 Os outros hospitais oitocentistas bracarenses: retalhos de uma existência efémera e situacionista**

No século XIX, por variadas razões que aqui serão analisadas, foram abertos outros hospitais. Eram unidades de tratamento que objectivavam cuidar e tratar militares doentes. A sua abertura atesta o grande volume deles e de certa forma a incapacidade do hospital de São Marcos dar resposta à procura feita por parte dos militares doentes. Esta incapacidade não advinha propriamente da falta de competências dos profissionais e funcionários do hospital, mas da sua lotação. Há que ter em conta, que o hospital de São Marcos é um hospital civil, destinado a pobres e concebido para lhes prestar assistência. Aquando da sua criação não se equacionava

---

<sup>70</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 118.

<sup>71</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 233 v. – 234.

<sup>72</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 254 – 255.

o tratamento de militares. As vicissitudes dos tempos, e a ausência de hospitais militares, como também a qualidade do tratamento, levaram a que os militares procurassem o hospital de São Marcos.<sup>73</sup>

### **1.2.1 O “hospital de sangue” do Pópulo**

A solução de criar um hospital suplementar, para tratar uma enchente de enfermos militares, não era novidade. Durante a Guerra Peninsular, em Vila Viçosa, estando o hospital do Espírito Santo completamente sobrelotado, foi aberto um “hospital de sangue” no Paço Ducal, para assistir aos feridos de guerra.<sup>74</sup>

Em Braga, o antigo convento do Pópulo, além de servir de quartel para os corpos militares que se encontravam na cidade, estava a ser usado pelo menos desde 29 de Setembro de 1832 como uma enfermaria provisória para militares feridos na “acção do dia 29” de Setembro. Como o hospital de São Marcos possuía apenas 200 camas nesta altura e já tinha espalhadas pelos corredores camas improvisadas no chão por ter 357 soldados internados, foi necessário recorrer a outro espaço.<sup>75</sup>

No começo de Outubro de 1832, foi decidido pela Mesa da Santa Casa a fundação de um “hospital de Sangue” como “suplementário” ao hospital de São Marcos. A sua instalação no convento do Pópulo, tinha vindo a ser usado pelos militares como quartel<sup>76</sup>, pelo que para “bom regime” do “hospital de sangue” do Pópulo se iria proceder à “separação de casas para uso” do hospital em questão, entre hospital e quartel. O seu sistema administrativo seria igual ao do hospital de São Marcos, tendo sido nomeado para provedor deste hospital António José Ferreira e director o cirurgião José Joaquim Gomes da Costa.<sup>77</sup> Ou seja, o hospital do Pópulo tinha corpos gerentes próprios, ainda que articulados com os órgãos de gestão da Misericórdia de Braga. A

---

<sup>73</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 104 – 105.

<sup>74</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República ...*, p. 140.

<sup>75</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 153.

<sup>76</sup> Consulte-se Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808 ...*, p. 215.

<sup>77</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 295 – 295 v.

26 de Outubro de 1832 foi assinado o “Título de autorização e nomeação do hospital erecto no Convento do Pópulo como subsidiário do de São Marcos”.<sup>78</sup>

Este hospital, contudo, apesar de ter administração independente, sempre que emitia alguma espécie de registo ou documento como, por exemplo, relações de militares feridos para expedir para cobrança junto da entidade competente, fazia-o sempre em nome do hospital de São Marcos.<sup>79</sup>

Não se sabe quando fechou, mas nos registos posteriores, o convento do Pópulo aparece apenas mencionado como quartel. É certo que foi desmantelado com o termo das Lutas Liberais, pois não havia mais razão para a sua existência.

### **1.2.2 O “Hospital Militar de São Marcos”**

Outra solução aplicada era a “criação de um hospital Militar fora das paredes do hospital dos pobres, e fornecido por conta da fazenda nacional a fim de se evadir as despesas de perigosa satisfação, e talvez duvidosas.”<sup>80</sup> Em Outubro 1832 o Dr. José Manuel de Araújo foi consultado para realizar uma “tabela regulamentar” para o “hospital Militar de São Marcos”, que mal aprovada foi posta em vigor.<sup>81</sup> Em 1837, há registo de que o boticário de São Marcos receberia um salário superior enquanto o “hospital militar estiver no hospital” de São Marcos.<sup>82</sup>

Pode-se depreender que este tipo de hospital militar, instalado ou nas imediações do São Marcos, ou num edificio contiguo ou mesmo dentro do próprio hospital, se serviu dos profissionais de saúde do hospital de São Marcos, mas seria completamente pago pelo Estado. Pode-se assumir que era um hospital criado e gerido pela Santa Casa e os militares. Desta forma pode-se pensar que durante as Lutas Liberais, além do “hospital de sangue” do Pópulo, do hospital civil de São Marcos, haveria ainda o hospital militar de São Marcos. Contudo, seria um hospital de pequenas dimensões, tendo uma existência ainda mais dependente do hospital civil de São Marcos do que o “hospital de sangue” do Pópulo. Provavelmente, este “hospital Militar

---

<sup>78</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 298 v.; *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 155.

<sup>79</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 161.

<sup>80</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 104 – 105.

<sup>81</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 296 – 296 v.

<sup>82</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 144 v. – 145.

de São Marcos”, criado em 1832, esteve na génese do hospital do Pópulo, na medida em que os militares procuravam meios de tratar os seus doentes. Não se encontram mais referências a este hospital depois de Outubro de 1832. As razões para o seu encerramento podem ter sido bastantes: a exiguidade do espaço, a falta de profissionais de saúde, ou questões financeiras do Exército. Ao fim e ao cabo, era mais compensatório para os militares que a Santa Casa criasse o “hospital de sangue” do Pópulo, do que estarem eles a sustentar o hospital militar de São Marcos, na medida em que se desculpavam da sua gestão e sustento, pagando meramente no Pópulo o pagamento do tratamento dos militares.

### **1.2.3 Outros hospitais militares de Braga**

Os hospitais militares analisados no presente ponto, são hospitais fundados e sustentados pelo Exército, pelo que a Santa Casa da Misericórdia de Braga não desempenhou qualquer função na sua criação, nem muito menos na sua gestão.

Apesar de não se encontrar em funcionamento em 1810, esteve instalado um hospital militar no convento do Pópulo, por autorização do “Reitor do convento da Graça do Pópulo”. Apenas ocupou uma parte do convento. Depreende-se que se tratasse de um hospital aberto de emergência e que dada a ausência de espaços amplos, ou com condições, se tenha feito uso das instalações do convento do Pópulo. Independentemente disto, esta utilização marcou o uso do edifício do convento do Pópulo como um espaço militar, ora sendo usado como hospital para militares, ora sendo usado como quartel.<sup>83</sup>

Em 1814, dá-se o fecho de um hospital militar instalado<sup>84</sup> em Braga que tinha o nome de “hospital Regimental da Infantaria N.º 3”<sup>85</sup>. Não há fontes que precisem a sua data de abertura, mas é provável que se tenha dado com vista a aliviar a sobrelotação do hospital de São Marcos.

Em 1828 estava, ainda que em estado deplorável, instalado um hospital militar, nos “Congregados”. Tinha por nome, “hospital Militar dos Congregados”. A sua existência efémera foi posta a cobro, quando as forças liberais em 1828 à cabeça de Sá da Bandeira, se retiraram

---

<sup>83</sup> Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808...*, p. 215.

<sup>84</sup> Desconhece-se a sua localização.

<sup>85</sup> Sobre a ideia de criação de *hospitais regimentais* em Portugal, leia-se Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Inquérito, 1945, p. 317.

de Portugal rumo à Galiza, em virtude de estarem no seu encalço forças realistas. Este hospital ficou entregue ao “desleixo, e desprezo, sem sentinelas, nem quem cuidasse da vida dos doentes”, motivado pela pressa com que as forças liberais se colocaram em fuga de Braga, para evitar um confronto ainda maior com as forças realistas. Em consequências, as sentinelas puseram-se em fuga, tendo o hospital sido alvo de furtos e extravios de toda a espécie. Acabaria a população de Braga por ter compaixão dos seus doentes militares, assistindo-os como podia. O provedor da Misericórdia de Braga tratou das diligências necessárias para transferir os doentes internados nos “Congregados” para o hospital de São Marcos.<sup>86</sup>

Em 1844, há novamente notícia de um hospital Militar “que está criado” no convento do Carmo.<sup>87</sup> Este mesmo hospital estava ainda em funcionamento em 1846.<sup>88</sup>

### **1.3 Os que curavam e os que ajudavam a curar: os que geriam e os que ajudavam a gerir o hospital de São Marcos**

O hospital de São Marcos, como qualquer hospital, tinha ao seu serviço funcionários com diversas funções. Sem eles, o hospital nunca seria viável. Infelizmente, a ausência de um regulamento para a primeira metade do século XIX impede-nos de analisar ao pormenor certas funções, e até mesmo hierarquias, pelo que nos baseamos nas fontes existentes para tentar reconstruir a malha laboral do hospital. Destes cargos, podemos descrever em linhas simples os que existiram na primeira metade do século XIX,<sup>89</sup> dos assalariados até às carreiras de topo.

As diferentes categorias assinaladas servem somente para melhor compreensão do leitor, uma vez que todos são assalariados.

---

<sup>86</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 25 - 25 v.

<sup>87</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 42.

<sup>88</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 273 - 274; Ms. N° 336, fl. 125.

<sup>89</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 61, 143 v. - 144, 145 v. - 146, 178 v. - 179, 193 v. - 194 v.; *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 15, 19, 25 v. - 26, 46 - 46 v., 62, 91, 94; *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 36 - 36 v., 81 v. - 82, 107 v., 108, 295 - 295 v.; *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 159, 161 - 161 v.; *Livro dos Termos 1842 – 1856*, N° 27, fls. 4 - 4 v.



#### Assalariados:

- Servos, padeiro, lavadeira, barbeiro, coveiro, engomadeira, hortieira, marchante, celeireiro, costureira, cozinheiro, pentieiro, guarda portão<sup>90</sup> e mulheres da limpeza.

#### Técnicos de saúde e administração:

- Ajudantes, sangradores, enfermeiros, hospitaleiros, revedores, escriturários, escrevão, procurador agente, tesoureiro do hospital e inspector das obras do hospital.

#### Clínicos:

- Médicos, cirurgiões, professores (de cirurgia).

#### Dirigentes:

- Mordomos do hospital, procurador do hospital, director do hospital e provedor do hospital.

Muitos destes cargos tiveram existência efémera, sendo alguns criados de acordo com a situação em que o hospital se encontrava. Convém ainda mencionar, que a Santa Casa mantinha o controlo do hospital, isto é, todos os assalariados eram admitidos mediante contrato efectuado com a Mesa. Possuía também plenos poderes para os despedir/destituir sempre que o entendesse.<sup>91</sup>

Passamos a fazer uma descrição detalhada das funções dos assalariados, clínicos e dirigentes do hospital que mais lidaram quotidianamente com os militares internados.

---

<sup>90</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N°26, fls. 106 – 107 v.

<sup>91</sup> Veja-se para esta matéria Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 191.

### 1.3.1 Servos, ajudantes, enfermeiros e hospitaleiros

Pode-se afirmar que são a coluna dorsal de todo o hospital. Enquanto o servo tem uma função de carácter mais generalista, o ajudante tem uma função mais específica, como, por exemplo, auxiliar um enfermeiro. Os enfermeiros e enfermeiras zelavam pelos doentes internados nas enfermarias. O enfermeiro era, de certa forma, o assalariado que mais lidava com os militares. Em situação de gravidade, como ocorria com as cirurgias, exigia-se dos enfermeiros cuidados redobrados. Em 1830, normas relativamente ao acompanhamento de doentes amputados eram emitidas pela Mesa e visavam que se chamasse um “enfermeiro extraordinário”, só para acompanhar o doente amputado. Quem “chamava” o enfermeiro extraordinário era o provedor.<sup>92</sup>

Já os hospitaleiros tinham uma função de cariz mais administrativo, competindo-lhes uma monitorizar outros funcionários do hospital. Era inerente a este cargo a função de zelar pelo bom funcionamento do hospital e do seu pessoal. Além disso, tinham outras funções, uma delas era o de garantir que os defuntos fossem vestidos condignamente para o funeral.<sup>93</sup> O hospitaleiro, possuía ainda funções peculiares como, por exemplo, ter responsabilidade sobre as refeições, assim como a confecção das mesmas. Funcionaria, portanto, como uma espécie de chefe de cozinha. Por fim, os peregrinos, que requisitassem os serviços do hospital, era ao hospitaleiro que se dirigiam.<sup>94</sup>

Os servos possuíam poucos recursos financeiros, pelo que, muitas vezes, recorriam ao extravio de alimentos e outras coisas do hospital para seu próprio sustento.<sup>95</sup>

Ainda foi recorrente ofertar-lhe esmolas de roupa, para andarem asseados e agasalhados, principalmente para nos meses frios não estarem sujeitos a doenças.<sup>96</sup> Em 1817, mandou-se fazer “casacos e camisas” para os enfermeiros.<sup>97</sup> Provavelmente estava em embrião um plano de uniformização dos enfermeiros, talvez para os distinguir dos restantes funcionários

---

<sup>92</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 441 - 442.

<sup>93</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 449.

<sup>94</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 450 – 451.

<sup>95</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 156 – 157 v., 27.

<sup>96</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 14 v. - 15, 181 - 193.

<sup>97</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fl. 37 v.

do hospital. Ainda por questões de pragmática organizativa e higienista, os doentes passaram a ser obrigados a despojarem-se de suas roupas, as quais eram guardadas em arrumo próprio, enquanto se mantivessem internados. Os enfermeiros tinham ajudantes.<sup>98</sup> Estavam adstritos a enfermarias e o seu número era variável conforme o número de doentes que o enfermeiro ou enfermeira tinham ao seu cuidado.<sup>99</sup> Quando os enfermeiros se retiravam do cargo, por vezes, os ajudantes assumiam as suas funções, ficando com o seu lugar.<sup>100</sup> Muito provavelmente isto baseava-se em critérios de competência e de experiência profissional adquirida ao longo do serviço ao lado dos enfermeiros.

Os servos por ordens expressas do Estado, em 1832, tinham que remover das camas os doentes que falecessem num prazo máximo de cinco minutos e colocar os seus corpos no depósito da capela. Exigia-se-lhes ainda que os baldes de dejectos fossem prontamente despejados, quando cheios. Caso isto não fosse cumprido existiam multas, e os servos reincidentes seriam prontamente despedidos.<sup>101</sup> O hospital procura accionar medidas higienistas. Mesmo que a ordem tenha sido emitida tendo em vista a situação da presença de militares nos hospitais de São Marcos e Pópulo, é bem provável que a causa tenha sido efectivamente motivada pela incompetência e talvez prevaricação dos servos.

Ainda relativamente a maus serviços prestados por funcionários do hospital, em Abril de 1800 decorrente de uma devassa realizada, os servos da igreja e capela do hospital foram despedidos por “várias culpas”.<sup>102</sup> Em 1804 foi despedida a enfermeira Rosa por incompetência, e a ajudante tomou o seu lugar.<sup>103</sup> Quando em 1818, os enfermeiros maltratavam os doentes, a Mesa determinou mais controlo sobre eles.<sup>104</sup>

Relativamente aos hospitaleiros, devido ao facto de a esposa do coveiro ter entrado na capela e ter encontrado um cadáver de um homem desnudo em Outubro de 1831, coisa que chocou profundamente a senhora, a Mesa obrigou que os cadáveres que estivessem na capela

---

<sup>98</sup> Um equivalente a um auxiliar de enfermagem.

<sup>99</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 289 v.

<sup>100</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 198 v. – 199.

<sup>101</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 271 - 271 v.

<sup>102</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 22 v.

<sup>103</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 198 v. – 199.

<sup>104</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fl. 45.

mortuária do hospital fossem devidamente cobertos e que os hospitaleiros se certificassem disso.<sup>105</sup> Para os mesários, este facto era entendido como um acto de relaxamento moral, a roçar a licenciosidade, sendo que numa época de costumes puritanos e de horror ao nu por parte da igreja católica, é bem plausível que o hospitaleiro ainda tenha levado uma reprimenda por tal desleixe.

A engomadeira, como o nome indica, engomava as peças de roupa. Contudo, o nome apesar de indiciar tal tarefa, as suas funções iam mais longe. Era ela que estava encarregue de “consertar, remendar e pontear todas aquelas peças que o exigirem”. Desta forma, além de engomadeira, esta assalariada, era também costureira, repartindo-se entre funções pequenas, mas necessárias ao funcionamento da instituição.<sup>106</sup>

A lavadeira, para além de, lavar roupa e enxoval sujo, tinha como função limpar os diferentes espaços do hospital, como forma de manter o asseio da instituição.<sup>107</sup> Em 1839, há pela primeira vez referência a “Mulheres de Limpeza”, provavelmente seriam funcionárias contratadas à jornada e não pertencentes ao quadro de funcionários do hospital.<sup>108</sup> A partir de então, pode ter-se operado uma redistribuição das tarefas. A lavadeira ficaria exclusivamente com a tarefa de lavar roupa e enxoval sujo, ao passo que as mulheres da limpeza teriam como função a limpeza e asseio dos espaços. A higiene, num hospital, é algo de crucial na medida em que como estabelecimento de saúde, é necessário evitar ao máximo doenças nosocomiais, típicas de hospitais com falta de higiene e limpeza.

O barbeiro, por seu turno, aparece como um cargo eminentemente ligado aos doentes masculinos. Contudo, além do seu tradicional trabalho relacionado com os cuidados capilares dos doentes, teria em sua conta amolar os “ferros de cirurgia”.<sup>109</sup> Seria a melhor função para um barbeiro, visto que habituado a afiar as lâminas de barbear, também seriam úteis e competentes a afiar utensílios de cirurgia, que requerem um gume suficientemente afiado para corte de precisão.

---

<sup>105</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 239 – 239 v.

<sup>106</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 444.

<sup>107</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 461.

<sup>108</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 197 – 197 v.

<sup>109</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1842 – 1856*, N° 27, fls. 157 – 158.

Em 1836, talvez por más experiências vividas, relacionadas com a falta de fiscalização das entradas, foi criado o cargo de “Guarda Portão do hospital”. Este funcionário, que seria uma espécie de porteiro com mais responsabilidades, recebia o ordenado de 200 reis diários.<sup>110</sup>

Sempre que algum funcionário era admitido no hospital, a sua contratação celebrava-se com uma escritura num notário e exigia-se-lhe a apresentação de um fiador.<sup>111</sup> O fiador era importante, na medida em que era uma garantia, para em caso do funcionário causar danos no hospital e de não os poder pagar, era ele que assumia essa responsabilidade. Era também a prova de que era uma pessoa de boa moral e bons costumes, predicados que a Santa Casa procurava sempre. Nessa escritura, estavam também discriminadas as suas tarefas, assim como as obrigações do hospital para com o funcionário.

Em 1835, a Mesa da Santa Casa deu poderes ao hospital para de livre escrutínio expulsar ou mudar de posto os serventes, conforme a sua conduta.<sup>112</sup> Com esta resolução a Mesa conferia mais poder ao hospital, uma vez que os despedimentos passavam pela Mesa. O hospital foi crescendo, nomeadamente com a entrada de militares doentes e, conseqüentemente, o pessoal aumentando. Com o crescimento de funcionários, conhece-se um menor controlo sobre eles, e provavelmente, deu asas a um maior desleixo nas tarefas desempenhadas.

A Mesa da Santa Casa tinha ainda especial preocupação com os seus funcionários aposentados, ou então doentes, dando-lhes esmola.<sup>113</sup> Era uma forma de reconhecer os serviços prestados à instituição.

### **1.3.2 Cirurgiões, médicos e boticário**

Cabia ao cirurgião a missão de ser o mecânico do corpo, reparando-o quando este *avariava*, ou apresentava anomalias.

---

<sup>110</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 106 v. – 107.

<sup>111</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 24 v.

<sup>112</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 51 v. – 52 v.

<sup>113</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 25, 41.

O médico fazia os diagnósticos das doenças e dava o respectivo tratamento para lhe fazer frente. Fazia visitas regulares às enfermarias, aumentando as mesmas em épocas de avultado número de doentes, para acompanhar a sua recuperação.<sup>114</sup> O médico, tinha ainda como função, prescrever a alimentação dos doentes. Pelo que em 1832, a Mesa forçou os directores de São Marcos e do Pópulo a obrigarem a cumprir-se as dietas dispostas no regulamento dos hospitais militares.<sup>115</sup> Eram dietas elaboradas por médicos militares, que tinham racionamentos calibrados.

Em 1837, exigiu-se aos médicos que formalizassem dois “mapas necrológicos”, de acordo com o decreto de 31 de Janeiro de 1837.<sup>116</sup> Muito provavelmente seria para serem usados pelas autoridades civis para alguma forma de controlo. E provavelmente no caso dos militares, para terem um conhecimento mais específico sobre as “baixas” militares. Os médicos civis, pelo regulamento dos hospitais militares, sempre que tratassem de enfermos militares, teriam direito a uma “gratificação” dada pela “Tesouraria Geral dos Exércitos”. Contudo, para obterem esta “gratificação”, era necessário que redigissem os mapas correctamente.<sup>117</sup> Era uma tarefa que exigia tempo, fazendo com que os médicos fossem auxiliados por escriturários. É provável, que repartissem a “gratificação” entre si, daí explicar, por vezes, um tão grande número de escriturários quando aumentava a entrada de militares no hospital.

Cabia aos médicos e cirurgiões do hospital a realização dos exames do “Corpo de delito”<sup>118</sup> na “Sala da Anatomia”. Para obviar a esta função, foi aberta uma porta nessa sala para que tal entrada e saída fosse mais cómoda.<sup>119</sup> Por um lado, a existência de cadáveres facilitava o ensino na Escola de Cirurgia,<sup>120</sup> e desta forma os professores poderiam dar aulas práticas de melhor qualidade aos alunos, bastante abonatório para os conhecimentos gerais destes sobre anatomia.

---

<sup>114</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 254 – 255.

<sup>115</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 297 v. – 298.

<sup>116</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 208 v. – 209 v.

<sup>117</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares*, Lisboa, Impressão Régia, 1813, pp. 145 – 146.

<sup>118</sup> Como, por exemplo, fazer a autópsia de um indivíduo vítima de assassinato.

<sup>119</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 70 – 70 v.

<sup>120</sup> A aula de cirurgia foi criada por D. frei Caetano Brandão em 1798 no hospital de São Marcos. Veja-se Abreu, José Paulo, *Em Braga de 1790 – 1805. D. frei Caetano Brandão: o reformador contestado*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997, p. 165.

Os cirurgiões de São Marcos eram profissionais de boa qualidade, a avaliar pelas “gratificações” monetárias que recebiam, pelo bom desempenho de suas funções.<sup>121</sup>

Os cirurgiões eram recrutados da mesma forma que os funcionários. O mesmo se deduz para os médicos e o boticário. Era fixado um edital, onde se estipulava os requerimentos necessários a apresentar pelos interessados.

Cada enfermaria, até 1806, possuía apenas um cirurgião, contudo, nessa data houve alterações, muito provavelmente motivadas com questões racionais e pragmáticas relacionadas com o melhor funcionamento e eficácia do tratamento. As enfermarias passaram agora a dispor de dois cirurgiões, o “1º Cirurgião” e o “2º Cirurgião”. Desapareceu o cargo de sangrador, passando o “2º Cirurgião” a desempenhar a sua função e a função de “lançar as ventosas” também. Depreende-se que o “2º Cirurgião” deveria ser um cirurgião mais novo e com menor experiência profissional, da mesma forma se pode pensar que quando saía o “1º Cirurgião” de funções, o seu lugar era assumido pelo “2º Cirurgião”, passando desta forma por progressão na carreira a “1º Cirurgião” e contratando-se um novo “2º Cirurgião”.<sup>122</sup>

Alguns cirurgiões eram irmãos da Santa Casa, como o caso de António de Oliveira, que em situação de emergência pela ausência de um dos cirurgiões foi nomeado para desempenhar funções como cirurgião dos homens, em Dezembro de 1807, visto que o cargo estava vago naquele momento.<sup>123</sup>

Os conflitos armados, que decorreram ao longo da primeira metade do século XIX, muito naturalmente fizeram com que estes cirurgiões aumentassem a sua capacidade, conhecimentos e destreza nas cirurgias.<sup>124</sup> Muito provavelmente o mesmo também aconteceu quer com funcionários, quer com os restantes clínicos.

---

<sup>121</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 19, 53 - 54; *Livro dos Termos 1826 - 1834*, N° 25, fls. 36 - 36 v.

<sup>122</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 19.

<sup>123</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 55 v. - 56.

<sup>124</sup> Veja-se a seguinte análise sobre a experiência adquirida pelos cirurgiões franceses em tempo de guerra em Ackernicht, Erwin H. , *La médecine hospitalière à Paris (1794-1848)* ..., pp. 182-183.

Sobre a acção de alguns cirurgiões portugueses na Guerra Peninsular, veja-se Assis, José Luís, “Cirurgiões e cirurgia nas campanhas peninsulares”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., pp. 791 - 822.

Mesmo assim, havia cirurgiões que abusavam do seu poder, como aconteceu em 1821, com o “Primeiro Cirurgião” João António da Maia, sendo este acusado de “excessos” que prejudicavam as suas actividades, bem como de “usurpações”.<sup>125</sup>

O boticário era o responsável pela botica do hospital.<sup>126</sup> Da mesma forma que era ele o responsável pelo fabrico dos medicamentos prescritos pelos médicos para serem usados nos doentes internados no hospital. Desempenhou sempre um papel de destaque na cura dos militares, na medida em que possuía os conhecimentos necessários para produzir os medicamentos.<sup>127</sup>

Os boticários do hospital devem ter sido bons profissionais, mesmo em tempo de crise, a avaliar pelas “gratificações” monetárias que recebiam por bons préstimos.<sup>128</sup>

### **1.3.3 Provedores, procuradores, tesoureiros e directores**

O tesoureiro do hospital tinha a sua função centrada em gerir todo o capital da instituição de saúde. Convém mencionar que a contabilidade do hospital possuía organização própria. Tudo que envolvesse capital, era responsabilidade do tesoureiro. Sendo uma função da mais elevada responsabilidade, pois uma má gestão poderia ditar o colapso do hospital, o tesoureiro, tinha que necessariamente ser um indivíduo competente.<sup>129</sup> Era ele o responsável pelo “saco” do hospital. A ele também cabiam fazer certas compras.<sup>130</sup> Ao tesoureiro cabia pagar os salários dos funcionários do hospital, as “gratificações” decretadas pela Mesa da Santa Casa, bem como qualquer espécie de pagamento ou arrecadação de fundos exigida pela dita Mesa.

---

<sup>125</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 144 v. – 145.

<sup>126</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 307.

<sup>127</sup> Apesar de não termos qualquer conhecimento do tipo de ingredientes usados pelos boticários do hospital de São Marcos para a execução de medicamentos para os militares, sabemos que na campanha do Roussilhão e Catalunha, decorrida em finais do século XVIII. Usaram-se plantas em medicamentos, chás e tisanas na cura dos homens da guerra e são as seguintes: “aipo, aspargo, gil-barbeira, murta, rosas vermelhas, rosas brancas, alecrim, losna, artemige, arruda, almeirão, chicória, fragária, alteia, avenca, hizopo, hera terrestre, cebola albarrã, erva-cidreira, hortelã-pimenta, cochilaria, rábano rústico, bríônia, norça, pepinos de São Gregório, necosiana, mostarda”. Leia-se a propósito Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O Serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793 - 1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 514

<sup>128</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 304 v. – 305 v.

<sup>129</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 216 – 218.

<sup>130</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 16 v.



O tesoureiro tinha uma ligação bastante próxima ao provedor, actuando, muitas vezes, quase como uma espécie de secretário dele, auxiliando-o em várias tarefas.<sup>131</sup> Em certas alturas, quando havia suspeitas que o justificassem, poderiam ser nomeados “Revedores” para fazerem auditorias às contas dos tesoueiros. Esta situação ocorria geralmente quando estes abandonavam o cargo.<sup>132</sup> Quem também tinha a função de rever as “curas”<sup>133</sup> e “cobranças” do hospital eram os procuradores.<sup>134</sup> No mais, o procurador, poderia considerar-se um dos cargos mais versáteis do hospital, na medida em que, podia tratar de questões que iam desde as ditas “cobranças”, até questões judiciais. Em suma, o seu dever era tratar de todo e qualquer assunto no exterior, que fosse do interesse do hospital.<sup>135</sup>

Os procuradores<sup>136</sup>, ficaram proibidos com o alvará de 16 de Outubro de 1806 de receber “esmola” quando estes tivessem salário fixo.<sup>137</sup> Eram ainda ajudados por um procurador agente “para as dependências do hospital”.<sup>138</sup> Este funcionário estava encarregue das cobranças relativamente difíceis. Cabia-lhe arrecadá-las e pressionar a sua cobrança, para as entregar ao tesoureiro. Teriam de ter qualidades específicas, para ser nomeado para tal função.<sup>139</sup>

Naturalmente que dessas qualidades pessoais deveriam contar: a seriedade, à vontade com as pessoas, capacidade persuasão e palavra fácil. Estes agentes seriam mais tarde uma peça chave na colecta das dívidas ao Estado, relativas ao hospital pelo tratamento de militares. A Santa Casa teve de recorrer várias vezes à pressão sobre o Estado para que este pagasse as suas dívidas, cujo capital era vital ao funcionamento do hospital.

Os provedores tinham como principal função “vigiar sobre o tratamento e administração dos remédios a todos os enfermos tanto militares como civis que no mesmo entram a tratar-se a fim de lhes fazer administrar os alimentos que são precisos, tanto Espirituais como Corporais”.<sup>140</sup>

---

<sup>131</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 50.

<sup>132</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 59.

<sup>133</sup> Entenda-se tratamento médico.

<sup>134</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 61 – 62.

<sup>135</sup> Consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 448.

<sup>136</sup> Normalmente costumavam ser dois.

<sup>137</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 19 – 22 v.

<sup>138</sup> Este cargo teria funções similares ao de um cobrador, ou até mesmo de um solicitador.

<sup>139</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 101 v. - 103 v.

<sup>140</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 133 v. – 134.

Pode-se assumir, portanto, que o provedor do hospital era o topo da hierarquia, na medida em que, ele era eleito pela Mesa da Misericórdia.<sup>141</sup> Quando tinha de se ausentar por algum tempo, ficando impedido de exercer o cargo a tempo inteiro, nomeava-se entre os mesários um provedor substituto por parte da Mesa. A sua eleição estava prescrita no compromisso, pelo que o número de mandatos devia de obedecer a essas normas.<sup>142</sup>

Em 1804 foi decidido que os provedores do hospital, não tinham competência para dar “Quitação”, nem nomear “devedores às contas dos Tesoureiros” do hospital. Tal competência era unicamente da “Mesa Administradora”.<sup>143</sup> A Santa Casa da Misericórdia procurava controlar as finanças do hospital, visto que era constante haver crises financeiras. O provedor do hospital tinha ainda uma “arca” ao seu serviço, sendo ele o detentor da sua chave.<sup>144</sup>

Em 1834, decorrente de uma “Convenção” entre o tesoureiro da Santa Casa, o tesoureiro do hospital, o provedor da Santa Casa, o provedor do hospital, mais o médico José Manuel de Araújo ficou estipulado que caberia ao provedor do hospital relativamente aos militares internados a “execução das dietas”, “arranjo das camas”, “guarda dos objectos com que entram as praças” e “polícia do hospital”.<sup>145</sup> Este acordo tinha como objectivo definir as funções do cargo de director do hospital, assim como, as do provedor. Havia portanto, uma indefinição latente, que esta “Convenção” corrigiu.

O director do hospital era um médico, cuja função era precisamente chefiar o restante corpo de médicos. Por seu turno, o director do hospital, não tinha necessariamente que ser um irmão da Santa Casa. Compreende-se, portanto, que da parte da Santa Casa havia uma certa relutância em deixar o destino do hospital nas mãos de um indivíduo que, por mais confiança que nele tivesse, não fazia parte dos quadros da irmandade. Além disto, há que ter em conta, que desde a implantação do primeiro liberalismo, houve alterações a nível da gestão hospitalar.<sup>146</sup> O “Médico Director”, como, por vezes, se chamava ao “Director do Hospital”<sup>147</sup> tinha

---

<sup>141</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 227.

<sup>142</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 226, 236.

<sup>143</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 183 – 186.

<sup>144</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 234 v. – 235.

<sup>145</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 2 – 3 v.

<sup>146</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 239.

<sup>147</sup> Fátima Castro afirma que director do hospital e provedor do hospital eram o mesmo cargo, tratando-se apenas de uma mera alteração terminológica. Contudo, as fontes consultadas, atestam que havia efectivamente um director do hospital e um provedor. Não é de descorar a

também responsabilidade na “correspondência”, “relações”, “mapas”, especialmente no que respeita com os militares,<sup>148</sup> dava ainda “alta”<sup>149</sup> aos doentes.<sup>150</sup> O regulamento para os hospitais militares pedia que os directores provassem as refeições e acompanhassem a sua distribuição, sempre que pudessem.<sup>151</sup>

O cargo de escriturário tinha registada a sua existência mais antiga, em 1824.<sup>152</sup> Contudo, é provável que tenha surgido durante a Guerra Peninsular, precisamente para auxiliar a redigir as relações de militares feridos.

Era um subordinado do “Médico Director” e funcionava como uma espécie de auxiliar deste em matérias de escrituração.

O director do hospital de São Marcos, em 1833 tem o poder de admitir e demitir quantos escriturários entender.<sup>153</sup> O número crescente destes assalariados está associado ao volume de militares internados. Quanto mais militares internados, mais escriturários eram precisos.

Era por eles que passava a elaboração das relações de militares feridos, função pesada, muitas vezes, propensa a erros, quando os números de doentes militares eram avultados. Por vezes, chegou a haver mais que um. À guarda do escriturário estava também a gestão do local onde estavam depositados os haveres dos soldados, inclusive armas.<sup>154</sup> Recaía, assim, sobre este funcionário alta responsabilidade. Muitas foram as ocasiões em que os escriturários tiveram problemas com militares, os quais recusavam entregar as suas armas, chegando inclusive a ser alvo de agressões, verbais e físicas.<sup>155</sup>

Pelo menos em 1827, quem fazia a escrituração das relações de soldados feridos era um cirurgião, José Joaquim Gomes da Costa, serviço pelo qual recebeu um ordenado mais

---

hipótese que com o evoluir dos tempos, tenha havido uma fusão dos dois cargos, na medida em que bastava nomear para provedor um irmão da Santa Casa cuja profissão fosse a de médico. Para todos os efeitos, o período focado neste trabalho, não sugere que essa hipotética fusão ainda se tenha realizado. Veja-se para esta matéria Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV..., p. 237.

<sup>148</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 343 – 344.

<sup>149</sup> Na gíria médica, significa dar ordem de saída do hospital ao doente.

<sup>150</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 19 v. – 20.

<sup>151</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, p. 156.

<sup>152</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 6 – 6 v.

<sup>153</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 306 v. – 307.

<sup>154</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 109 – 110.

<sup>155</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 146 – 146 v.

chorudo.<sup>156</sup> Ainda neste ano, também foi referido que a escrituração foi realizada pelo tesoureiro da Misericórdia, apesar de ser função essencial dos clínicos, que era quem lidava de perto com os doentes.<sup>157</sup> Como se constata, o hospital de São Marcos sofreu muitas alterações provocadas pela presença de um número muito elevado de militares. Essa mudança foi muito visível em seus físicos, mas também nos assalariados, nos equipamentos e no seu quotidiano.

#### **1.4 Os equipamentos do hospital**

Os equipamentos e utensílios do hospital constituem uma grande panóplia de nomes e possuem funcionalidades diversas. Analisaremos os casos mais relevantes que espelhem o panorama da primeira metade de oitocentos e que reflectam um toque de inovação para o hospital de São Marcos. Do mesmo, modo pretende-se tratar no presente ponto as doações de equipamento e utensílios ao hospital. Pretende-se, assim, demonstrar um pouco daquilo que foi usado e que os profissionais de saúde e seus subordinados se muniram para cuidar da saúde e da alma dos militares internados.

Há que ter em conta que as dificuldades da instituição, não só afectaram provavelmente o hospital a nível das obras em curso, mas também a nível de equipamentos e utensílios, pelo que neste ponto as doações eram de crucial valor, pois vinham ter ao hospital a custo zero. Outro ponto interessante e que convém mencionar é o facto de que mais militares internados implicava naturalmente mais equipamentos, nomeadamente camas e tudo o que lhes está associado.

A nível da cozinha, em 1802, há uma compra de duas “redes de aço” para “cozer a carne e galinhas”. Custaram ambas 19.500 réis e foram encomendadas na “Inglaterra”.<sup>158</sup> E em 1837 foi mandada fabricar “uma cozinha em ferro” para o hospital.<sup>159</sup> Isto pode indiciar uma remodelação na cozinha, por crescente aumento de pacientes e maior necessidade de confeccionar refeições, do mesmo modo que o “ferro” é bastante mais resistente e de fácil limpeza que os outros materiais.

---

<sup>156</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 36 – 36 v.

<sup>157</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fls. 81 v. – 82.

<sup>158</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 97 v. – 98.

<sup>159</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 169 - 169 v.

Em 1802 há uma doação ao hospital, apesar de a fonte não indicar o benemérito, de 16 “camas aparelhadas” e “vários concertos de carros”.<sup>160</sup> Esta doação ocorreu numa altura de grande enchente de sífilíticos. Em 1809, o “Desembargador Corregedor” em ofício pediu o máximo de camas para acomodar os doentes militares da Guerra Peninsular, contudo, devido às dificuldades vividas em ambiente bélico, a Mesa da Santa Casa informou da necessidade de existir “mais moderação quanto ao mesmo referente às camas”.<sup>161</sup> O facto demonstra grande dificuldade neste período em adquirir camas para acomodar os soldados, visto que no norte do país estava a decorrer a segunda invasão francesa capitaneada pelo general Soult.<sup>162</sup> O hospital não tinha espaço, era um facto consumado e conseguir camas rapidamente não era tarefa fácil. Situação similar também se passou em Vila Viçosa, no seu hospital.<sup>163</sup>

Em 1807 foram gastos 50.000 réis em lençóis.<sup>164</sup> Mais uma vez demonstra uma atenção por parte do hospital ao clima de guerra que se começa a viver e ao facto de poderem chegar militares enfermos ao hospital. Em 1800 mandaram-se fazer cortinas para as enfermarias.<sup>165</sup> Demonstra-se uma preocupação com a comodidade dos pacientes, nomeadamente na sua fase de convalescença, para poderem repousar e dormir durante o dia, sem terem incidência de luz solar sobre as enfermarias. Ou, então cortinas para separar as camas nas enfermarias.

Em 1832 são mandados fabricar “bancos, ou pés de cama” e mais aprestos necessários para levantar os enxergões existentes nas enfermarias.<sup>166</sup> As alterações reflectiam preocupação com a comodidade dos doentes mas também com a higiene e saúde. Em 1807 adquiriu-se “carrinhos para os aleijados”, “moletas”, “pernas de pau”, e “muita louça”. Relativamente à louça é bem provável que tenha sido para maior conforto dos doentes. Alguns pagavam o seu internamento, como é sabido. A louça está sujeita a grande desgaste, pelo que

---

<sup>160</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 116 v. – 117.

<sup>161</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 87 v. – 88.

<sup>162</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 533.

<sup>163</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 339

<sup>164</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 27 v. – 28.

<sup>165</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 16 v.

<sup>166</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 291 – 291 v.

seria corrente a sua substituição.<sup>167</sup> Já no que respeita aos “carrinhos de aleijados” e “moletas” demonstra nitidamente uma preocupação com os doentes militares que poderão vir em massa. As “pernas de pau” são curiosas na medida em que demonstra que o hospital já se dedicava a fazer próteses de membros neste período, ainda que arcaicas. A amputação de membros, como forma de sanear infecções mais danosas que causassem a morte do doente, ou então mesmo de militares, que perderam os membros inferiores no decorrer dos combates, num período em que a artilharia tinha um grande uso, nomeadamente com a utilização de granadas explosivas, impunha-se e podia ser aliviada com a utilização destes suportes.<sup>168</sup> Um ofício do príncipe regente, datado de 31 de Dezembro de 1814, declara que fossem descontadas nas dívidas contraídas pelos militares no hospital todas as “roupas” e “utensílios” que fossem fornecidos pelos militares para o seu tratamento.<sup>169</sup>

Em 1837, com o aumento de internados o anterior “pote” era insuficiente para a comida dada aos doentes, tendo sido mandado fabricar um maior para aumentar a quantidade de comida fornecida.<sup>170</sup>

Os produtos bastante usados na cura dos militares, especialmente feridos, envolviam “fios”, “ataduras”, “panos”, “medicamentos”, “ungentos” e “caliasnos”.<sup>171</sup> E ainda os “ferros de cirurgia”.<sup>172</sup> Estes bens de consumo, usados no tratamento dos doentes, naturalmente seriam gastos em grande quantidade. Na década de 40 do século XIX, os enfermeiros “andavam pedindo fios” para o hospital pelas ruas de Braga, tal era necessidade destes bens.<sup>173</sup> A mesma técnica, para obter bens em praça pública, foi usada em Espanha na aurora de oitocentos, pelos irmãos da “Real Congregação hospitalária de N. P. Jesus Nazareno da Providência” que detinham um hospital. Recorriam frequentemente a peditórios públicos para angariar fundos para sustentar o seu hospital.<sup>174</sup>

---

<sup>167</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 33 v. – 34.

<sup>168</sup> Sobre a artilharia na Guerra Peninsular, leia-se Borges, João Vieira (dir.), *A Artilharia Na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História, 2009, pp. 43 - 57.

<sup>169</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814-1833*, N° 715, fls. 4 v. – 5.

<sup>170</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoloções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 134 v. – 135.

<sup>171</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 73 v. – 74.

<sup>172</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1842 – 1856*, N° 27, fls. 157 – 158.

<sup>173</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 2, 1836 - 1850*, N° 227, fl. 217 v.

<sup>174</sup> Doncel, Juan Aranda, *Historia del hospital de Jesus Nazareno de Castro del Rio (1741-1991)*, Córdoba, Delegação de Cultura do Ajuntamento de Castro del Rio e Área de Cultura da Deputação Provincial de Córdoba, 1992, p. 125.

A Santa Casa deu uma imagem antiga de Cristo Crucificado que se encontrava na capela-mor da Santa Casa da Misericórdia ao hospital. Depois de retocada convenientemente, foi colocada no hospital.<sup>175</sup> Em 1835, o órgão da igreja da Senhora a Branca encontrava-se à venda em hasta pública. Aproveitando a ocasião e o preço de 50.000 réis de venda, foi adquirido para ser colocado na igreja do hospital.<sup>176</sup> Há também neste ano uma autorização dada ao tesoureiro do hospital para adquirir uma imagem de Santo Inácio para ser colocada na igreja, assim como, uma banqueta para o altar, castiçais para o trono e oito tocheiras.<sup>177</sup> As relíquias de São Marcos foram colocadas em 1835 num altar colateral da igreja do hospital.<sup>178</sup> Em 1843, com a extinção dos conventos, muita da prata dos cenóbios da cidade foi armazenada no hospital de São Marcos. Acabou por ficar para a igreja do hospital, pois esta necessitava dela.<sup>179</sup> Estas aquisições de material religioso, ou então para funcionalidades religiosas, espelham bem a constante preocupação na assistência à alma dos doentes. O caso mais figurativo aqui, prende-se com o “órgão”, peça chave para acompanhar cerimónias litúrgicas. Como o tempo não favorecia maiores gastos, decidiu-se adquiri-lo em segunda mão, a um preço mais módico.

Como se verifica, o hospital sofreu algumas alterações na primeira metade do século XIX, procurando responder às necessidades que se impunham. O tratamento de militares obrigou-o a alargar o espaço de internamento, a contratar mais assalariados e a interagir constantemente com o Estado para ser pago. Todavia, seria no seu interior, com a presença dos homens da guerra, que as maiores alterações foram sentidas.

---

<sup>175</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 268 v. – 269.

<sup>176</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 36 – 36 v.

<sup>177</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 57 v. – 58.

<sup>178</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fl. 63 v.

<sup>179</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1842 – 1856*, N° 27, fl. 26 v.





## Capítulo II

### 2. Entre a guerra e a doença

#### 2.1 O internamento dos militares: do campo de batalha até à saída do hospital

Um militar ferido em campo de batalha, antes de receber assistência do hospital de São Marcos, era recolhido pelo seu corpo militar. A sua chegada ao hospital, poderia demorar, por vezes, alguns dias, na medida em que, havia que ter em conta diversos factores, como, por exemplo, o mau estado das estradas, o bloqueio de estradas por forças inimigas, ou então combates a decorrer.<sup>180</sup> Os militares feridos eram, então recolhidos por um carro, geralmente um carro de bois,<sup>181</sup> designado por “ambulância”, que frequentemente se encontrava a uma légua de distância da zona de combate, mal o combate acalmasse. Recolhido o militar, era encaminhado para um “local de reunião”. Contudo, militares feridos que ainda não tivessem perdido as suas faculdades de locomoção dirigiam-se por seu pé, ou com ajuda de camaradas para o dito “local de reunião”. Naturalmente, esse “local de reunião”, era um local seguro na retaguarda.<sup>182</sup> Indivíduos prontos para ajudar não faltariam, na medida em que, era uma óptima desculpa para se esquivarem ao combate.<sup>183</sup> Mesmo assim, por vezes, um soldado poderia levar horas, ou até mesmo dias a ser recolhido, mantendo-se em agonia e passando privações até ser recolhido, se sobrevivesse.<sup>184</sup> Este modelo de recolha de militares feridos era de influência francesa e foi incrementado em Portugal por altura das Guerras Napoleónicas.<sup>185</sup> O militar teria de ter uma “baixa”. Esta “baixa” só poderia ser passada pelo seu comandante e na sua ausência pelo

---

<sup>180</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>181</sup> Leia-se Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 701.

<sup>182</sup> Ferreira, João José Brandão, “O serviço de saúde militar no princípio do século XXI em Portugal”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 140.

<sup>183</sup> Confira-se Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 704.

<sup>184</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., pp. 703 – 704.

<sup>185</sup> Veja-se a propósito Ferreira, João José Brandão, “O serviço de saúde militar no princípio do século XXI em Portugal”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 146.

governador de armas e, por sua vez, na ausência deste, por uma autoridade civil. Contudo, para se passar a “baixa” ao soldado, este teria de ser analisado primeiro por algum médico ou cirurgião da terra, com vista a averiguar se estava realmente doente. Se essa autoridade não o fizesse, recairiam responsabilidades sobre si.<sup>186</sup>

Durante as Lutas Liberais, os soldados enfermos por norma entrariam às “4 horas da tarde” no hospital, para serem examinados pelos “Professores”, como forma de triagem. Nesta triagem, os “Professores” determinariam o estado do militar e apenas era internado em casos graves para o “bem da Fazenda Real”<sup>187</sup>. Isto pode indiciar, que não tinham um exame prévio, e já apareciam no hospital com a “baixa” assinada. Todavia, esse horário parece ter sido alargado, pois os militares continuavam a ignorá-lo, e inclusive, a entrarem sem sequer terem as “baixas” passadas pelos comandantes. Desta forma, exigiu-se em 1832 que a sua entrada fosse até às “6 horas e meia da tarde”, altura em que estavam de serviço os mordomos ou o tesoureiro. Apenas poderiam entrar a qualquer hora, militares que corressem risco de vida.<sup>188</sup> Após o internamento, o director do hospital era obrigado, a declarar a sua presença ao comandante, mediante um ofício, para este estar atento, e ter conhecimento sobre o estado de saúde do soldado. Além disso, também seria uma forma e uma garantia do Exército estar devidamente informado relativamente ao que teria que pagar.<sup>189</sup> O soldado era então obrigado a desfazer-se dos seus haveres, aquando a sua entrada, pois eram-lhe fornecidas roupas próprias para estar internado. A guarda dos seus objectos estava à tutela de um escriturário.<sup>190</sup> Caso o soldado falecesse, os pertences seriam entregues a um militar, enviado pelo comandante do corpo, para os recolher.<sup>191</sup> O Exército reclama sempre os bens militares relacionados com equipamento, armamento e fardamento e, por norma, a família do militar falecido ficava com os seus haveres pessoais.<sup>192</sup> Também quando um soldado falecia, o hospital tratava da sua cerimónia fúnebre por questões “de ser ético no primeiro estado”, o militar ia para a “sepultura” com parte do seu

---

<sup>186</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, p. 145.

<sup>187</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 106 v. – 107.

<sup>188</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 119 v.

<sup>189</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 85, fls. 7-7 v., 26.

<sup>190</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 21 – 21 v.

<sup>191</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 105 – 105 v.

<sup>192</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 121 v.

uniforme.<sup>193</sup> O director, um facultativo ou geralmente um escriturário, anotaria então em listas, designadas nas fontes por “Mapas” e “Relações”, o tempo de internamento do militar no hospital para posteriormente ser cobrado ao Exército.<sup>194</sup> Quando era internado era dirigido para uma cama, existindo na cabeceira desta umas “papeletas”, ou seja, as fichas clínicas do soldado.<sup>195</sup> Sabemos através das fontes que os soldados ocupavam normalmente as enfermarias de “Santo-André Avelino”<sup>196</sup> e de “São Roque”<sup>197</sup>, contudo, em certos casos há menção a uma “Enfermaria Militar”.<sup>198</sup> Havia ainda uma enfermaria destinada a militares sentenciados ou detidos. Ou seja, em 1832 o hospital tinha militares distribuídos por quatro enfermarias, o que consigna um espaço considerável para estes doentes. Sendo um local onde se concentravam prisioneiros de guerra, ou então militares sentenciados, estava sempre presente um sentinela à vista para impedir a sua deserção. Por vezes, aparece mencionada nas fontes como “prisão do hospital”.<sup>199</sup> Os militares internados, em condições de andarem, teriam ainda direito a um passeio ao ar livre, no exterior do hospital, mas sempre na presença de um cabo do Exército. Estes passeios eram bastante prezados pela comunidade médica, que atribuía propriedades terapêuticas ao ar, que acelerariam a cura do doente.<sup>200</sup> Os passeios realizavam-se então, com um horário fixo: de manhã das 6 horas às 8 horas, e de tarde das 16 horas às 18 horas.<sup>201</sup>

Os militares também tinham horas para as refeições. O jantar era sempre servido às 11 horas. A ceia, obedecia a calendários, de Outubro a Março era servida às 5 horas, e de Abril a Setembro às 6 horas. Contudo, quando os doentes estavam impedidos de comer a estas horas, o director do hospital decidiria o horário da refeição.<sup>202</sup> Em 1833, cessavam as altas aos militares

---

<sup>193</sup> O caso em apreço é de um soldado do corpo da Guarda Real da Polícia do Porto. Este militar quando entrou no hospital tinha consigo o seguinte espólio: “jaqueta da Polícia”, “calça azul”, “barretina”, “dois pares de sapatos”, “gravata”, “duas camisas”, “barrete da polícia”, um par de “polainas pretas”, “bortal” e “camisa de malha”. Em virtude das exéquias ao falecido, apenas foi entregue ao Exército: “uma camisa”, “um bortal”, um par de “polainas pretas”, “barrete da polícia”, “camisa de malha” e “um par de sapatos”. Há, uma notória preocupação com a indumentária do defunto, talvez como forma de demonstrar o seu prestígio enquanto homem da guerra e polícia. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 128 v.

<sup>194</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 6 – 6 v.

<sup>195</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 22.

<sup>196</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 25 – 25 v.

<sup>197</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 157 v.

<sup>198</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 73.

<sup>199</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 134.

<sup>200</sup> Leia-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV..., pp. 591 – 592.

<sup>201</sup> Possivelmente no largo dos Remédios, precisamente em frente à igreja do hospital de São Marcos.

<sup>202</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, p. 155.

internados passadas pelos comandantes dos corpos militares. Nessa altura, quando os militares já se encontravam quase recuperados, passavam para o “Depósito de Convalescentes”.<sup>203</sup> Este, foi criado em finais de Dezembro de 1832, por ordem do cirurgião-mor do Exército, José Maria da Silva. O depósito, na verdade, era um local de repouso absoluto dos militares convalescentes, até estarem perfeitamente recuperados.<sup>204</sup> Quem dirigia o depósito era um coronel com o título de “Comandante do Depósito de Convalescentes”, funcionando o depósito como se fosse um corpo militar. Havia pelo menos dois depósitos de convalescentes em Braga, um para infantaria e outro destinado à cavalaria.<sup>205</sup> Provavelmente, o “Depósito de Convalescentes”<sup>206</sup> foi criado tendo em mente a resolução de uma série de questões: serviria como um meio de controlo para impedir a deserção, que era bastante elevada nas Lutas liberais;<sup>207</sup> evitaria erros relacionados com as “altas” passadas aos militares;<sup>208</sup> evitar que os soldados passassem bastante tempo nos hospitais civis e evitando assim o agravamento das despesas para com os hospitais civis e impediria a sobrelotação dos hospitais civis, libertando mais camas para futuros soldados enfermos que dessem entrada. Contudo, é-nos impossível precisar se estes “Depósitos de Convalescentes” se perpetuaram pelo resto da primeira metade do século XIX, pois as fontes infelizmente não nos indicam se o liberalismo adoptou esta prática do Exército realista.

Esta política de repouso para os militares convalescentes, nem sempre era devidamente respeitada, pois, durante as Lutas Liberais chegou-se mesmo a colocar “soldados que estavam convalescentes no hospital” a escoltarem prisioneiros até Valença. Resolveu-se aplicar tal medida, visto que havia falta de efectivos militares em Braga, pois estavam todos envolvidos no cerco do Porto.<sup>209</sup> Este tipo de acções podiam naturalmente degenerar numa recaída do militar doente, fazendo-o regressar de novo ao hospital, ou então custar-lhe mesmo a própria vida.

---

<sup>203</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 17 v. - 18v.

<sup>204</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 17 v. - 18v.

<sup>205</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado; Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 18.

<sup>206</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fls. 136 - 137.

<sup>207</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, pp. 179 - 180.

<sup>208</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 17.

<sup>209</sup> O cerco do Porto foi uma manobra operada pelo Exército realista com vista a tentar aniquilar o Exército liberal. Pretendia-se mediante um encurralamento, que os liberais padecessem face às privações. Este cerco durou desde meados de 1832 até inícios de 1834, não conseguindo os realistas levar as suas intenções avante. ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fls. 114 - 115.

Os militares que depois do internamento sofressem de deficiências de guerra ficavam inaptos para o serviço militar,<sup>210</sup> teriam, então, a “Baixa do Real Serviço”.<sup>211</sup> Contudo, em certos casos, havia militares que apresentavam apenas deficiências de guerra ligeiras.<sup>212</sup> Nesses casos eram colocados nos corpos de “Pés de Castelo”, mais tarde designados por “Companhias de Veteranos”,<sup>213</sup> desempenhando essencialmente funções de tropa de reserva<sup>214</sup> e de guarnição. No entanto, ambos os casos eram concedidos com a “Graça de Sua Majestade”, pelo que, teriam de ter ordens superiores providas da Coroa.<sup>215</sup> No caso do exército liberal, durante as Lutas Liberais e inícios do segundo liberalismo, os militares parcialmente inválidos seriam integrados nos “Batalhões Fixos”.<sup>216</sup>

O soldado, durante o seu internamento, usufruía da assistência espiritual, assistia a missas e tinha acesso aos serviços confessionais do capelão.<sup>217</sup> Conforme se procurava curar o corpo, também se procurava curar a alma.

O hospital procurava tratar bem os militares, quer a nível dos cuidados prestados, quer no trato, de acordo com as apreciações de Beresford.<sup>218</sup> Mesmo assim, mais tarde, foi realizada uma inspecção por parte do Exército, que visava precisamente fazer um levantamento de informações junto dos profissionais do hospital e doentes, para averiguar a qualidade do tratamento. Este facto prova que existiam queixas contra o hospital. Como se tratava de um serviço pago era natural que o Exército se mantivesse vigilante e exigisse condições condignas para os seus homens.

---

<sup>210</sup> Por exemplo se tivessem de sido alvo de amputações.

<sup>211</sup> ADB, Maço 4.2, Documento Avulso, não paginado.

<sup>212</sup> Por exemplo, um militar que ficou parcialmente incapacitado de um membro inferior, mas que contudo, ainda tivesse capacidade de locomoção, estaria inapto para marchas, mas não estaria inapto para serviço de sentinela.

<sup>213</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2)*, Osprey Publishing, 2000, p. 33; Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 358.

<sup>214</sup> Entenda-se por militares que só entram em acção como último recurso.

<sup>215</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 16.

<sup>216</sup> Os “Batalhões Fixos”, como o nome insinua, estavam adscritos a uma posição, sendo, portanto, constituídos por militares inaptos para manobras. Consulte-se Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 358.

<sup>217</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 344.

<sup>218</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 32, fl. 3; N° 38, fl. 4 v.

## 2.2 A rede viária oitocentista: os seus impactos na assistência aos militares

A rede viária portuguesa da aurora de oitocentos manteve-se herdeira dos séculos anteriores, não sofrendo grandes alterações.<sup>219</sup> Podia-se descrever a rede viária de então como uma sequência de caminhos mais ao menos sinuosos, com um piso irregular. Um bom exemplo desta rede, era a “estrada da Falperra”, que sempre que chovia de forma acentuada, o município bracarense era obrigado a fazer obras de reparação.<sup>220</sup>

Contudo, com o liberalismo, a política do Estado relativamente às estradas mudou, planeando-se novas vias baseadas em projectos mais modernos. Em Braga, por inícios de 1838, estava a ser completado o “lance de estrada” no “Carvalho de este” e “ponte do Porto”, enquanto se iniciavam as obras para construir um novo “lance” no “sitio da fonte das tripas”.<sup>221</sup> Mais tarde, em inícios de 1845, esteve em Braga o “director das estradas”, Lucote, em companhia de uns “ingleses e um engenheiro”. No seguimento da sua estadia em Braga, iniciase a 6 de Junho de 1845, a construção da estrada que ligava Braga ao Porto. A construção processou-se com bastante celeridade, empregando grande mão-de-obra.<sup>222</sup> Contudo, devido aos “alinhamentos” da estrada para Guimarães, naturalmente, era necessário recorrer a expropriações de terrenos, Lucote parece não ter tido a melhor conduta, excedendo-se em “violências” pelo termo de Guimarães. Irritado com os atavismos decorrentes da construção da nova estrada, devido à resistência dos populares às pressões dele para ceder os terrenos, abandonou os seus trabalhos e regressou a Lisboa.<sup>223</sup>

A tarefa de transportar militares enfermos para um hospital era penosa, podendo muitos militares enfermos padecer na viagem. Eram transportados por lentos carros de bois, macas, ou então a ombros de camaradas seus. Quanto mais demorada e difícil fosse a viagem, além de o enfermo mais sofrer, em pior estado chegava às mãos dos profissionais de saúde.<sup>224</sup>

---

<sup>219</sup> Relativamente à evolução da rede viária oitocentista portuguesa, veja-se Pacheco, Elsa, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 1 – 27.

<sup>220</sup> Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808 ...*, pp. 196-197.

<sup>221</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 152.

<sup>222</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 131 – 133.

<sup>223</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 166.

<sup>224</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 704.

É sabido que uma boa rede viária teria um grande impacto no trânsito de militares doentes para o hospital de São Marcos, na medida em que, com os melhoramentos feitos, e novas construções de estrada, o tempo de viagem encurtou e tornou-se mais rápido, podendo isto fazer grande diferença quando um militar doente se encontrava entre a vida e a morte. Um bom exemplo de grande utilização das estradas por parte dos militares, passou-se em 1845, quando a estrada que fazia a ligação de Braga ao Porto ainda não estava devidamente concluída, já os militares faziam um uso intensivo dela, chegando a ser motivo de sátira por parte dos bracarenses.<sup>225</sup>

### **2.3 O abastecimento de víveres ao hospital e as rações dos soldados internados: um jogo de equilíbrios logísticos em tempos de guerra e crise**

O abastecimento de víveres ao hospital sempre foi uma preocupação constante. O hospital podia adquirir os víveres através de doações, ou, então, mediante compra, no mercado. Um bom exemplo de doação ocorreu em 1801, quando a Misericórdia de Braga ofertou ao hospital uma “esmola de carne”, decorrente de uma remessa desse produto comprado para abastecimento das valências assistenciais da Santa Casa.<sup>226</sup> Contudo, em 1806, a Mesa da Santa Casa teve conhecimento que as “carnes vermelhas” provenientes do “Açougue Público” eram de má qualidade. Estas carnes só deveriam ser usadas em casos especiais prescritos pelos clínicos. Perante tal facto, fica decidido que a carne de uso corrente passaria a ser carne branca, proveniente de galinhas.<sup>227</sup> Esta medida pode estar relacionada com uma política de contenção de custos da Santa Casa. A Misericórdia possuía galinhas, fruto de diversos rendimentos e rendas, compensando-lhe fornecê-las ao hospital.<sup>228</sup> A carne de galinha, estava, contudo, quase riscada da dieta dos militares, de acordo com o regulamento para os hospitais militares. Apenas se poderia alimentar um doente militar com “galinha” quando “se julgue absolutamente indispensável”.<sup>229</sup> Apesar das novas directivas, a Santa Casa e suas

---

<sup>225</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 173.

<sup>226</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fl. 89 v.

<sup>227</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 251 – 251 v.

<sup>228</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 292.

<sup>229</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., p. 154.

dependências, continuariam a ser abastecidas pelo açougue, entrando em 1807 num conflito aberto com Luís Pereira de Sousa. A contenda decorreu devido aos privilégios cedidos pela Coroa à Santa Casa da Misericórdia. Esses privilégios estavam relacionados com prioridades de escolha de certos animais para abate e procedência no atendimento. A crispação devia-se precisamente a “uns juro” que a Santa Casa de Braga tinha em dívida para com ele. O ponto alto desta crispação atingiu-se quando Luís Sousa, acompanhado de “oficiais da justiça”, entrou no hospital e confiscou os “lombos”, devidamente cortados e prontos a ser confeccionados. Após o sucedido, Luís Sousa partilhou os ditos “lombos” com os “oficiais da justiça”, que o acompanhavam.<sup>230</sup> Mesmo assim, tendo a Santa Casa privilégios sobre o açougue público, foi celebrado a 14 de Dezembro de 1832 um contrato de fornecimento de carnes vermelhas com Manuel Fernandes.<sup>231</sup> Muito provavelmente, atendendo à época em questão, este contrato poderia estar relacionado com carestia de carne<sup>232</sup> e os seus elevados preços. Pode ainda ter a ver com a necessidade que o hospital tinha de maior quantidade e, por isso, de outro abastecedor do produto. Desta forma, o hospital negociava com quem “mais barato e de melhor qualidade se obrigar a fazê-lo”.<sup>233</sup> Igual situação viveu o hospital Vila Viçosa, em 1803, quando a carestia de bens alimentares era motivada pelo grande número de militares aí presentes.<sup>234</sup> A dieta alimentar dos militares enfermos estava prescrita no seu regulamento.

Vejamos os ingredientes das rações previstas no regulamento para os hospitais militares.<sup>235</sup>

- Dieta nº 1 e nº 2: caldos de vaca, vitela ou carneiro. Por cada doze enfermos serviam-se seis arrátéis<sup>236</sup> de carne, na “marmita” dos caldos. O tipo de carne era responsabilidade dos médicos decidir.

---

<sup>230</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 40.

<sup>231</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 - 1834*, N° 25, fls. 303 - 303 v.

<sup>232</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, pp. 139-140.

<sup>233</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 209

<sup>234</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 341.

<sup>235</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, N° 4 Tabela.

<sup>236</sup> O arrátel equivale a 0,4590 kg.



- Dieta nº 2: uma onça<sup>237</sup> de arroz para o jantar duas onças de pão para a “ceia”, três onças de pão para o jantar para cada um. Os oficiais do Exército tinham direito a cinco onças de pão, quer ao jantar, quer à ceia.
- Dieta nº 3: cinco onças de carne para o jantar e três onças para a ceia. Uma onça de arroz para o jantar e uma onça para a ceia. Cinco onças de pão para o jantar e cinco onças de pão para a ceia. Os oficiais do Exército tinham direito a mais “meio Frango assado” para o jantar e duas onças de chocolate para o almoço.
- Dieta nº 4: oito onças de pão para o jantar e oito onças de pão para a ceia. Dez onças de pão para o jantar e igual número de onças de pão para a ceia. Duas onças de arroz para o jantar e uma onça de arroz para a ceia. Os oficiais do Exército tinham direito a mais três onças de chocolate para o almoço, um quarto de galinha, ou “meio Frango assado”, ou uma libra de carne para o jantar e ceia e “duas destas para todo o dia.”

Constata-se através da análise aos menus a hierarquia do Exército e o tratamento alimentar diferenciado entre os seus homens. Contudo, sendo a dieta nº 4 destinada a doentes convalescentes, não é descabido que os oficiais tivessem direito a mais géneros que os seus subalternos. Ao fim e ao cabo, eram eles quem comandavam os rumos da guerra e a sua ausência, por vezes, podia significar grande dano nas operações bélicas que decorriam. É notório um interesse na rápida recuperação destes, para que regressassem o mais cedo possível ao campo de batalha. Durante as Lutas Liberais, os oficiais que recebiam “alta”, não iam para o depósito de convalescentes mas sim, imediatamente para o “corpo” militar.<sup>238</sup>

Além destas dietas, havia ainda, as dietas extraordinárias. Denominam-se dietas nº 5, nº 6 e nº 7. Estas dietas destinavam-se a casos especiais.<sup>239</sup> As rações eram servidas em “marmitas”. Dessas “marmitas”, havia uma com o nome de “marmita Geral”. As rações nº 1 e nº 2, como eram caldos, eram servidos numa “marmita”, separada da “marmita Geral”. Caso fosse adicionada carne à “marmita” dos caldos, esta tinha de ser extraída da “marmita Geral”.

---

<sup>237</sup> A onça equivale a 28,349523125 gr.

<sup>238</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>239</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, p. 153.

Os médicos, se entendessem, poderiam mandar adicionar “cevadinha”, arroz, e outros ingredientes. Porém, teriam de declarar que o fizeram no “Mapa geral” das rações.<sup>240</sup>

A dieta nº 4 era destinada exclusivamente a doentes convalescentes.<sup>241</sup> Os médicos tinham ainda o poder de acrescentar legumes, ou peixe, à dieta nº 4, tendo de o prescrever no “Mapa geral” das rações.<sup>242</sup>

O arroz aparenta ter um papel regulador a nível dos intestinos, daí estar tão presente nas dietas prescritas pelo regulamento. A importância da alimentação era enorme, tendo em vista a função específica dos militares.<sup>243</sup>

O vinho era servido nas refeições. Já a aguardente tinha outra finalidade. Numa época em que não havia anestésicos muitas amputações no hospital poderiam ser realizadas recorrendo ao embriagamento do militar enfermo, de modo a este sentir menos dor.<sup>244</sup> Além disso, era usado na cura dos militares, mas em termos moderados.<sup>245</sup> E compreendia-se, os militares tinham bastante afinidade com o álcool e, assim, evitava-se que se embriagassem e causassem distúrbios.

Apesar do prescrito, o hospital parece ter ignorado as rações do regulamento, ou então alterado de seu escrutínio, até surgir um ofício de 27 de Fevereiro de 1829, em que se exigiu o cumprimento, com rigor, das “dietas” estipuladas para os hospitais militares. Desta forma, colocava-se a responsabilidade sobre os provedores e directores. Insistiu-se novamente junto deles em 1832.<sup>246</sup> Contudo, na véspera de Natal de 1832, os hospitais de São Marcos e Pópulo viam-se obrigados, por carestia de géneros, a alterar as dietas prescritas no regulamento. A alteração visou o seguinte:

- Dieta Nº 2 – “mudado o arroz com igual preço de pão”.
- Dieta Nº 3 – “mudado o arroz para igual preço de carne”.

---

<sup>240</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., p. 152.

<sup>241</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., p. 153.

<sup>242</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., p. 154.

<sup>243</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 703.

<sup>244</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 704.

<sup>245</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., pp. 154 – 155.

<sup>246</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, Nº 25, fl. 302.

- Dieta N° 4 – “mudado para “igual preço de feijão miúdo”.

A dieta N° 4 era apenas “determinada pelo Facultativo respectivo” e só se aplicava em casos que se “julgue prejudicial ao enfermo o sobredito feijão”, mudando-se, então, para “igual preço da carne”.<sup>247</sup> A carestia de géneros, durante as Lutas liberais, continuou pelo ano de 1832, obrigando a Santa Casa a apoiar-se sobre contactos bem posicionados do tesoureiro da Santa Casa, António José Ribeiro, em Arcos de Valdevez. A questão girava em torno dos preços do trigo praticados em Braga, que estavam bastante altos,<sup>248</sup> ao passo que em Arcos de Valdevez eram mais baixos, tendo este autorização para comprar lá todo o trigo que fosse necessário para abastecer o hospital. Desta forma, a Santa Casa contornava os preços elevados praticados em Braga, poupando dinheiro e sustentando o abastecimento cerealífero do hospital.<sup>249</sup>

Ainda relativamente às dietas dos militares, o regulamento para os hospitais militares obrigava a que o comandante da sentinela do hospital estivesse presente na pesagem dos géneros usados na confecção das dietas, assim como houvesse uma sentinela a controlar todos os bens alimentares que saíssem da cozinha.<sup>250</sup> Ainda assim, a dieta prescrita no regulamento para os hospitais militares sempre foi motivo de queixa e desagrado por parte dos militares, lamentando-se frequentemente das doses serem pequenas. Isto gerava contendas e autênticos braços de ferro entre os pacientes militares e o hospital.<sup>251</sup>

## **2.4 As entradas de militares no hospital de São Marcos: uma sequência de causalidades e fatalidades ligadas à guerra**

### **2.4.1 A Guerra Peninsular (1807 - 1814)**

Durante a Guerra Peninsular, a primeira notícia de entrada de militares no hospital refere-se a Setembro de 1807, sendo maioritariamente soldados dos corpos de infantaria de

---

<sup>247</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 304 v. – 305 v.

<sup>248</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, pp. 139 – 140.

<sup>249</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 334

<sup>250</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 101.

<sup>251</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 135 – 135 v.

Valença, milícias de Viana e outros que “andavam nas estradas”.<sup>252</sup> Percebe-se que se incluíam nestes soldados em debandada, ou então em marchas. Pela data em questão e pelo local onde os corpos assentavam praça, deduz-se, portanto, que estes internamentos, ou decorriam de mazelas de guerra, motivadas pela invasão espanhola do Minho, ou provieram das ditas marchas.<sup>253</sup> Podemos assumir então, que Braga era um local de trânsito de militares. Há possibilidade de ter havido também soldados espanhóis internados no hospital, ainda que residualmente, em virtude de um pedido de auxílio monetário realizado por um “Comissário Espanhol e de Guerra” à Santa Casa.<sup>254</sup> Entre 1808 e 1809, continuou a presença de militares internados no hospital,<sup>255</sup> devido aos eventos bélicos da altura. Neste período, vários hospitais nacionais ocuparam-se dos feridos de guerra.<sup>256</sup> Alguns confrontos como, por exemplo, a batalha da serra do Carvalho,<sup>257</sup> ou a batalha da Ponte de Amarante tiveram repercussões no internamento hospitalar em São Marcos.<sup>258</sup> A serra do Carvalho, ponto sobranceiro à cidade de Braga, possuía um valor estratégico importante, na medida em que a estrada real que ligava Chaves a Braga, contornava essa serra. Ao avançarem sobre a serra do Carvalho, as linhas avançadas francesas foram repelidas, contudo, quando o grosso dessas forças chegou à serra, os portugueses foram completamente ultrapassados, batendo em retirada.<sup>259</sup> No que respeita à batalha da serra do Carvalho, menciona-se a presença na batalha de soldados do corpo da “Leal Legião Lusitana”,<sup>260</sup> de “Milicianos” e de “Ordenanças” organizadas à pressa, o que não é descabido de supor que seriam estes soldados que recorreram ao auxílio do hospital de São

---

<sup>252</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 62- 63.

<sup>253</sup> Vários, *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808: Programa do Colóquio e Textos de Referência* ..., pp. 17 – 18.

<sup>254</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 62.

<sup>255</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 62 - 63.

<sup>256</sup> Para Setúbal leia-se Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 417 – 418.

<sup>257</sup> Vários, *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808: Programa do Colóquio e Textos de Referência* ..., pp. 20 – 23.

Para uma visão mais detalhada das operações militares do Grande Armée e dos Aliados no Norte de Portugal durante a segunda invasão comandada por Soult veja-se: Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português* ..., pp. 232- 246.

<sup>258</sup> Sobre a defesa da ponte de Amarante veja-se Barata, Manuel Themudo, “A Subversão organiza-se a nível nacional” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., pp. 172 - 174.

<sup>259</sup> Nunes, António Pires, “A segunda invasão francesa”, in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 78. Veja-se também Cruz, Manuel Braga da, “A defesa de Braga, na segunda invasão francesa: o combate de Carvalho de Este”, in Oliveira, Valente de (coord), *O Porto e as Invasões Francesas 1809 – 2009*, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 281 – 301.

<sup>260</sup> Sobre o corpo da Leal Legião Lusitana, veja-se Nunes, António Pires, “A segunda invasão francesa” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., pp. 84 – 85.

Marcos para se curarem.<sup>261</sup> Do lado francês, encontramos três divisões comandadas por Heudelet, Laborde e Mermet.<sup>262</sup> O facto de serem divisões, induz-nos a pensar serem formações de regimentos, logo, as forças francesas que atacaram a serra do Carvalho seriam num número vastamente superior ao dos defensores portugueses. Nesse mesmo ano de 1809, foi reportada a presença de militares portugueses, ingleses e franceses.<sup>263</sup> Desses corpos é de mencionar a presença da “Legião Hannoveriana”,<sup>264</sup> que não seriam nada mais do que soldados alemães, dos domínios da coroa britânica na Alemanha.<sup>265</sup> No dia 15 de Maio, todo o exército anglo-luso, que operava no norte, esteve concentrado em Braga.<sup>266</sup> É provável que desta concentração, tenham vindo com os militares os seus enfermos e que tenham recorrido ao hospital de São Marcos em busca de auxílio médico. Em Tomar, no hospital da Misericórdia, também foram tratados militares franceses, durante a primeira e a terceira invasão francesa.<sup>267</sup> Igual sorte, teve também em Espanha o hospital de Jesus Nazareno de Castro del Rio, que recebeu os militares franceses feridos provindos da batalha de Bailén. Contudo, estes militares eram prisioneiros. Prestou assistência aos militares franceses que se encontravam na prisão.<sup>268</sup>

#### **2.4.2 Do pós Guerra Peninsular até ao advento do primeiro liberalismo (1814 - 1822)**

Mantém-se neste período a existência de militares internados no hospital de São Marcos, provavelmente na sua maior parte, senão toda, internados durante o decorrer da Guerra Peninsular. Após as invasões, Braga ficou com militares para guarnecerem a cidade. Quando

---

<sup>261</sup> Vários, *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808: Programa do Colóquio e Textos de Referência* ..., p. 28.

<sup>262</sup> Nunes, António Pires, “A segunda invasão francesa” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 78.

<sup>263</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 89 v. – 90 v.

<sup>264</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 90 v.

<sup>265</sup> Provavelmente, o corpo militar da “Kings German Legion”. Para uma visão mais detalhada dos soldados alemães do Eleitorado de Hannover que combateram debaixo do comando britânico durante a Guerra Peninsular leia-se Hofschroer, Peter, *The Hanoverian Army of the Napoleonic Wars*, Osprey Publishing, 1989, pp. 21 – 37.

<sup>266</sup> Nunes, António Pires, “A segunda invasão francesa” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 89.

<sup>267</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social* ..., p. 342.

<sup>268</sup> Doncel, Juan Aranda, *Historia del hospital de Jesus Nazareno de Castro del Rio (1741 - 1991)* ..., pp. 128 – 130.

precisavam de cura, recorriam a São Marcos.<sup>269</sup> Neste período, salvo o facto de soldados enfermos “evacuados” do hospital regimental de infantaria N° 3, não houve grandes entradas.<sup>270</sup> Os ingressos conhecidos podem ter sido por causas de maleitas não relacionadas com a guerra.<sup>271</sup> Os militares que fizeram entrada neste período de tempo eram dos corpos de infantaria N°s 3, 15<sup>272</sup>, e um soldado do corpo de caçadores N° 6.<sup>273</sup> A 7 de Janeiro de 1815, o hospital de São Marcos chegou ao ponto de ter apenas 15 militares internados, provando que a avalanche de militares já tinha passado.<sup>274</sup>

Para verificar se efectivamente os militares a cargo do hospital de São Marcos estavam a ser bem tratados, foi efectuada uma inspecção ao hospital. A dita inspecção visava as enfermarias militares, sendo feitos questionários aos funcionários e aos militares internados.<sup>275</sup> Estas inspecções estavam previstas no regulamento para os hospitais militares, como um direito do Exército.<sup>276</sup> A lógica do *utilizador – pagador* e a consequente exigência de direitos está bem patente neste ponto. O marechal Beresford mais tarde elogiará o hospital pela maneira prestável e diligenciada no tratamento dos militares aí internados.<sup>277</sup>

### **2.4.3 Do primeiro liberalismo à aurora das Lutas Liberais (1822 - 1831)**

Em contraste com o anterior período, no período liberal existia uma conflitualidade política motivada pela Constituição de 1822, que colocou realistas contra liberais.<sup>278</sup> A nível militar, destacam-se as campanhas do general rebelde, o marquês de Chaves, que atentava contra o regime liberal vigente, tentando derrubá-lo, mediante agitação militar. Tendo ele realizado duas campanhas contra o regime, a primeira em 1823, e a segunda em 1826/27. Mais tarde, a coroação de D. Miguel I e o seu repúdio face à Carta Constitucional de 1826, iria

---

<sup>269</sup> Ver o ponto 2.6 *Os hospitais militares em Braga e a assistência aos militares* do presente capítulo.

<sup>270</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 95.

<sup>271</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 95 – 96.

<sup>272</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 34, fl. 73.

<sup>273</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 173 – 174.

<sup>274</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 11, fl. 3.

<sup>275</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 33, fl. 4.

<sup>276</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, pp. 146 – 147.

<sup>277</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 38, fl. 4 v.

<sup>278</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., pp. 195 – 206.

gerar revoltas entre os militares, que levaram a uma fuga de tropas liberais pelo Minho até à Galiza para encontrarem exílio.<sup>279</sup>

Em Fevereiro de 1823 conheceram-se motins esporádicos no Minho.<sup>280</sup> Para os controlar, o governo em Lisboa nomeou o general Luís Rego. O general Rego tinha outra missão que era abafar a agitação militar gerada pelo marquês de Chaves em Trás-os-Montes para derrubar o regime. Fez a sua reunião de tropas para defesa do Minho, em Braga. Desta cidade, depois de reunidas as suas tropas, iniciou uma incursão por Trás-os-Montes no encalço do marquês de Chaves. A apoiar a sua incursão, tinha o brigadeiro Pego que o apoiava a partir da Beira Alta, a margem Sul do Rio Douro. O marquês de Chaves sofreu a sua primeira derrota em Vila Real, marchando em retirada para Chaves com as suas forças. Como Rego tinha um mandato de captura do marquês, por ordem do governo, perseguiu-o até Chaves gerando-se o “combate de Chaves”. Rego e as suas tropas foram derrotadas pelo marquês de Chaves e as suas tropas realistas, e retira-se para Amarante, tomando posições junto ao rio Tâmega, para cobrir a ponte desta localidade. Temendo que não conseguisse resistir em Amarante, requisitou mais tropas ao governador de armas do Porto, tendo-lhe sido concedido mais dois batalhões e um esquadrão de cavalaria. Posto isto, o marquês de Chaves tentou forçar entrada em Amarante, a 25 de Março de 1823, gerando o “combate de Amarante”, que terminou com a sua derrota. Derrotado mais uma vez, o referido marquês retirou-se de novo para Vila Real, contudo, sem ser alvo de perseguição por parte das tropas governamentais do general Rego. Apenas dois dias depois, é que as tropas do general Rego se colocaram em marcha no encalço do marquês de Chaves, envolta em uma série de escaramuças mais ao menos violentas, que terminam com uma nova retirada do marquês de Chaves para Bragança. Derrotado em Bragança, o marquês de Chaves não teve alternativa, e em fuga penetrou em território espanhol com as suas forças. Não respeitando qualquer fronteira, o general Rego penetrou também em Espanha, no encalço do marquês de Chaves. Para trás, deixou alguns contingentes para aniquilar a guerrilha e agitação realista. Em Espanha, o realismo estava forte, graças ao apoio francês e obrigou o general Rego a retirar de novo para Portugal, pois temia-se um conflito armado com a França e com a Espanha.<sup>281</sup> Todavia, esta “Guerrinha” nas palavras do general Ferreira Martins, acabaria por dar

---

<sup>279</sup> Sobre a instabilidade política vivida durante o 1º liberalismo, leia-se Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, 3ª Edição, Lisboa, Texto Editora, 2010, pp. 19 – 31.

<sup>280</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 331.

<sup>281</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, pp. 331 – 332.

margem para D. Miguel realizar a Vila Francada.<sup>282</sup> Efectivamente este pequeno conflito, ou “Guerrinha”, que na verdade foi a primeira campanha do marquês de Chaves, gerou entradas, neste caso de dois militares do corpo de infantaria N° 3 por alturas de Março de 1823, tendo o hospital de São Marcos pedido transferência destes ao quartel de Salamonde<sup>283</sup> para os enviar para o hospital regimental de infantaria N° 15 em Guimarães, a fim de se juntarem aos seus camaradas.<sup>284</sup> Provavelmente, decorrente ainda da primeira campanha, houve o caso de um “miliciano”,<sup>285</sup> Jerónimo da Costa, natural de Braga, que esteve doente no hospital, encontrando-se a 23 de Julho de 1824 na prisão.<sup>286</sup> Os motivos da sua prisão podem ser vários, desde a indisciplina, tentativa de deserção, deserção, ou até mesmo ao facto de ter integrado as forças do marquês de Chaves.

Após a primeira campanha do marquês de Chaves, houve uma aparente calma no hospital, não se registando qualquer registo de entrada de militares. É ainda provável que talvez tenham ficado alguns, contudo, a título residual, provenientes da mencionada campanha.

Entretanto, os ânimos políticos continuaram crispados. O marquês de Chaves regressou de novo a Portugal com todos os seus militares insurrectos. O clima de perdão aos realistas, fez com que D. Miguel o aproveitasse e levasse a cabo um pronunciamento a 29 de Abril de 1824, conhecido por “Abrilada”. Este pronunciamento, ampliou ainda mais a crispação política.<sup>287</sup>

Porém, entre 1826 e 1827 iniciou-se a segunda campanha do marquês de Chaves contra o regime, animado pela situação política de Espanha, entrando em Braga em Janeiro de 1827.<sup>288</sup> Como resposta passou por Braga o visconde de Vila Flor, no encalço de forças realistas em fuga. No momento da sua entrada em Braga, já os realistas se encontravam na ponte de Prado. Para os combater, foi convocado o major Bernardo Sá Nogueira<sup>289</sup> à cabeça de um

---

<sup>282</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., pp. 196 – 197.

<sup>283</sup> Quartel-general do general Rego na sua marcha para Trás-os-Montes, seguindo a estrada de Chaves.

<sup>284</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 98 v.

<sup>285</sup> Não indica o corpo do soldado, apenas era um miliciano. Atendendo às áreas de recrutamento dos corpos de milícias, provavelmente seria do corpo de Milícias de Braga.

<sup>286</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fl. 236 v.

<sup>287</sup> Veja-se Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 197.

<sup>288</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 101 v. ; Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro* ..., p. 33.

<sup>289</sup> Futuro visconde de Sá da Bandeira.



batalhão de caçadores. A função dos caçadores comandados por Sá Nogueira foi a de sustentar o fogo na ponte de Prado até a chegada de reforços de Braga. Após a escaramuça, os realistas retiraram-se para norte, rumo a Ponte da Barca. Acabariam os realistas do marquês de Chaves por perder 100 homens na defesa da ponte de Prado e 300 homens na defesa de Ponte da Barca. Em Ponte da Barca, as baixas foram peculiarmente altas, devido ao facto de o marquês de Chaves ter ordenado uma carga de baioneta imprudente sobre as forças liberais,<sup>290</sup> constituídas pelo corpo de infantaria N° 16, sob o comando do coronel Jerónimo Pereira de Vasconcelos.<sup>291</sup> Retirando as forças realistas do marquês de Chaves “em debande” rumo à Galiza.<sup>292</sup>

Efectivamente, durante a segunda campanha do marquês de Chaves, houve entrada de militares no hospital de São Marcos.<sup>293</sup> Estas entradas coincidiram com os combates gerados na ponte de Prado e em Ponte da Barca. Há notícia também de “quinze enfermos militares prisioneiros á tropa rebelde”, datada de 18 de Fevereiro de 1827, do “extinto Regimento N° 24”.<sup>294</sup> É bem provável que este se refira aos eventos militares acima descritos. Estavam também internados no hospital militares do corpo de caçadores N° 12.<sup>295</sup> Muito provavelmente foram os caçadores comandados por Sá Nogueira que sustentaram o fogo na ponte de Prado. Mesmo assim, há um grande número de corpos com soldados internados no segundo semestre de 1826 e no primeiro semestre de 1827 no hospital de São Marcos, reflexo da segunda campanha do marquês de Chaves.<sup>296</sup> A avaliar pela numeração dos corpos, muito provavelmente eram tropas afectas ao comando do marquês de Chaves, não havendo qualquer registo de soldados do corpo de infantaria N° 16, que Vila Flor comandava, no hospital no período em questão. A desmoralização e o desespero da fuga dos realistas foram provavelmente variantes determinantes, aliados a marchas forçadas que provocam desgaste e má nutrição.<sup>297</sup> Estes

---

<sup>290</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, p. 33.

<sup>291</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, pp. 340 – 342.

<sup>292</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 2 – 2 v.

<sup>293</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 36 – 36 v.

<sup>294</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 99 v.

<sup>295</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 100.

<sup>296</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 86 v. – 87, 102.

<sup>297</sup> A alimentação de um soldado das Linhas de Torres Vedras durante a Guerra Peninsular era: “Pão, carne, biscoito, vinho e rum; nada de verduras.” Isto quando não havia cortes no abastecimento. Leia-se Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 703.

factores podem ter levado à debilitação do estado físico e psicológico dos soldados realistas do marquês de Chaves e à sua consequente entrada no hospital de São Marcos.

Em 1828 muita coisa havia de mudar. A chegada a Lisboa de D. Miguel, foi noticiada com bastante alegria em Braga.<sup>298</sup> Era notório que D. Miguel iria subir ao trono e com ele o realismo regressaria. Gerou-se uma sublevação de diversos corpos militares um pouco por todo país, como repúdio ao regresso do realismo.<sup>299</sup> A 24 de Maio de 1828, o corpo de infantaria N° 21 estacionou-se em Braga. Contudo, a entrada em Braga gerou um “cisma” entre os soldados: uns apoiavam o liberalismo, outros o realismo. Um coronel do corpo de milícias de Braga chamou as tropas para a Lixa, onde se encontrava. O que é certo é que muitos milicianos escaparam-se à vista do coronel Caiola, comandante do corpo de infantaria N° 21, sabendo que essas milícias desertavam para a Lixa à sua revelia, mandou posicionar tropas na Falperra para interceptar os trânsfugas e, desta maneira, evitar que as fileiras realistas engrossassem com mais gente. Caiola não se poupou a meios, deu ordens a seus homens para “ferir e até matar algum que se apanhasse”. Facto é que aconteceram escaramuças entre os milicianos de Braga trânsfugas e os soldados do corpo de infantaria N° 21, resultando mortos e feridos. Os feridos foram encaminhados para o hospital de São Marcos.<sup>300</sup>

Com uma retirada dos liberais de Braga, instalam-se na cidade forças realistas debaixo do comando do coronel Raimundo José Pinheiro. Um “piquete” de militares que rondava a Falperra para monitorizar a estrada observou grande luminosidade no horizonte e grande som motivado por disparos de artilharia vindos de Guimarães, na manhã de 27 de Junho de 1828. A notícia rapidamente chegou aos ouvidos do coronel Raimundo, que prontamente tentou colocar uma força em marcha para Guimarães, conseguindo uma força de “800 praças de aguerridos soldados voluntários”. Colocando-se “à testa” da força, marchou rumo a Guimarães, conseguindo chegar à ponte de Santa Luzia “com o mais distinto segredo”. Estudando bem o local, decidiu atacar por vários pontos. Sabia de antemão, que as forças liberais aí estacionadas

---

<sup>298</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 2 - 2 v.

<sup>299</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 201.

<sup>300</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 17 - 17 v.

estavam em festa pela chegada “do Saldanha<sup>301</sup>, Stubs e companhia”, procedendo a disparos de artilharia pela manhã.

Com a entronização de D. Miguel, Braga entrou em clima de “jubilo” generalizado. Contudo, ainda se sabia da presença de forças liberais na zona em inícios de Julho, que muito provavelmente tentariam tomar Braga.<sup>302</sup> Pelo menos parte delas estavam localizadas na Barca da Trofa já pela noite, tentando atravessar o rio Ave para atingir a margem norte. Pela uma hora da manhã houve uma marcha generalizada de militares rumo à Falperra. Gerou-se o pânico na população pelo aparato militar, fugindo muita gente da cidade de Braga. A força permaneceu aí toda a noite em sentinela, para evitar alguma sortida nocturna, porém, sem a força liberal dar qualquer sinal de aproximação, pela manhã desceram da zona da Falperra. No dia 4 de Julho de 1828, formaram-se duas colunas, tomando a artilharia a posição no “Monte da Forca” sobranceiro a freguesia de Ferreiros que estava directamente debaixo do comando do coronel Raimundo. Um príncipe alemão, Frederico de Hesse, que se encontrava de visita a Braga, acompanhava a força, ofereceu-se para comandar mais de uma centena de homens do corpo de infantaria N° 21, assim como um punhado de voluntários “paisanos”, colocando-se em Ferreiros. Nesse local, tinha uma visão ampla sobre a estrada, ladeada na sua maior parte por muros, que ofereciam boa cobertura aos seus homens, assim como poderia fustigar com fogo os invasores. Os liberais avançaram com “passos ligeiros” sobre a cidade, conseguindo as “suas guardas avançadas” chegar à Misericórdia. As “vedetas” realistas foram ao seu encontro, gerando-se fogo entre ambas as forças, em apoio das referidas “vedetas”, havia fogo de artilharia, que atrasou o avanço liberal. Os liberais ainda eram bastante numerosos, pelo que tinham forças suficientes para continuar o avanço. A artilharia continua a ser bem manobrada, disparando sobre a estrada e impedindo qualquer uso da cavalaria por parte dos liberais. O bom uso da artilharia, deveu-se em muito a Frederico de Hesse, que além de moralizar a tropa, ainda dava conselhos e manobrava ele mesmo certas peças. Após o avanço gorado, os liberais retiraram-se de novo para as bandas da Misericórdia, devido ao “4º exército de Operações”, liderado por Gaspar Teixeira. Os caçadores liberais, conseguiram porém “acertar um obus” e

---

<sup>301</sup> Sobre o marechal Saldanha e o seu papel no exército e na política veja-se Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, 1ª edição, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2011, pp. 45 - 47.

<sup>302</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 203.

duas peças de seis libras<sup>303</sup> fazendo uso deles, destabilizando as posições realistas sobre a estrada, fazendo com que as forças dianteiras dos liberais avançassem mais um pouco. Os caçadores liberais acabariam por se fraccionar em duas colunas, tentando encurralar os realistas num corredor de fogo. Uma dessas colunas, moveu-se em direcção à artilharia realista, com vista a tomá-la, fazendo com que a força que operava os canhões tivesse de bater em retirada para a Falperra. Os realistas começaram a sofrer com o avanço, nomeadamente a posição liderada por Frederico de Hesse. Quase sem munições, este foi obrigado a retirar-se para a cidade com vista a municar-se.

O combate durou cerca de cinco horas com fogo activo, acabando os realistas por se retirar para o “alto da Madalena”<sup>304</sup> que tinha sido acordado como ponto de reunião. Os liberais ainda ficaram algum tempo em Braga, durante a noite, tentando prover-se mediante a pilhagem daquilo que necessitavam para sustentarem a sua retirada. Do combate de Braga, “pela actividade do fosso fosse considerável o número dos mortos, porém alcançando-se haver a notícia de um Tenente de Caçadores rebelde [por liberal] gravemente ferido, que depois morreu, 7 mortos, e alguns feridos, a maior parte paisanos”. As perdas dos realistas rondaram os 60 homens.<sup>305</sup> Pelas, informações coevas vindas da Misericórdia de Braga tudo indica que entraram mais militares feridos motivados por este combate no hospital de São Marcos.<sup>306</sup> Do período de 1829 a 1831, o ingresso de militares no hospital pode estar relacionada com moléstias não provenientes da guerra.

#### **2.4.4 As Lutas Liberais (1832 - 1834)**

Os combates, decorridos durante as Lutas Liberais, a nível do norte, tiveram o seu epicentro no Porto. Tirando raras excepções, o grosso dos soldados que vieram a ser internados no hospital de São Marcos e no “hospital de sangue” do Pópulo, provinham essencialmente do cerco do Porto, levantado pelos realistas. Sendo assim, Braga ficava na retaguarda realista, o que fazia com que os militares enfermos, do partido realista, fizessem bastante uso dos

---

<sup>303</sup> Seriam, portanto, pequenas peças de artilharia.

<sup>304</sup> A igreja de Santa Maria Madalena, na Falperra.

<sup>305</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 34 – 38 v.; Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, pp. 68 – 69.

<sup>306</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 85.

cuidados de saúde do hospital de São Marcos.<sup>307</sup> Outro ponto em apreço, que atesta a importância da cidade de Braga, a nível estratégico na trama militar das Lutas Liberais, foi o facto de D. Miguel ter estabelecido o seu quartel-general na cidade de Braga, em Outubro de 1832.<sup>308</sup> Os liberais entraram em Braga a 28 de Março de 1834, quase no término das Lutas Liberais.<sup>309</sup>

Contaram-se 945 militares internados nos hospitais de São Marcos e Pópulo, entre Setembro de 1832 e Janeiro de 1834.<sup>310</sup> Cada militar teve um tempo médio de internamento de 36,5 dias, nos hospitais do Pópulo e São Marcos. Estamos certos, todavia, que trabalhamos apenas a documentação preservada e que outra se perdeu, tendo sido muito mais elevado o volume de militares recebido nestes hospitais. Contrastando com o hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa, em que os militares estariam em média 12,4 dias internados, durante a Guerra Peninsular, é notoriamente mais do dobro o tempo o conhecido para Braga.<sup>311</sup> Destes militares, 147 foram reinternados nos hospitais, dos quais 23 tiveram dois internamentos, e seis tiveram três internamentos. O alferes Alexandre Manuel de Araújo Azevedo, do corpo de infantaria de Valença, teve quatro internamentos, com a particularidade de nunca ser enviado para o “Depósito de Convalescentes” e de ser reinternado vindo sempre de “Licença”.<sup>312</sup> Provavelmente, seria um indivíduo de saúde bastante débil. Observando isto, temos de atender às peculiaridades das Lutas Liberais em relação aos conflitos anteriores. Ainda relativamente aos militares internados é de mencionar que 25 soldados faleceram durante o internamento.

Durante o cerco à cidade do Porto, os militares realistas, tinham como casernas “choupanas estreitas”, sem condições nenhuma. Para além disso, os soldados realistas possuíam um aspecto “macilento e doentio”.<sup>313</sup> Isto indicia excesso de trabalho, abusos de regime, vigílias, aliados à ausência de provisões alimentares.<sup>314</sup> A desorganização militar, por

---

<sup>307</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fl. 51.

<sup>308</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fl. 22.

<sup>309</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fls. 194 - 199.

<sup>310</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>311</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 346.

<sup>312</sup> ADB, Maço 4.2, Documento Avulso, não paginado.

<sup>313</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, p. 147.

<sup>314</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 364.

parte dos realistas, era tal, que nem se davam ao cuidado se verificar convenientemente as suas “baixas”, enterrando muitas vezes soldados vivos moribundos.<sup>315</sup>

A escassez de armamento, tanto de liberais, como de realistas, levou ao emprego abusivo da “lança”. Era fácil de construir e extremamente económica para os cofres militares, contudo, poderia ser um sorvedouro de vidas, pois obrigava as forças a combaterem em campo aberto e apenas corpo-a-corpo. Desta forma, estes militares equipados com lanças estavam mais sujeitos ao fogo de artilharia, assim como ao fogo de mosquetes.<sup>316</sup> Ainda na classe destas armas, era comum o uso de “chuços” e “paus” como armamento.<sup>317</sup>

Outra razão que poderia levar a que se gerassem moléstias, era o fraco vestuário/fardamento dos militares, não os protegendo convenientemente contra os agentes da natureza. Este mal afectava quer realistas, quer liberais. Era recorrente neste período haver pedidos de “capotes” e fazendas, para vestir os militares.<sup>318</sup> Além disso, sempre que as finanças militares o facultavam, procedia-se a compras de calçado e outras peças de vestuário para equipar os seus homens.<sup>319</sup> O exército realista, nos últimos estágios do cerco do Porto, demonstrava um aspecto deplorável, com fardas rotas e os seus militares, além de barbas compridas, apresentavam um aspecto pouco asseado.<sup>320</sup> Os soldados liberais, eram mal pagos e muitos deles pertenciam aos “Batalhões do Pataco”, recebendo 40 réis por dia.<sup>321</sup> Este facto pode ajudar a justificar a sua deserção e a aparição de “soldados apresentados”, nas fileiras realistas, como José da Costa, que assentou praça no corpo de infantaria de Cascais e esteve internado num dos hospitais de Braga, em 1833.<sup>322</sup>

Um caso curioso é o do soldado Miguel José Gomes, do corpo de voluntários realistas de Barcelos que, estando num dos hospitais, recebeu uma licença “do General” para se ir curar em casa, junto da sua família, em Barcelos.<sup>323</sup> Trata-se de um caso pontual, contudo, durante as invasões francesas, a Misericórdia de Vila Viçosa foi obrigada a remover os doentes civis, menos

---

<sup>315</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, p. 149

<sup>316</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 334, fls. 141 - 142.

<sup>317</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 355.

<sup>318</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 334, fls. 168 – 169; Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>319</sup> AHM, DIV – 1 – 20 – 039 – 16, Documento avulso, não paginado.

<sup>320</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, p. 169.

<sup>321</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 358.

<sup>322</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>323</sup> ADB, Maço 4.2, Documento Avulso, não paginado.

graves, do seu hospital para dar lugar aos militares enfermos.<sup>324</sup> A sua “alta” hospitalar pode ainda estar relacionada com o tipo de doença que tinha, sendo subscrito pelo comandante do militar em questão a ida para “tomar ares livres, ou do campo”, pois era considerada terapêutica para “convalescenças”.<sup>325</sup> Outro ponto interessante e que pode estar inserido no contexto da cura mediante o ar puro, e descanso, é o facto de imensos soldados receberem “Licença”<sup>326</sup>, podendo deslocar-se para junto de suas famílias.<sup>327</sup> Neste período, constou-se a presença de militares franceses, contratados pelas forças miguelistas. Estes militares vieram com o general Bourmont, em meados de 1833, para comandar o exército realista nas operações de assédio ao Porto. Foram contratados a “contragosto” de D. Miguel, mas a necessidade assim o exigia.<sup>328</sup> Estes militares marcaram presença nos hospitais do Pópulo e São Marcos, tendo estado internados, o tenente-coronel barão de Feriet, que serviu no corpo de infantaria de Cascais, o tenente-coronel visconde Tenneguy Duchastel, do 3º corpo de infantaria de Lisboa e o tenente Louis Oswald de Caix, do corpo do 2º corpo de infantaria de Elvas.<sup>329</sup> O corpo deste último recusou-se a pagar o tratamento, na medida, em que tinha uma ordem da Coroa para abandonar o reino. Contudo, não seria caso único, o alferes Miguel Dantas Barbosa Bacelar, do corpo de voluntários realistas de Valença, foi caso proscrito para o seu corpo, pois segundo o comandante, “nada tem o corpo com ele”, na medida em que era considerado desertor.<sup>330</sup> Relativamente ao “Novo Regimento de Infantaria de Lisboa” e as suas “baixas” nos hospitais do Pópulo e São Marcos, podem-se dever a factor curioso, estes militares envergavam um uniforme ao “uso francês”, nomeadamente as suas “barretinas” e “capotes”. Há casos relatados de *fogo amigo*,<sup>331</sup> pois os realistas confundiram-nos com tropas liberais.<sup>332</sup>

---

<sup>324</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, pp. 342.

<sup>325</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 591 – 592.

<sup>326</sup> O termo “Licença”, reporta-se a uma escusa do serviço militar por um tempo determinado pelas instâncias militares superiores. Contudo, no fim do prazo estipulado, o militar era obrigado a apresentar-se de novo no corpo para servir as armas.

<sup>327</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>328</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., pp. 210 – 211.

<sup>329</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>330</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>331</sup> Entende-se na gíria militar por *fogo amigo*, uma situação em que um militar dispara sobre outro da mesma facção por engano.

<sup>332</sup> Manique, Francisco de Pina, *A Causa de D. Miguel*, 2ª edição, Lisboa, Caleidoscópio, 2010, p. 185.

Na pesquisa elaborada, verificou-se alguns casos de “Remoção” de certos doentes, para o hospital. Geralmente estas transferências provinham do “Hospital do Bustelo”.<sup>333</sup> Estas situações podem decorrer ou de uma ameaça eminente de ataque,<sup>334</sup> falta de meios, ou, então, simplesmente por uma questão de ordem administrativa militar, para o militar transferido se juntar aos seus camaradas de armas.

Através de fontes presentes no Arquivo Histórico Militar, foi-nos possível construir um gráfico com as entradas de militares, desde 20 de Novembro a 30 de Dezembro de 1832.

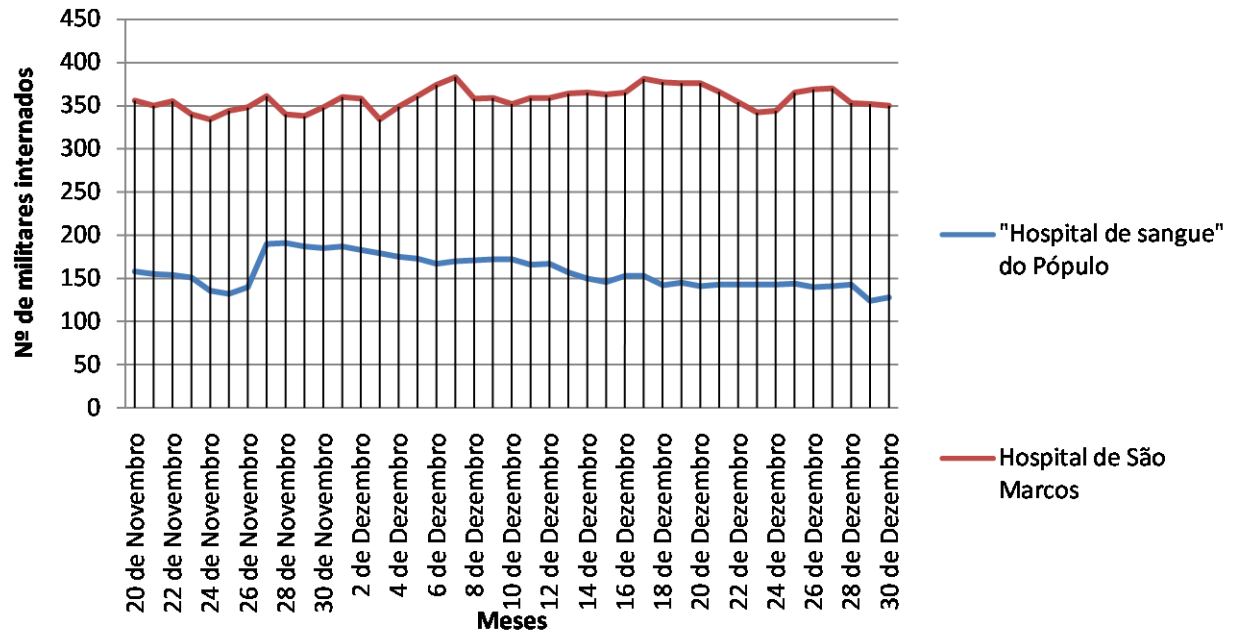
---

<sup>333</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>334</sup> As forças liberais chegaram mesmo a deitar fogo ao convento de Bustelo, onde estava instalado o hospital, em 1832. Veja-se Manique, Francisco de Pina, *A Causa de D. Miguel ...*, pp. 174 - 175.



**Gráfico I**  
**Entrada de militares nos hospitais de São Marcos e Pópulo (Novembro e**  
**Dezembro de 1832)**

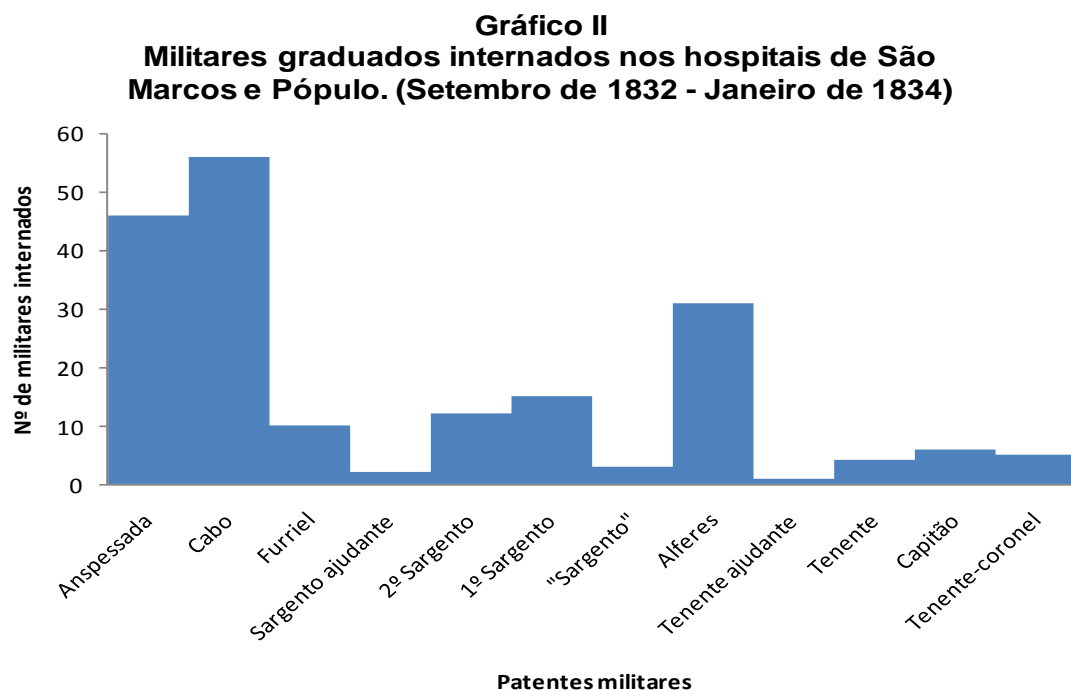


Fonte: AHM, DIV – 1 – 20 – 039 – 14; DIV – 1 – 20 – 039 – 15; DIV – 1 – 20 – 039 – 16, Documento avulso, não paginado.

Como podemos constatar, através do gráfico I, o maior volume de entradas foi registado pelo hospital de São Marcos, facto justificado pelas suas dimensões maiores, melhor equipamento e pelo “hospital de sangue” do Pópulo estar em fase de arranque. Através do número dos militares internados, podemos pensar na área disponível para internamentos. O hospital de São Marcos possuía mais espaço, pelo que era mais frequentado. A lotação do hospital de São Marcos era de 200 pacientes, todavia, aproveitando os corredores e outros espaços, era possível, apesar de sobrelotado, alojar quase o dobro dos pacientes.<sup>335</sup> Através dos números estipulados no gráfico I, é de constatar que o hospital de São Marcos estaria sobrelotado. Provavelmente, visto que o “hospital de sangue” do Pópulo compartilhava o seu espaço com um quartel, o seu espaço de alojamento seria bem menor.

Outro aspecto interessante, a estudar diz respeito aos oficiais.

<sup>335</sup>Veja-se um ofício do director do hospital de São Marcos. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 153.



Fonte: ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

As patentes de “anspessada” e cabo pertencem à classe de *praças*. Já as patentes de furriel e restantes sargentos, correspondem à classe dos *sargentos*. Por seu turno, as patentes de alferes e tenentes são *oficiais subalternos*. Capitão e tenente-coronel já correspondem a *oficiais*. Encontramos, portanto, três extractos da sociedade castrense presentes nos hospitais do Pópulo e São Marcos. Os *praças* com a patente de “anspessada” e cabo, encontravam-se em maior número nos hospitais, na medida em que, eram os que lutavam ombro a ombro com soldados, daí observar-se o aparente decréscimo. O caso dos alferes, aparenta estar mais relacionado com razões de saúde, do que propriamente com questões de guerra. Não parece desprovido afirmar-se que tivessem dado entrada nos hospitais do Pópulo e São Marcos por motivos de guerra.

Concluindo, atendendo aos números de reinternamentos e falecimentos, podemos assumir que o hospital de São Marcos e o hospital do Pópulo desempenhavam bem as suas funções enquanto instituições de saúde.

#### 2.4.5 O segundo liberalismo (1835 – 1850)

Os conflitos bélicos durante o segundo liberalismo decorreram essencialmente da dicotomia política entre o cartismo e o setembrismo. Esta dicotomia irá levar a uma escalada crescente de crispação entre ambas as partes, que por ocasião da revolta da Maria da Fonte,<sup>336</sup> irá originar a guerra civil da Patuleia.<sup>337</sup>

Com a rendição de D. Miguel, houve um licenciamento geral do exército realista. Os soldados licenciados acabariam por regressar aos seus locais de origem ou residência. Este licenciamento geral, constituiu uma autêntica desmobilização. Pretendia-se dismantelar a máquina de guerra realista, de forma a neutralizar futuros levantamentos realistas. A Braga chegaram ainda, em 1835, feridos das Lutas Liberais.<sup>338</sup> Os soldados liberais que faziam guarnição a Braga, envolvem-se em lutas com paisanos, por motivos de “borracheira”. O “motim pacificado por si mesmo” acabaria com militares feridos e o seu posterior internamento no hospital de São Marcos.<sup>339</sup>

Movimentações carlistas, junto à fronteira, causaram o terror junto das tropas estacionadas em Braga, em 1835. As movimentações carlistas em Espanha eram fruto da incapacidade dos governos de Isabel II de Espanha de controlar a instabilidade provocada pelos militares espanhóis. Esta instabilidade, dava assim, margem para as operações de guerrilha carlista.<sup>340</sup> Isto causou medo junto das autoridades portuguesas, na medida em que, o carlismo em Espanha constituía uma ameaça à nova ordem política liberal, animando os recém-derrotados realistas com esperanças, de que, poderiam ver em breve D. Miguel a restaurar a monarquia tradicional.<sup>341</sup> Aliás, já anteriormente, D. Carlos de Espanha havia prometido a D. Miguel, que caso ganhasse o braço de ferro com os liberais espanhóis, o colocaria de novo no trono.<sup>342</sup> Este clima de crispação política, pode ter motivado a morte de Pedro, um “Caçador do

---

<sup>336</sup> Sobre a revolta da Maria da Fonte no Minho, veja-se Capela, José Viriato, *A revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 139 – 144.

<sup>337</sup> Sobre a instabilidade política vivida durante o segundo liberalismo, leia-se Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)* ..., pp. 33 - 61.

<sup>338</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 335, fls. 35 – 36.

<sup>339</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 335, fls. 38 – 39.

<sup>340</sup> Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* ..., pp. 11 – 12.

<sup>341</sup> Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* ..., p. 23.

<sup>342</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 220; Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807 - 1910)* ..., pp. 214 – 215.

Exército Realista”, que deu entrada no hospital “ferido na cabeça”, no dia 11 de Maio de 1835, de noite. Estava em coma e faleceu no dia seguinte.<sup>343</sup>

Sabendo da presença de carlistas junto à fronteira, há militares que entraram à “chusma” de “100, e tantos” no dia 18 de Agosto de 1835 no hospital de São Marcos. Na verdade, não estavam doentes, mas arranjam uma desculpa para não entrarem num putativo conflito com os carlistas.<sup>344</sup> Ainda nesse mesmo ano, rixas no interior do “Quartel do Sardoal”, entre a “tropa constitucional”, ocasionaram um “motim” ao qual compareceram os oficiais para admoestar e disciplinar as tropas amotinadas. Acabariam muitos oficiais por serem feridos, especialmente os oficiais inferiores.<sup>345</sup> Pouco tempo depois, mais uma rixa entre militares no Campo da Vinha, gerou feridos. A rixa teve como personagem principal um militar, José Pinto, que inclusive chegou, quando estava a ser detido, a lançar a mão à “arma de um deles [captor]” e a decepar um soldado com ela.<sup>346</sup>

Em Junho de 1837, já se fazia sentir a dicotomia cartistas/setembristas, motivada pela restauração da Constituição de 1822, pela chamada revolução de Setembro.<sup>347</sup> Na cidade de Braga, houve uma aclamação por parte de militares “Chamorros” (cartistas) da Carta Constitucional de 1826. No decorrer desta quase euforia militar, um grupo de soldados (voluntários da rainha?) viu um seu militar ter o seu braço trespassado por uma bala. Sem solução para o membro ferido, foi-lhe amputado, e no decorrer do curativo faleceu.<sup>348</sup> Eram os primeiros ecos da “revolta dos marechais”, que ocorreriam a 12 de Julho de 1837, sublevação do corpo de caçadores N.º 4 que se encontrava estacionado em Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Era uma clara rejeição ao novo executivo setembrista.<sup>349</sup> A crispação aumentou então, e em Julho de 1837, os cartistas atrincheiram-se em Valença, havendo confrontos também um pouco por todo o Minho, entrando feridos no hospital de São Marcos. Os sitiados setembristas,

---

<sup>343</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do hospital de São Marcos N.º 1, 1828 - 1836*, N.º 226, fl. 154.

<sup>344</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 335, fls. 44 - 45; Vide Capítulo III, ponto 3.2 *As “Baixas Fraudulentas” e as violências praticadas no interior do hospital* para uma maior compreensão do sucedido.

<sup>345</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 335, fls. 60 - 61.

<sup>346</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 335, fls. 89 - 90.

<sup>347</sup> Sobre a revolução de Setembro, veja-se Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807 - 1910)* ..., pp. 36 - 40.

<sup>348</sup> Depreende-se pela ausência de notícias de um hospital militar em Braga e pela perícia da cirurgia a que foi sujeito, que este soldado foi tratado no hospital de São Marcos, visto que era a única unidade de saúde com profissionais competentes (cirurgiões) para executarem a operação. ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 336, fls. 35 - 38.

<sup>349</sup> Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3 ..., p. 220; Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807 - 1910)* ..., pp. 35 - 36.

que vieram ter ao hospital, sofreram essencialmente de ferimentos derivados de fogo de artilharia e disparos de mosquete,<sup>350</sup> e o “dano Mijado [setembrista] ” não fora “pequeno.”<sup>351</sup> Em Agosto de 1837, houve feridos motivados pelas operações de “escalamento da Praça”, e na passagem pelos fossos de Valença. Há relatos de cerca de 400 mortos durante o assédio. Além de virem para o hospital de São Marcos, também eram internados nos hospitais de Paredes de Coura e Viana do Castelo.<sup>352</sup>

Em Setembro de 1837, travou-se o combate de Ruivães,<sup>353</sup> numa “mata espessa” junto à ponte da Mizarela. O corpo de infantaria N° 9 (cartista) acantonou-se na mata e os setembristas para os desalojarem optaram por os flanquear. No decorrer do combate, houve grandes baixas do lado setembrista e assistiu-se a uma violenta carga de baioneta, ou então, “combate manual”. Este combate e os feridos que causou deu origem a um pedido urgente de camas ao hospital de São Marcos. O impacto entre as duas forças fora de forma tão violenta que afirma-se que “morrera um general de feridas”.<sup>354</sup> Os setembristas acabariam, a muito custo, por obter a vitória.<sup>355</sup> Os feridos chegaram a São Marcos pela noite, em número de 50, muitos deles “entravados”, contudo, a viagem longa e as demoras na sua remoção tornaram o seu caso incurável.<sup>356</sup>

A 7 de Dezembro de 1837, o corpo de infantaria N° 18 estava provisoriamente estacionado em Braga pois os seus quartéis em Guimarães ainda não estavam prontos. Mal receberam ordem de marcha para Guimarães, levaram todos os seus camaradas internados no hospital de São Marcos, debaixo de uma “chuva mortificante”.<sup>357</sup> Com tal procedimento, era natural que o estado de saúde dos militares se agravasse.

Em 1838, começou-se a sentir a pressão do guerrilheiro Guilhade na fronteira do Minho, sendo despachados corpos militares para a fronteira com a Galiza. E por motivo de uma “coça pequena”, dada pelos carlistas de Guilhade aos militares portugueses, no hospital de São Marcos havia doentes a desocuparem as suas camas, para dar lugar aos feridos da dita “coça”.

---

<sup>350</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 60 – 61.

<sup>351</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 66.

<sup>352</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 79.

<sup>353</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português ...*, p. 382.

<sup>354</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 100, 104 - 106.

<sup>355</sup> Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807 - 1910) ...*, p. 221.

<sup>356</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 105 - 106.

<sup>357</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 140.

Deduz-se, portanto, que o hospital estaria sobrelotado, ou então, que os feridos desta “coça” foram bastantes e alguns em estado crítico de saúde.<sup>358</sup>

O ano de 1842 foi muito difícil para as finanças do Estado. Os soldos ou não eram pagos a tempo aos soldados, ou então, nem sequer os recebiam. Desta feita, os militares estavam descontentes, provocando deserções imensas que, por sua vez, constituíam autênticas sangrias nas fileiras do Exército português. Havia ordens que visavam a suspensão das “baixas” à tropa, e fez-se assim recolher “as licenças dadas”.<sup>359</sup> Como era de prever, o hospital de São Marcos foi um bom exemplo disso, muitas vezes foi usado como trampolim de deserção pela parte de militares. Ora cortando-se as “baixas”, impedia-se a sua entrada no hospital, reduzindo-se o risco de deserção. Esta medida convinha ao Estado, na medida em que a despesa a pagar ao hospital seria menor.<sup>360</sup>

Com a ascensão de Costa Cabral ao poder, iniciou uma série de reformas e leis polémicas. Ciente que tais medidas iriam causar problemas, Costa Cabral passou a usar o Exército como instrumento de ordem pública. Chama-se a este conceito a “Doutrina Cabralista”, que consiste em usar o “exército como polícia”. Em um de seus decretos afirmava-se: “O exército em tempo de paz destina-se a manter a segurança interna do Estado, a apoiar a execução das leis, prestando o auxílio reclamado pelas autoridades competentes.”<sup>361</sup> Já diz o povo que *quem semeia ventos, colhe tempestades* e a política de Costa Cabral acabaria por gerar o rebentamento da revolta da Maria da Fonte,<sup>362</sup> nos princípios de Abril de 1846. Fruto desta revolta, uma multidão de populares, oriundos das zonas de Prado, foi rua da “Cónega acima” entre as oito e as nove horas da manhã e depois de tratarem mal a sentinela do quartel do Pópulo, forçou a entrada disparando tiros para o seu interior, apanhando de surpresa os soldados do corpo de infantaria N.º 8. Este corpo reorganizou-se no interior do quartel do Pópulo e depois de convenientemente equipado e municiado, preparou-se para uma carga à baioneta sobre os populares revoltosos tentando-os atingir pela sua retaguarda. Saltaram então, o muro do Pópulo que fazia fronteira entre o convento e a cangosta do Pópulo. Os populares

---

<sup>358</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 336, fl. 181.

<sup>359</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 337, fl. 58.

<sup>360</sup> Vide Capítulo III, do presente trabalho, ponto 3.1 *Os distúrbios provocados pelos militares no hospital de São Marcos*.

<sup>361</sup> Para melhor compreensão desta política e da acção do exército, como instrumento de repressão, durante o cabralismo veja-se Cerezaes, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* ..., pp. 37 – 40, 85.

<sup>362</sup> Sobre a génese que levou à da Maria da Fonte veja-se Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807 - 1910)* ..., pp. 42-49.

aperceberam-se a tempo e entraram em debandada geral, deixando apenas os seus mortos para trás. A confusão durou até ao meio dia, acabando os populares e militares feridos na contenda no hospital de São Marcos.<sup>363</sup> A instituição de saúde, além disso, tratou de realizar os funerais de pelo menos dois populares falecidos. Não se sabia o seu nome, nem a sua origem, mas pelo seu aspecto “não teriam mais de 50 anos” e eram pobres. Foram mortos na “Rua da Cónega á Cangosta do Pópulo”.<sup>364</sup> No dia seguinte, os populares, com as suas fileiras engrossadas, posicionaram-se na margem sul do rio Este, mesmo em frente às ruas das Águas<sup>365</sup> e Pelames. Contudo, maior concentração de populares armados que desafiavam os militares estava no monte do Picoto. Os militares do corpo de infantaria N° 8, saíram de Braga, em coluna, rumo ao monte do Picoto para os desalojar daquele local estratégico que garantia a entrada da cidade por Ferreiros. Gerou-se um tiroteio, que motivou “alguns feridos, que cuidadosamente se agasalharam no hospital” de São Marcos. O objectivo destes populares era simples, visto tratar-se essencialmente de um “motim antifiscal”. Procuravam “deixar que a infra-estrutura fiscal do Estado se tornasse pasto para as chamas”. Portanto, vandalizar repartições públicas, molestar funcionários e dirigentes estatais estava nos objectivos destes populares. Uma forma de garantir que os seus intentos eram levados avante, seria neutralizar os militares.<sup>366</sup> Ainda no mesmo dia, houve tiroteio para o nascente de Braga, tendo o seu pico na rua da Régua. O corpo de infantaria N° 8 conseguiu reter o avanço dos populares, contudo, a custo de mais feridos. Em “Infias” e “Monte de Penos”, houve “tiroteio regular”, que além de feridos, também gerou mortos.<sup>367</sup> Nos dias seguintes, houve notícia de tiroteios na freguesia de São Victor, que motivou a morte de dois soldados e ferimento de igual número, todos do corpo de infantaria N° 8.<sup>368</sup> As autoridades começaram a tomar medidas e expediram destacamentos para a periferia de Braga e seu termo. Uma das principais intenções destas medidas, visava precisamente desarmar a população civil, como forma de a neutralizar. Esta política de desarmamento de civis constituía uma das principais preocupações do executivo de Costa Cabral, munindo-se dos militares para

---

<sup>363</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 182 – 184.

<sup>364</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do hospital de São Marcos N° 2, 1836 - 1850*, N° 227, fl. 249 v.

<sup>365</sup> Rua actualmente extinta, mas que segue o traçado da avenida da Liberdade e acabaria na ponte de São João também conhecida nas fontes por “Ponte de Guimarães”.

<sup>366</sup> Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX ...*, pp. 73 – 75.

<sup>367</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 185.

<sup>368</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 186 - 187.

forçar a recolha de armas.<sup>369</sup> No decorrer destas medidas de desarmamento e pacificação, nas imediações de Ponte de Lima, em São Julião, no dia 30 de Maio de 1846 os soldados envolveram-se em pilhagens. Os populares não gostaram e ofereceram uma resposta armada, gerando-se um combate, que levou os militares do corpo de infantaria N° 6 a refugiarem-se em Ponte de Lima. Já de noite, chegaram a Braga quatro “carros” com feridos e mortos, “para receberem destino”. Naturalmente era de supor que o mais provável seria o hospital de São Marcos.<sup>370</sup> Como se comprova, o hospital de São Marcos recebia militares feridos de uma zona geográfica alargada onde existiam outros hospitais. Provavelmente, por estarem sobrelotados, os militares feridos eram escoados para Braga por estar dotada de vários hospitais e o de São Marcos poder receber muitos doentes.

Com o evoluir do conflito em Braga, os populares reuniram-se e montaram um quase quartel-general no Bom Jesus. No entanto, com a crise política, Braga instalou uma “Junta”.<sup>371</sup> Houve uma tentativa de entendimento com os populares e organizou-se uma espécie de tréguas, acabando estes por se concentrarem no Campo de Santa Ana.<sup>372</sup> Uns dias depois, as autoridades combinaram, com os militares, uma emboscada aos populares armados. Atraindo-os ao ponto pretendido, gerou-se um tiroteio. Como resposta, os populares foram tomar posições no “Largo dos Penedos”, defendendo bem esse ponto, acabando os militares por bater em retirada perdendo um “oficial” e arrastando consigo os feridos.<sup>373</sup>

Nos inícios de Julho de 1846, houve tiroteio entre o monte da Falperra e do Picoto que envolveu populares e militares, de que resultaram feridos.<sup>374</sup>

As baixas foram tão altas, assim como as deserções, com o cerco não declarado a Braga, que durante as revistas efectuadas aos militares no Campo da Vinha, se observava a ausência de imensos soldados.<sup>375</sup> Por fim, começou a haver um melhor entendimento com os populares armados que cercavam Braga em Julho de 1846. No dia 18 de Agosto de 1846, Bento Gomes, um dos líderes populares decidiu depor armas e debandar a sua força. Fê-lo

---

<sup>369</sup> Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX* ..., p. 39.

<sup>370</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 191 - 192.

<sup>371</sup> A criação das “Juntas” foi uma realidade neste período. Veja-se o caso da Junta do Porto, que teve um papel mais importante Bonifácio, Maria de Fátima, *História da Guerra da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 96 - 122.

<sup>372</sup> Actual avenida Central.

<sup>373</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 214 - 215.

<sup>374</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 230.

<sup>375</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 231.



mediante uma “Proclamação”, afixada pela cidade de Braga. Contudo, os soldados do corpo de infantaria N° 8, ressabiados, sempre que viam pessoas lendo a dita proclamação, escorraçavam-nas. Neste período, destacou-se em Braga a milícia dos “Cerezinos”,<sup>376</sup> por se envolver em rixas e tiroteios durante as rondas pela cidade com os militares do corpo de infantaria N°8 que naturalmente geraram feridos.<sup>377</sup>

Com a Patuleia, é de destacar a entrada do General McDonnell em Braga, a 27 de Novembro de 1846. Com esta entrada, houve uma restauração geral dos modelos da administração tradicional portuguesa, bem ao modo realista. Pouco tempo depois, a ordem constitucional era restabelecida por uma força cartista, liderada pelo barão do Casal, que provocou um massacre em Braga, quer de civis e militares, provocando uma vaga de feridos no hospital de São Marcos.<sup>378</sup>

As fontes, relativamente às moléstias dos soldados motivadas pela guerra, além de dispersas, são bastante escassas. Em finais de 1832, é conhecida a existência de “duzentas e quarenta e uma de diferentes moléstias” no hospital de São Marcos.<sup>379</sup> Mesmo assim mencionam-se as “feridas”,<sup>380</sup> um ferimento na cabeça que provocou coma,<sup>381</sup> hematoma,<sup>382</sup> “pequena ferida sobre o joelho”,<sup>383</sup> “ferido de arma de fogo no metatarso, e polegar do pé esquerdo”.<sup>384</sup> São estes os escassos testemunhos que nos restam das moléstias de guerra dos militares que se submeteram a tratamento na primeira metade do século XIX no hospital de São Marcos. Desconhece-se o paradeiro das fontes e dos relatórios médicos sobre os militares internados.<sup>385</sup> Todavia, podemos deduzir que os ferimentos provocados por armas de fogo foram

---

<sup>376</sup> Milícia popular, debaixo do comando do cônego Monte Alberne afecta ao espectro político do setembrismo. Ficou para sempre imortalizada e o cônego comandante, na obra de Camilo de Castelo Branco, “A Brasileira de Prazins”.; ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 235, 251, 254, 264, 265.

<sup>377</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 260, 269.

<sup>378</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 339, fls. 20 – 32.

<sup>379</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 154 v. – 155.

<sup>380</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 18 v. – 19.

<sup>381</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 – 1836*, N° 226, fl. 154.

<sup>382</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 120 v. – 121.

<sup>383</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 155 v.

<sup>384</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 18 v. – 19.

<sup>385</sup> Para uma visão mais detalhada sobre os ferimentos de guerra nos militares, veja-se a análise aos cadáveres exumados da necrópole do Cimo de Vila e do Real hospital Militar de São João de Deus, em Penamacor. Consulte-se Silvério, Silvina e Santos, Cláudia, “A necrópole do Cimo de Vila e o Real hospital Militar de São João de Deus (Penamacor): Resultados preliminares (Séculos XVII - XIX)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., pp. 221 – 248.

os mais comuns. Portanto, deste modo, a cirurgia de extracção deve de ter sido a prática cirúrgica mais comum para salvar a vida destes militares.<sup>386</sup>

## **2.5 Entradas de militares no hospital de São Marcos: o azar, as vicissitudes da vida e as fraquezas do corpo**

Afirmar que os militares que davam entrada no hospital de São Marcos exclusivamente por causas bélicas, como, por exemplo, ferimentos, é falso. Muitas razões estariam para além do mundo bélico, desde a má alimentação até mesmo o azar.

Durante a primeira metade do século XIX, houve casos crónicos de má nutrição no exército português.<sup>387</sup> Muitas razões se podem prender com a falta de alimento, desde a ausência de víveres no mercado, ou até mesmo falta de capital por parte do Exército para os adquirir. Outra questão, eram as marchas forçadas,<sup>388</sup> muitas vezes debaixo de más condições atmosféricas,<sup>389</sup> fadiga<sup>390</sup> nos militares, e debilidade chegando a Braga num estado deplorável, quer de aspecto, quer de saúde.<sup>391</sup> Um bom exemplo disso, é o caso do soldado Joaquim Ferreira Bastos do corpo de infantaria N° 3, que sofria de reumatismo.<sup>392</sup>

A juntar a isto, muitas vezes, a compleição física dos militares não era a mais apropriada para as lides da guerra<sup>393</sup> e para agravar essa situação, em meados de 1843, devido às imensas deserções de militares, iniciaram-se recrutamentos indiscriminados em massa, sem ter em

---

<sup>386</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 343.

<sup>387</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 131.

<sup>388</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 179; Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>389</sup> Entenda-se por condições atmosféricas duras, como, por exemplo, chuva intensa, frio intenso ou sol escaldante, que poderiam gerar “febres”. Veja-se o caso das campanhas do Rossilhão e Catalunha em Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793-1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 496; ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 284.

<sup>390</sup> Apesar de não ser para o caso em apreço, foi uma das grandes causas das baixas de militares na campanha do Rossilhão e Catalunha entre 1793 e 1795. Veja-se Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793 - 1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., pp. 495 - 496.

<sup>391</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 202 - 203; Ms. N° 338, fls. 196 - 197.

<sup>392</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 26 - 27 v.

<sup>393</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 36.

conta as condicionantes físicas, morais e criminais do recruta.<sup>394</sup> É, no entanto, redutor pensar-se em militares fracos. Ao longo da primeira metade do século XIX, vários corpos de voluntários foram criados, como forma de completar e engrossar os exércitos. Os voluntários, como o nome indica, ofereceram-se para o serviço militar e não foram recrutados, logo, a sua selecção não foi tão criteriosa como se fosse para um corpo de linha.

Um caso interessante foi o do soldado António José Ferreira, do corpo de infantaria N° 3, que entrou no hospital de São Marcos em Abril de 1821 “evacuado do hospital Regimental do dito Regimento por ocasião de marcha para o Porto”. De acordo com o relatório clínico apresentado pelo cirurgião militar Francisco de Campos Beltrão, o dito soldado apresentava no “lado esquerdo do tórax uma grande palpitação não podia estar deitado para aquele lado em mais ao menos dispensa e tosse mostrando que a moléstia algum vício orgânico no coração ou em algum vaso e por este motivo o julgo incurável”.<sup>395</sup> A fonte não especifica concretamente o tipo de maleita de que o soldado padecia, mas podia bem tratar-se de cancro pulmonar, a avaliar pelos sintomas. O tabaco, era recomendado como algo que prevenia diversas doenças, logo o seu consumo era incentivado e disseminado por quase todos os militares.<sup>396</sup>

A falta de asseio e cuidados pessoais, fruto das situações decorrentes de guerra, poderiam ter levado os militares a recorrer ao hospital de São Marcos. Doenças como, por exemplo, a tinha, micoses diversas e infestações de piolhos, típicas da falta de higiene, poderiam ter sido contraídas pelos militares que procuraram auxílio no referido hospital.<sup>397</sup>

Os ataques por animais, apesar de raros e com um toque de insólito, também causavam baixas. Em 1846, durante a revolta da Maria da Fonte, o corpo de infantaria N° 7 após uma marcha bastante dura, que provocou uma fadiga generalizada entre as tropas, levou a que estas parassem para descansar no “lugar do monte”, nas imediações de Braga. Com a pausa, aproveitaram para socializar um pouco, o que se gerou bastante barulho. Nesse momento,

---

<sup>394</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 9.

<sup>395</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 95 v. – 96.

<sup>396</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 703.

<sup>397</sup> Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793 - 1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 496.

passava uma junta de bois que arrastava um carro.<sup>398</sup> Os animais pouco habituados a tanto barulho, acabariam por se assustar e o condutor do carro não conseguindo dominar os animais, soltou o “chavelão” que unia a junta ao carro e nesse momento os bois carregaram violentamente sobre o corpo de infantaria. A ocorrência causou o pânico generalizado nos militares, acabando estes por se salvar da melhor maneira que podiam. Fatigados, era compreensível que a sua resposta, face ao inesperado ataque fosse quase nula, pelo que uns “ficaram pisados pelos bois, outros levaram cornadas, e uns feriram-se durante a fuga”. No meio da contenda, um grupo de soldados mais arrojado, pegou nas suas armas e começou a disparar sobre a junta de bois, conseguindo abater um dos animais e obrigou o outro a abrandar o passo, aproveitando-se tal facto para abater o animal que restava. No fim desta contenda, além do grande prejuízo material causado, as baixas também foram grandes. Acondicionados os feridos pelo próprio corpo, foram levados para o hospital de São Marcos.<sup>399</sup>

Contudo, muitas vezes, os soldados também eram os responsáveis pelas suas próprias moléstias, nomeadamente quando se esquivavam do hospital durante a noite, se embriagavam fortemente e “contraíam” novas moléstias. E o mais grave disso, é que a maioria das ocorrências acontecia quando estavam precisamente quase curados, forçando o director do hospital a aumentar-lhe os dias de internamento, pois tinham de ser submetidos novamente a tratamento.<sup>400</sup> Outro local onde contraíam doenças, ou então adoeciam, era quando se encontravam reclusos nas cadeias de Braga, muito provavelmente, por falta de higiene e excesso de promiscuidade,<sup>401</sup> ou então por se envolverem em rixas com outros reclusos.<sup>402</sup> Relativamente a casos de indisciplina militar, em Setembro de 1846, começam a correr boatos de uma onda de crispação realista a norte do Minho, alarmando as autoridades setembristas. Foi imediatamente preparado o corpo de infantaria N° 3 para dar resposta. Contudo, os soldados

---

<sup>398</sup> Muito provavelmente seriam bovídeos de raça “minhota”, espécie autóctone do Minho, caracterizados pela sua corpulência e pelos seus longos cifres. Atendendo à constituição física destes animais, é bem provável que os ferimentos provocados nos soldados tenham sido bastante graves. Veja-se o seguinte estudo sobre a evolução da raça “minhota” em Faria, Manuel Mouta, *Os cornos do auroque – raças de bovinos no Entre Douro e Minho*, Edição on-line, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007, pp. 75 – 89.

<sup>399</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 257 -259.

<sup>400</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 156 – 157.

<sup>401</sup> Relativamente à falta de condições dos estabelecimentos prisionais veja-se o caso das cadeias de Ponte de Lima em Esteves, Alexandra, “A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura e Esteves, Alexandra, (coords) *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI - XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 127 – 147.

<sup>402</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 132; Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

recusaram-se marchar e começou uma gritaria no quartel de “Pret-Pret-e Patacos”, dita com uma convicção enorme. Já amotinados e exigindo o pagamento do seu soldo e mais gratificações, os seus oficiais não os conseguiram conter. Recorreram então ao auxílio do corpo de infantaria N° 6 para impor a ordem, acabaram por intervir, detendo os seus camaradas do corpo de infantaria N° 3. No dia seguinte, foram todos “varados”.<sup>403</sup>

## 2.6 Os hospitais militares em Braga e a assistência aos militares

Como já referimos, durante a Guerra Peninsular, há notícia de um hospital militar no convento do Pópulo, que ocuparia parte do dito convento. Parece, no entanto ter estado pouco tempo aberto, fechando pouco tempo depois.<sup>404</sup>

Aparece a notícia, em 1814, de outro hospital militar que tinha a designação de “hospital Regimental da Infantaria N°3” em Braga.<sup>405</sup> Muitos destes hospitais não passavam de uma tenda improvisada, sem quaisquer meios para albergar os pacientes<sup>406</sup> e com condições sanitárias e de higiene que “roçavam os limites do terror”.<sup>407</sup> Estes hospitais, destinavam-se apenas para os corpos que o seu nome indicava. No período em questão, havia várias queixas em torno do “hospital Regimental”, especialmente no caso dos soldados do corpo de infantaria N° 15, que ao entrarem no hospital de São Marcos, vindos do “hospital Regimental”, “em um estado quase todos, incurável”. Além disso, o hospital de São Marcos acusava as “relações” dos cirurgiões militares, relativamente aos soldados transferidos, como “mentirosas”.<sup>408</sup> Esta situação parece ser similar a outras. Afirmou Cooper, militar britânico, que poucos militares internados no

---

<sup>403</sup> As “Varadas”, eram um característico castigo prussiano, bastante comum no exército português durante este período. O soldado sentenciado era chicoteado com uma vara que, apesar de flexível, era bastante dura, causando muitas vezes ferimentos graves, levando frequentemente o militar sentenciado a precisar de assistência hospitalar. Atendendo ao facto de ser uma rebelião generalizada, a crispação, e desespero dos oficiais, autoridades e ao historial de anteriores castigos violentos em Braga por amotinação, é bem provável que estes militares tenham sido hospitalizados no hospital de São Marcos após o castigo.

<sup>404</sup> Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808 ...*, p. 215.

<sup>405</sup> Sobre a ideia de criação de *Hospitais Regimentais* em Portugal, leia-se Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 317.

<sup>406</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 701.

<sup>407</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 704.

<sup>408</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 34, fl. 73.

hospital de Elvas, conseguiam sair com vida devido às péssimas condições do hospital.<sup>409</sup> Nos relatos deixados por Dr. Andrew Halliday, clínico britânico, afirmava-se, que os “físicos” do exército raramente eram vistos nos hospitais militares e muito menos, a monitorizarem o estado de saúde dos doentes. Outro aspecto negro dos hospitais militares era o seu *staff* peculiarmente negligente. Além do mencionado, outros aspectos externos ao mundo hospitalar militar, diziam respeito aos cirurgiões militares não poderem ter procedimentos médicos, a não ser, que fossem autorizados. Estavam também proibidos de produzir medicamentos, ou então misturá-los, pois tal era apenas apanágio dos boticários. Tais disposições, estavam prescritas na lei. Halliday afirmava então, que devido a semelhantes atavismos, a recuperação de um soldado ferido era “deixada á natureza, ou á oportunidade de ser socorrido por algum convento”.<sup>410</sup>

A percepção de Halliday levou-nos a pensar que o físico mor e o seu assistente estavam “cerca de um século atrás do resto da Europa” em matéria de mentalidade e técnica, o que se reflectia nos seus restantes subordinados. O marechal Beresford tentou modernizar os serviços médicos do Exército português, nomeadamente, com a injeção de médicos e cirurgiões britânicos, assim como, colocando no cargo de inspector mor dos hospitais em inícios de 1810, William Ferguson. Naturalmente, que novas medidas e reformas foram tomadas, mas os físicos resistiram obstinadamente a sua quase totalidade, na medida em que as consideravam um “assalto sobre as suas prerrogativas profissionais”, anulando, assim, tentativas reformistas deste serviço.<sup>411</sup> Resumidamente, os funcionários e dirigentes dos serviços de saúde do Exército estavam mais preocupados em manter o seu *status quo*, do que em melhorarem os serviços de saúde prestados aos militares.<sup>412</sup> Há que ter também em conta, que muitos clínicos militares, partiram na frota que levou a Corte rumo ao Brasil, aquando da invasão de Junot.<sup>413</sup>

Outro aspecto que colocava algumas reticências relativamente aos médicos militares era que poucos mantinham um registo sobre os enfermos a seu cargo. Este facto fazia com fosse difícil terem uma noção geral das maleitas de seus pacientes, assim como, era mau para o Exército, na medida em que, este nunca saberia ao certo com quantos homens poderia contar

---

<sup>409</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 705.

<sup>410</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2) ...*, p. 37.

<sup>411</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2) ...* pp. 37 – 38.

<sup>412</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2) ...*, pp. 38 – 39.

<sup>413</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 700.

para o serviço em determinado momento.<sup>414</sup> Este clima de desleixo e relaxamento sentiu-se naturalmente em Braga e no hospital regimental de infantaria N° 3. Seria fechado mais tarde, sendo os soldados transferidos para o hospital de São Marcos.<sup>415</sup>

Em 1814, houve ainda um caso curioso de mencionar, pelo facto de a logística militar no que respeita ao provimento de hospitais não ser a melhor, fazendo o “1º Médico do exército, Director dos Hospitais Militares do Porto”, Domingos Geraldês um requerimento por ordem do Físico-Mor do Exército para receber os medicamentos existentes na botica do hospital de São Marcos a um “preço corrente e racional”.<sup>416</sup>

## **2.7 Outras formas de assistência aos homens da guerra: os soldados pobres, serviços de oficiais, casamentos, partos e baptizados**

Tal como na sociedade civil, na sociedade castrense também havia pobres. As razões da pobreza de muitos homens da guerra podem derivar de diversas situações, como, por exemplo, ser proveniente de uma família pobre, o soldo não ser pago,<sup>417</sup> ter um parco soldo, ter sido preso e má gestão dos seus recursos financeiros,<sup>418</sup> entre outros.

Independentemente das razões acima descritas, como pobres, teriam acesso à oferta assistencial da Santa Casa. O primeiro caso documentado do século XIX, de um militar, é um pedido de “esmola” à Santa Casa e que vem no decorrer da Guerra Peninsular. O pedido foi feito por D. Juan António Gomates, “Comissário Espanhol e de Guerra”, que requereu 2.400 réis em “circunstâncias que pareceram muito atendíveis”.<sup>419</sup> Ainda neste conflito, houve um pedido de duas “inglesas”: “Ana Maria Sennalt” e “Maria Catarina Velolnce”, esposas de dois militares da “Legião Hannoveriana”. Foi dada a esmola de 2.400 réis a cada uma,<sup>420</sup> embora desconhecemos a sua finalidade.

---

<sup>414</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 698.

<sup>415</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 173 – 174.

<sup>416</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 7, fl. 2 v.

<sup>417</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 14 – 15.

<sup>418</sup> Como já foi visto, a sua frequência em botequins e tabernas era assídua.

<sup>419</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 61 v. – 62.

<sup>420</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 89 v. – 90.

Em 1814, “despachou-se um carro” para o miliciano Miguel, que era tambor. Apesar de a fonte não indicar o local para onde o miliciano Miguel pretendia deslocar-se, é bem provável que ainda estivesse debilitado e se quisesse ir curar a casa de sua família. Ou, então, não teria meios de como se deslocar para o local que pretendia.<sup>421</sup>

Outro caso interessante, passou-se em 1811, quando a Santa Casa comprou uma farda completa para o miliciano Miguel José Ribeiro, que pertencia ao corpo de milícias de Braga.<sup>422</sup> Apesar deste tipo de relato ser único, não seria de admirar, num contexto em que a Guerra Peninsular estava no seu auge e faltaram verbas suficientes para fardar os seus militares portugueses, chegando o Exército português a recorrer ao ponto de ter de fardar os seus militares com fardas de má qualidade, que nem sequer estavam prescritas na regulamentação. Estas foram importadas em massa da Grã-Bretanha.<sup>423</sup>

Com a Guerra Peninsular a atingir o seu crepúsculo, a Santa Casa da Misericórdia de Braga pretendeu assinalar o facto, com um sumptuoso “Te Deum Laudamus”, realizado na sua igreja, como uma forma de acção de graças a Deus pela queda do primeiro império francês.<sup>424</sup>

Já em pleno período do primeiro liberalismo, em 1824, deu-se uma esmola de 4.400 réis ao miliciano Jerónimo da Costa, que se encontrava preso, mas antes disto esteve onze dias internado no hospital de São Marcos. O motivo de tal esmola prendia-se com a sua pobreza.<sup>425</sup> Também nesse mesmo ano, um antigo soldado do corpo de infantaria N° 6, Joaquim Miranda, foi provido com uma “cavalgada” para o levar a Caldas de Vizela.<sup>426</sup> Esta modalidade de assistência, estava inserida nos planos terapêuticos de cura do hospital de São Marcos. Este tratamento termal, advinha de prescrições médicas e teve um grande aumento durante o século XIX. As “cavalgadas” disponibilizadas para o transporte e as “esmolas”, quando concedidas a doentes que iam às termas, provinham do “legado do sargento-mor dos Auxiliares”, Francisco de Araújo, especialmente instituído para estes casos.<sup>427</sup>

Outro caso, que merece menção, é o de Jacinto José da Cruz, “criado” do general João Campber. Este, esteve internado no hospital de São Marcos no contexto das Lutas Liberais,

---

<sup>421</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 219 - 219 v.

<sup>422</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 147 - 147 v.

<sup>423</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (1)*, Osprey Publishing, 2000, pp. 40 - 46.

<sup>424</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 225 v. - 226.

<sup>425</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 - 1826*, N° 24, fl. 236 v.

<sup>426</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 - 1826*, N° 24, fl. 246.

<sup>427</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 578 - 585.



acabando por falecer nele. O caso de Jacinto Cruz demonstra que mesmo os serviços civis de oficiais de alta patente eram tratados quando em situação de doença no hospital, assim como é bastante provável que fosse um indivíduo pobre a avaliar pela sua profissão.<sup>428</sup>

Para além do tratamento, o hospital prestava outros serviços aos militares. Realizou alguns casamentos na sua igreja a soldados que corriam sério risco de vida. Para se realizar o matrimónio era preciso ter uma autorização da Igreja e do comandante. Quando ambas as entidades estavam de acordo e davam o seu aval então, o capelão-mor do hospital, celebrava o matrimónio. Como eram autênticos casamentos improvisados, pois o militar corria risco de vida, as testemunhas eram enfermeiros, muito provavelmente os mesmos que o tratavam. O primeiro caso documentado, foi do “aprendiz de Música” do corpo de infantaria N° 8, o soldado Manuel dos Santos, sendo sua noiva Maria da Luz, celebrado a 26 de Maio de 1841.<sup>429</sup> O segundo caso, foi o do 2° sargento Alexandre Cardoso, também do corpo de infantaria N° 8, sendo a noiva Joana Carolina Nunes de Meireles. A cerimónia foi celebrada a 5 de Dezembro de 1841. Contudo, Alexandre Cardoso faleceu no dia seguinte.<sup>430</sup> Este tipo de casamentos e a celeridade com que foram celebrados, podem estar relacionados com a atribuição de pensões do Estado às viúvas dos militares. Joana Carolina era filha de pais já defuntos, muito provavelmente bastante pobres. Com o casamento, as jovens formavam-se mulheres enquadradas socialmente. Apesar de haver mecanismos para as retirar desta situação, nomeadamente os dotes, é bem provável que a demora destes, ou talvez imbróglis na sua atribuição as tenham levado a procurar casar-se com os seus noivos, porque mesmo com a sua morte, teriam sempre a garantia da pensão estatal atribuída às viúvas de militares.<sup>431</sup>

Os militares, apesar de homens da guerra, também possuíam as suas famílias, ou pelo menos estavam a começar a formá-las. Em 1846, em pleno conflito da Maria da Fonte, “um soldado do Batalhão de Caçadores 6” observando que a sua “mulher, ou concubina, estava doente”, diligenciou meios para a internar no hospital de São Marcos. Contudo, a dita mulher estava grávida, pelo que deu à luz um “menino”. O director do hospital preocupou-se em

---

<sup>428</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 - 1836*, N° 226, fl. 105.

<sup>429</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 - 1836*, N° 226, fl. 127 v.

<sup>430</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 - 1836*, N° 226, fl. 146 v.

<sup>431</sup> Relativamente à vulnerabilidade das mulheres sem marido na sociedade oitocentista, veja-se o caso das mulheres que recorriam à confraria de São Vicente em Braga para obtenção de um dote para se casarem. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750 – 1870)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 41 – 85.

diligenciar o baptizado do recém-nascido. Confrontado com a situação, o soldado não se mostrou agradado com a ideia, pelo que a sua resiliência era notória, já que “jamais lhe ocupou a imaginação tal acto!”<sup>432</sup> Deste modo, o soldado ignorava todos os pedidos do director do hospital para celebrar a cerimónia. Inclusive, chegou a ser exposto o caso ao conde das Antas, seu general, que acabaria também por não dar algum crédito aos pedidos do director do hospital. Sem mais respostas quer do soldado, quer do conde das Antas, o director do hospital moveu-se para diligenciar o baptismo, recorrendo ao pároco da freguesia de São João de Souto, celebrando-se aí a cerimónia do baptismo, ante o pai soldado notoriamente “zangado, e quase raivosos.”<sup>433</sup>

Também houve ex-militares, que por serem pobres e por motivos de doença, foram assistidos no hospital de São Marcos.<sup>434</sup> Como se tratava de ex-militares e já não pertenciam aos quadros do Exército, este descartava-se de responsabilidades do pagamento da cura. Além disso, eram pobres.

A pobreza, também era motivo para celebrar funerais a militares, como aconteceu com o sargento-ajudante António Severino, que tendo falecido em 1832, foi sepultado na igreja da Misericórdia, “por esmola” pois foi considerado “pobre”.<sup>435</sup>

A atitude do hospital prova que os serviços que prestavam iam para além do pagamento que recebia por cada cura e integrava uma componente corporal e espiritual.

---

<sup>432</sup> Relativamente à relação entre o liberalismo e a fé católica, veja-se Cruz, Manuel Braga da “As relações entre a Igreja e o Estado liberal – do «cisma» à Concordata (1832 - 1848)”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Vol. ..., pp. 223 – 225.

<sup>433</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 12, 289 – 290.

<sup>434</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 - 1836*, N° 226, fl. 36.

<sup>435</sup> ADB, Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos da Freguesia da Sé 1813 - 1841*, Braga, N° 351, fl. 63 v.

## Capítulo III

### 3. O quotidiano hospitalar

#### 3.1 Os distúrbios provocados pelos militares no hospital de São Marcos

Inácio José Peixoto, o desembargador bracarense, tem excelente expressão para descrever a prepotência e arrogância dos militares durante a Guerra Peninsular. Segundo ele: “Não há coisa como pensar ao militar! Apareça, pague, já, já, aprontem-se.”<sup>436</sup>

Contudo, a Guerra Peninsular não foi apenas o único momento de prepotência e arrogância militar. Ao longo da primeira metade do século XIX foram conhecidos outros momentos.

A “tropa constitucional” gozava de “medonha fama” durante as Lutas Liberais<sup>437</sup> e o general Raimundo José Pinheiro, “General da Província”, exigiu um donativo voluntário para criar um “Batalhão Provisório”, ameaçando quem não desse seria cobrada uma multa.<sup>438</sup> Em Miranda do Douro, apesar da elevada estima dos órgãos municipais pelos militares, nem sempre estes demonstravam respeito pela população, provocando distúrbios, que levavam, muitas vezes, o senado a reclamar junto do governador da praça disciplina nos seus homens.<sup>439</sup>

Além disso ainda havia rivalidades *regimentais*, de corpo para corpo militar. Os militares envolviam-se frequentemente em rixas entre si, ou então até mesmo dentro do próprio corpo. Após a vitória do liberalismo até à Patuleia, um bom exemplo de rixas *regimentais* é o “antagonismo” existente entre os “Voluntários da Rainha” e o corpo de caçadores N° 2, em 1836.<sup>440</sup> Esta rivalidade desenvolveu-se essencialmente em torno do facto de os “Voluntários da Rainha” se considerarem os arautos do liberalismo em Braga e os homens do corpo de caçadores N° 2 terem uma grande quantidade de soldados do corpo de infantaria N° 22 que serviram outrora no Exército miguelista. Os soldados “Voluntários da Rainha” eram tidos como

---

<sup>436</sup> Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares*, 1ª Edição, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992, p. 282.

<sup>437</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 335, fls. 5 – 6.

<sup>438</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fls. 123 – 126.

<sup>439</sup> Mourinho, António Rodrigues, “O hospital Real de São João de Deus de Miranda do Douro”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 308.

<sup>440</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 335, fls. 141 – 142.

“atrevidos” pelos bracarenses. Certo é que tinham a cobertura dos seus oficiais, que os protegiam perante as queixas. Os “Rainhas”, como eram conhecidos os soldados “Voluntários da Rainha”, acabaram ainda por vandalizar alguns locais religiosos, provocando a indignação pública bracarense.

Mas o cadastro de vandalização de locais religiosos já vinha de trás, de 1828, ainda Braga estava controlada por tropas liberais e já o corpo de infantaria N° 9 e os soldados do corpo de caçadores N° 2 vandalizavam os ditos locais. Tais actos provocaram a ira dos bracarenses, que à luz dos seus olhos era um sacrilégio e um ultraje à sua identidade religiosa.<sup>441</sup>

Em 1843, desesperados com a falta de homens no Exército devido à deserção<sup>442</sup> por falta de soldo,<sup>443</sup> começou-se a recrutar não tendo em conta qualquer condicionante física própria do recruta, nem muito menos o seu cadastro.<sup>444</sup> Neste período, destacou-se em Braga o coronel Ferreira, “o Trinta Diabos” como lhe chamava o povo, sendo, então, comandante do corpo de infantaria N° 8. Era frequente em 1843, o coronel Ferreira fazer “admoestações” aos seus soldados por indisciplina destes.<sup>445</sup> O corpo de infantaria N° 8, acabaria por gozar de grande má fama, quer entre os bracarenses, quer entre os seus restantes camaradas de outros corpos militares.<sup>446</sup>

Um dos motivos que catalisava esta rivalidade eram os antagonismos políticos da altura. Durante a revolta da Maria da Fonte, o “Trinta Diabos” usava a cerca do convento Pópulo como zona de pastagem para o gado, sua pertença, quando esta deveria ser usada pelos militares já que o Pópulo era um quartel.<sup>447</sup> Por fim, o corpo de infantaria N° 8 saiu de Braga, ainda antes de rebentar a Patuleia em 1846, deixando 16 civis mortos por afogamento numa nora do Pópulo.<sup>448</sup> Muito provavelmente populares revoltosos. Este acto demonstra bem a implacabilidade e violência deste corpo nos conturbados anos quarenta do século XIX. Apesar de não haver registos desta altura que relatem o quotidiano dos militares do corpo de infantaria N° 8 no

---

<sup>441</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 333, fls. 10 – 11 v.

<sup>442</sup> Relativamente às deserções no Exército veja-se Bebiano, Rui, “Organização e papel do Exército” in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 253.

<sup>443</sup> Relativamente ao soldo do militar, veja-se Bonifácio, Maria de Fátima, “A emergência do radicalismo (1800 – 1834)”, in Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro de, *Memória de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 345.

<sup>444</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 9; Ms. N° 336, fls. 14 - 15.

<sup>445</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 56 – 57.

<sup>446</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 259.

<sup>447</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fls. 222 – 223.

<sup>448</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 263.

hospital de São Marcos, a avaliar pelo seu comportamento e postura, é bem provável que os seus soldados internados tenham causado distúrbios nesta unidade de saúde, e talvez até tenham sido a maior dor de cabeça para o hospital em matéria de mau comportamento por parte dos militares.

Usando estes exemplos como barómetro para averiguar o comportamento dos militares, passamos a analisar alguns episódios do quotidiano hospitalar, marcado pela sua prepotência e constante indisciplina. Procuraremos ainda perceber até que ponto o Exército era conivente com a perturbação criada pelos seus homens.

O hospital de São Marcos, por incúria do Exército,<sup>449</sup> não tinha um corpo de guarda<sup>450</sup> para manter o “sossego”. Os guardas frequentemente não exerciam as suas funções, pois “saem dos seus postos para brincarem”, descartando as suas armas, ignorando todas e quaisquer ordens por parte da administração do hospital. O corpo de guarda chegava mesmo a ser motivo de “perturbação” no próprio hospital, quando deveria ser o garante da manutenção da ordem. Era frequente facilitar a entrada de prostitutas no hospital, para se encontrarem com soldados internados nas enfermarias, quando não eram os próprios guardas a requisitarem os seus serviços. Por um lado, estando a entrada franquiada e sem vigia, qualquer um podia entrar, e depois porque tinham afinidade com as ditas prostitutas. O próprio comandante da guarda, no dia 15 de Janeiro de 1815 entrou pelo hospital, penetrando numa das enfermarias femininas abraçado “escandalosamente” a uma prostituta,<sup>451</sup> não fazendo qualquer caso dos gritos desesperados da enfermeira, que o tentou deter.<sup>452</sup> Esta situação prova que a vida da instituição estava totalmente alterada e que a Misericórdia não conseguia impor ordem.

A ausência de guarda no hospital, facilitava a deserção aos soldados internados, como fez o recruta Custódio Manuel Teixeira do corpo de caçadores N° 12, em 1827.<sup>453</sup>

---

<sup>449</sup> Falta de efectivos militares? Descrédito das autoridades militares?

<sup>450</sup> Uma visão mais ampla sobre a sentinela de um hospital militar, leia-se *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., pp. 137 – 138.

<sup>451</sup> João Baptista Vieira Gomes descreve-nos casos de mulheres que rondavam um corpo militar, chegando estas em número mesmo a superar o dos soldados. Portanto, depreende-se que os soldados poderiam ter mais que uma parceira talvez. Certo é que havia uma simbiose dialéctica Prostituta – Militar, em torno a troca de soldo e/ou comida, por companhia ou serviços sexuais ao soldado. ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fls. 43 – 45.

<sup>452</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 71; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ...pp. 539 – 540.

<sup>453</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 100v.

Em Janeiro de 1833, houve uma quase rusga em busca do soldado Francisco José Antunes do corpo de voluntários realistas de Guimarães, que não se encontrava no hospital de São Marcos e nem no Pópulo, local onde ocorreu a segunda busca. Pode-se presumir que o soldado Antunes desertou e que a ausência de qualquer tipo de comunicação entre as duas sentinelas, a de São Marcos e a do Pópulo, era um facto.<sup>454</sup>

A causa realista sofria os seus desgostos com a frustração do cerco do Porto, gerando desmoralização entre os realistas.<sup>455</sup> Contudo, um internamento parecia uma oportunidade irresistível para os soldados desertarem. Durante a Guerra Peninsular, também houve deserções realizadas por militares internados no hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa, aproveitando precisamente o momento do internamento para se esquivarem do hospital.<sup>456</sup>

O cargo de comandante da guarda era atribuído a um oficial de baixa patente e inexperiente, como foi o caso do cadete Francisco José da Cruz, do corpo de milícias da Barca, em 1823.<sup>457</sup> Em parte isto pode explicar a razão da indisciplina dos guardas. O provedor do hospital, queixou-se em 1832 ao general Visconde de Montalegre, da “relaxação na disciplina e obediência militar” que atingia níveis lancinantes e insuportáveis, pedindo-lhe um “comandante respeitoso e capaz de cumprir e fazer cumprir” a ordem e legalidade no hospital e que os respectivos soldados seus subordinados a ele fossem “capazes de obedecer e cumprirem as mesmas determinações”. O provedor ainda foi mais acutilante, pedindo ao visconde de Montalegre que à menor falha da guarda, fossem todos presos imediatamente. Este facto demonstra o quanto a administração do hospital se irritava com a patuleia reinante, acusando os oficiais de serem os primeiros a dar o exemplo de desobediência e descuido, seguindo-lhe os subordinados os passos.<sup>458</sup>

As entradas sem qualquer guarda, também causavam outro problema, que consistia na saída sem autorização de doentes militares. Muitos deles saíam todas as noites e provocavam distúrbios na cidade, nomeadamente em tabernas. Era comum frequentarem bordeis e

---

<sup>454</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 21.

<sup>455</sup> Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do exército Português ...*, p. 367.

<sup>456</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 344.

<sup>457</sup> Cadete é todo aquele que aspira a uma patente de oficial superior. Era natural que fosse compelido para funções mais subalternas e que nenhum oficial superior se prestava, por exemplo, a capitanear a sentinela de um hospital como é o caso.

<sup>458</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 156 - 157.

envolverem-se em lutas nesses locais.<sup>459</sup> Parece, então, que o hospital não funcionava como um espaço de tratamento, mas como um hotel onde se entrava e saía quando se desejava.

Dentro do hospital havia também casos de agressão consumados. O alferes Joaquim Dias Malheiro do corpo de caçadores N° 12 espancou o servente Bernardo em 1828, simplesmente pelo facto de este não lhe entregar uma carta fora do hospital, em virtude de estar a servir as refeições aos restantes oficiais da enfermaria.<sup>460</sup> Em Julho de 1830, o capitão António Pereira de Almeida do corpo de infantaria N° 22, de visita ao hospital, deu um murro na cabeça sem causa justificada ao soldado António José Painçais.<sup>461</sup> Em 1831, dois soldados do corpo de infantaria N° 22 travavam-se de “razões”. O soldado Joaquim Manuel irado, ameaçou o soldado Manuel da Costa de o “ir espancar a cama”, é certo que Joaquim se levantou e foi ao encontro de Manuel para entrarem em vias de facto, mas o sentinela dos presos com “muito embaraço” conseguiu-o travar, assistindo toda a gente ao acontecido. Joaquim não se poupou a “muitas palavras indecentes” e munuiu-se de uma “navalha ou instrumento de ferro” para levar a sua avante. Por providência cautelar, visto que os dois irreconciliáveis soldados ainda estavam propensos a mais rixas e, a bem do bom funcionamento e decência do hospital, o médico colocou Joaquim na “prisão do hospital”, que era nada mais, nada menos que a enfermaria dos prisioneiros, visto que esta tinha uma sentinela à vista dos internados. Joaquim Manuel prestou posteriormente depoimento, sobre tudo. Por sua vez, o provedor do hospital, munido de factos, desmentiu tudo.<sup>462</sup>

Muitos destes casos de violência podem estar associados a situações de *stress* e/ou traumas relacionados com experiências bélicas, impelindo os afectados a ter comportamentos irracionalmente agressivos e a tornarem-se facilmente irascíveis. Contudo, reduzir a questão ao *stress* e/ou traumas bélicos podem ser redutores, visto que os militares eram grandes consumidores de álcool, pelo que poderiam em muitos destes casos estarem embriagados e agirem sem pleno uso de suas faculdades. O alcoolismo era algo comum no quotidiano dos militares e, por incrível que pareça, para além de tolerado era encorajado. O incentivo ao consumo de álcool era motivado na medida em que se acreditava que possuía propriedades

---

<sup>459</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 98 v. - 99.

<sup>460</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 100.

<sup>461</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 120 - 121.

<sup>462</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 127 - 127 v.

preventivas contra diversas doenças. Além disso, era tolerado por se entender que contribuía para a moral das tropas, coisa crucial nas lides de Marte.<sup>463</sup>

A ausência de guarda, ou então a existência em pequeno número e indisciplinada, causava dores de cabeça à administração do hospital quando estavam internados soldados prisioneiros.<sup>464</sup> O risco de fuga, ou até mesmo de rebelião por parte dos prisioneiros era uma realidade, o que preocupava a administração da unidade de saúde.

O “Regulamento para os Hospitais Militares” de 1813, modelo em que se baseava a sentinela do hospital, previa que uma das sentinelas estivesse na cozinha a verificar as porções das dietas dos soldados internados.<sup>465</sup> Além desta atribuição, procurava-se, com a sua presença, evitar o extravio de géneros alimentares. Os soldados internados sempre que sabiam da ausência do comandante, que era quem verificava as doses de dieta dadas aos soldados internados, acusavam sempre o hospital de estarem a ser defraudados, com rações mais pequenas e, por conseguinte, a passar fome.<sup>466</sup> Pelo que indica o regulamento para os hospitais militares, havia certas prescrições que impediam os doentes de almoçar, neste caso os doentes convalescentes. Talvez, essas prescrições fossem o motivo de tensão, levando os militares a reclamar por não lhes ser servido o almoço.<sup>467</sup> Instalava-se, assim, um clima de tensão entre o hospital e os militares internados. O caso mais lancinante passou-se em 1832, quando chegou às mãos do médico director uma “representação não assinada” dos militares internados na enfermaria de São Lázaro, queixando-se que as rações quase os faziam passar fome. A ausência de assinaturas na “representação” foi logo motivo para o director desconfiar e nem fazer grande crédito, pois suou a falso. O médico acusou-os de andarem constantemente fora do hospital, em “devassidão” e de trazerem mulheres para o seu interior, nomeadamente da proibição da entrada das suas “amigas”,<sup>468</sup> visto que era frequente estarem com elas na enfermaria. Ao que parece, os militares ou vendiam a comida, ou então partilhavam-na com as “amigas”. Exemplo

---

<sup>463</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 705.

<sup>464</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 99 v.

<sup>465</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 100.

<sup>466</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 101.

<sup>467</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares...*, p. 153.

<sup>468</sup> A convivência de militares com mulheres é algo que até o conde de Lippe considerava bom, e considerava-as uma presença boa, na medida em que, auxiliavam os soldados a manter as casernas limpas, para além de lhes lavarem as fardas. Veja-se Reis, Carlos Vieira, “Manuel Gião, um historiador militar”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 285.



desta situação foi encontrado na penumbra da noite sendo visto o sargento José Manuel de Abreu dos “Veteranos do Minho”, em 1828, a fazer descer por uma corda um “púcaro” com comida, alegando ser para “um cão”. Mesmo assim, o sargento Abreu continuou com uma conduta licenciosa, mantendo contacto íntimo com uma mulher,<sup>469</sup> que se curava no “Salão do Curativo Gálico”. Isto preocuparia o hospital na medida em que o soldado poderia incorrer no risco de contrair sífilis, além de ser escandaloso para os restantes internados.<sup>470</sup> Muito provavelmente, a avaliar pelo púcaro descido pela janela, o sargento Abreu até manteria relações com mais que uma mulher. Esta situação era motivo de choque para a administração do hospital, sempre empenhada em manter a moral e os bons costumes. Contudo, o caso das dietas teria o seu pico em 1832, quando o enfermeiro Manuel António da Silva vendo cair água do tecto da sua enfermaria se dirigiu à enfermaria de São Roque que era exactamente em cima da sua. Chegado ao local para averiguar a fonte, que gerava a queda de água, foi recebido com impropérios pelos soldados, que lhe arremessam com “louça” e um dos internados dirigiu-se a ele, começando-o a “espancar na cabeça”. Indignado o provedor foi tirar contas com os militares que causaram o “escandaloso facto”, negando este tudo o que se passou, alegando que o “caldo era cheio de água, e salgado, e as rações pequenas”.<sup>471</sup>

O ano de 1832 parece peculiarmente crítico em questões de reclamações no que respeita à dieta, facto é que devido à escassez de certos géneros dava-se poder ao médico para fazer a substituição de géneros que achasse necessária, prática que parece já ser anterior feita à revelia da tabela de dietas presente no regulamento para os hospitais militares.<sup>472</sup> Não era prejudicial para a recuperação do doente, provavelmente serviu de mote para mais reclamações, especialmente sabendo que as dietas eram estabelecidas pelos médicos, sem seguirem a tabela do regulamento para os hospitais militares.

Outra fonte de tensão era constituída pelos soldados que recusavam o tratamento. O soldado Manuel Coelho recusava terminantemente não “tomar os remédios”, preocupando o primeiro cirurgião dos homens, temendo que ele corresse risco de vida.<sup>473</sup> A mesma via seguiu

---

<sup>469</sup> Relativamente ao assédio de militares a mulheres e as preocupações sociais decorrentes deste comportamento na cidade de Braga, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750 – 1870)* ..., pp. 46 – 48.

<sup>470</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 135 - 135 v.

<sup>471</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 157 v.

<sup>472</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 304 v. – 305 v.

<sup>473</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 133 v. - 134.

também o soldado Manuel Esteves.<sup>474</sup> Eram sempre casos graves, primeiro porque punham em causa a saúde do doente, segundo porque os demais soldados internados poderiam tomar-lhe o exemplo, acabando por boicotar o esforço do hospital em os curar.

Mas também havia o reverso da medalha, pois existiam os que pecavam por excesso, com militares que sempre que comiam, abusavam pondo em risco a sua saúde. Alguns não tendo consciência da “dieta que lhes convém” e “sempre pedem [comida] e gostam por comer ainda mesmo na maior agudeza da sua moléstia.”<sup>475</sup> O soldado Francisco José de Abreu estava com uma “pleuris” gravíssima e “pedia de comer com indignação”.<sup>476</sup> Provavelmente, as rações do Exército não seriam as melhores e a comida do hospital seria de muito melhor qualidade, levando os soldados a pedirem maior ração. Este caso também ramifica com o anteriormente analisado, relativamente às reclamações por falta de comida, podendo igualmente constituir o reverso da medalha dessa questão.<sup>477</sup>

No “hospital de sangue” do Pópulo não foram conhecidas grandes ocorrências de distúrbios no que respeita à indisciplina militar. Talvez por ser usado ao mesmo tempo como quartel e haver presença constante de oficiais superiores. Parece ainda ser gozado de um ambiente mais castrense e propenso à disciplina. Todavia, o soldado António dos Santos do corpo da 3ª infantaria de Lisboa foi considerado “absolutamente insubordinado”. Era comum o soldado Santos passear todo o dia pela cidade sem qualquer licença e não demonstrar respeito pelos funcionários do hospital, tendo sido “castigado” por tal conduta, contudo, sem sortir qualquer efeito no seu comportamento. Há suspeitas que agravaria a sua “ferida” numa perna, motivo da sua entrada no hospital do Pópulo, para se manter o máximo de tempo possível no dito hospital.<sup>478</sup>

A sentinela presente no hospital do Pópulo também deixava muito a desejar em matéria de cumprimento das suas funções, comportando-se de forma igual à do hospital de São Marcos.<sup>479</sup>

---

<sup>474</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 139.

<sup>475</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 135 - 135 v.

<sup>476</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 135 v.

<sup>477</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 706.

<sup>478</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 155 v.

<sup>479</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 156.

Em ambos os hospitais, durante as Lutas Liberais, era comum os soldados continuarem a sair sem licença e a regressarem às horas que queriam, “embriagados” fruto das suas divagações pela cidade de Braga.<sup>480</sup> Naturalmente, causavam bastantes distúrbios, perturbando os restantes soldados internados.

Durante as Lutas Liberais o escriturário passou a pedir aos soldados a entrega do armamento para ser guardado num depósito, assim como os seus bens. Com uma das sentinelas do hospital se esquivava das suas funções sempre que podia, os soldados armados poderiam provocar grandes desacatos. Verificaram-se também roubos no interior do hospital, motivados pelo modo de vida licencioso dos soldados e pelo parco soldo que recebiam.<sup>481</sup> Um destes roubos acabaria por ter contornos estranhos, como foi o caso do comandante da guarda do hospital, o soldado Manuel Joaquim, do corpo de infantaria de Valença, que incumbido de entregar o dinheiro roubado a um soldado preso por camaradas seus, foi chamado a uma enfermaria pelo soldado João António de Campos, do corpo de caçadores da Beira Baixa. O soldado Campos, atraindo o soldado Joaquim fechou-o na enfermaria e espanca-o com o seu “traçado”.<sup>482</sup> Desconhecem-se os motivos que conduziram a esta agressão, apenas se sabe que “fora chamado ao engano” pelo soldado Campos. Depois deste caso, o escriturário Inácio foi alvo de uma “mudança” dando o seu lugar a outro colega seu.<sup>483</sup>

### **3.2 As “Baixas Fraudulentas” e as violências praticadas no interior do hospital**

O internamento no hospital poderia ser na óptica de alguns militares, um meio de se esquivarem condignamente à guerra, sem serem considerados refractários ou desertores. Todavia, constituía sempre um mal, na medida em que obrigavam o Estado a ter despesas desnecessárias e ocupavam lugares no hospital que deveriam ser preenchidos por quem estivesse realmente doente.

---

<sup>480</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 156 – 157.

<sup>481</sup> Os pagamentos irregulares de soldo à tropa já têm os seus antecedentes, veja-se o caso da campanha do Rousilhão e Catalunha decorrida em finais do século XVIII. Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793 - 1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I ..., p. 512.

<sup>482</sup> “Traçado” ou “Terçado”, era uma espada maciça e curta, tipicamente concebida para golpear. Era uma arma secundária de uso bastante comum pelo corpo de Caçadores.

<sup>483</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 21 - 21 v.

Em 1835, houve forças espanholas adidas ao partido carlista a rondarem a fronteira norte de Portugal. Muitas notícias chegaram a Braga, vindas das bocas de forasteiros, que consideram os carlistas como uma força virtualmente invencível com intenções de invadir Portugal, acabando por promover o “receio e o susto”. No dia 18 de Agosto de 1835, os militares de um “Batalhão”<sup>484</sup> que estava estacionado em Braga receberam ordens para partirem para Trás-os-Montes, a fim de monitorizar as actividades dos carlistas naquela zona de fronteira. Partiram de madrugada, e possuídos de terror e medo, mais de cem soldados declaram estar doentes, pedindo “baixa” para se irem tratar ao hospital.

Esta “chusma” de soldados levantou suspeitas por respectivamente se terem verificado tantos doentes a entrarem de uma só vez no hospital sem razão aparente. Os soldados já com a “baixa” passada, retiraram-se para as respectivas camas, apesar de terem instruções para entregar as armas. Ignoraram todas as ordens e ninguém largou a sua arma, “antes a acautelavam em volta da cama”. Houve exaltações e os ânimos estavam ao rubro. Compreende-se que os soldados estavam amedrontados com um possível confronto com os carlistas, e caso estes chegassem a Braga sempre teriam com que se defender. O director do hospital, em desespero por não conseguir persuadir os soldados, falou-lhes “como a irmãos, que eram em ideias”. Mas nem mesmo o médico director, confessando aos soldados que também era liberal e estava com eles, e que podiam confiar nele, os demoveu, acabando estes ainda mais exaltados. Os soldados pegaram, então, nas armas carregadas e apontaram ao director e enfermeiros, conseguindo impor a sua vontade. Desconhece-se se foram algo de sanções disciplinares, uma vez que o seu comandante, Caiola, era considerado “frouxo em prover sobre os desregrados procedimentos da tropa no hospital, e fora dele.”<sup>485</sup> Como se constata o hospital estava tomado pelos soldados. Mas onde estava a ordem imposta pela gestão hospitalar? E a da Misericórdia? O clima de guerra tinha provocado medo em todos e, como se comprova, os militares internados em São Marcos faziam a lei na instituição.

O hospital foi usado como desculpa para evitar marcharem para Trás-os-Montes e confrontarem-se com o fantasma carlista. Contudo, esta situação não era nova. Durante a defesa das Linhas de Torres Vedras, ocorrida ao longo da Guerra Peninsular, houve muitos militares a

---

<sup>484</sup> A fonte não menciona qual o batalhão em questão, pode ser o batalhão móvel de Leça? Batalhão móvel da Maia? Batalhão móvel de Braga (ainda em formação)? O que é certo é que estavam sob o comando de Caiola.

<sup>485</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 335, fls. 50 – 51.

fingirem estar doentes. Muitos deles chegavam ao ponto de se auto-flagelar, só para justificar a sua fuga ao serviço militar.<sup>486</sup>

Outra situação ocorreu no passado, tendo contornos similares. Em pleno calor das Lutas Liberais, as “guias” de “licença” ou “baixa” do “Real Serviço” eram um alvo apetecível para os militares. Sempre que se apercebiam da sua existência, visto que estas não vinham num envelope, rapidamente lhes deitavam a mão, desaparecendo sem deixar rasto. O facto causava imensos problemas, quer a nível das escriturações quer a nível jurídico, o que obrigava o Exército a declará-los como desertores. Deste modo, o visconde de Montalegre, pediu ao director do hospital, em Janeiro de 1833, que as “guias” fossem entregues fechadas. Do mesmo modo que solicitou uma lista exaustiva de tropas licenciadas e de “baixa” relativa ao ano de 1832, o ano em que se descobriu este problema, com vista a tentar descobrir os soldados larápios para os punir.<sup>487</sup>

É plausível que durante as invasões francesas, os militares franceses tenham cometido violências como o fizeram em outras localidades, contudo, a ausência de fontes impede-nos de analisar esses casos.<sup>488</sup>

Pouco depois do desembarque do Mindelo, durante as Lutas Liberais, os liberais tentaram um raide sobre o Minho, conseguindo chegar a Braga com cerca de 700 homens, “desprovidos de armas”. Eram na sua maioria soldados do corpo de infantaria N° 18 e “alguns ilhéus”<sup>489</sup>. O visconde de Montalegre, responsável pela defesa de Braga, contava com 200 soldados e um “parque de artilharia”, mesmo assim retirou-se para a serra do Carvalho de Este, enquanto muitos bracarenses sabendo da notícia da aproximação dos liberais “divergem sem ordem para os montes”. Entrando desta feita os liberais na cidade, onde “sem o menor incómodo passearam por toda a cidade, e saquearam durante cinco dias.”<sup>490</sup>

---

<sup>486</sup> Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 702.

<sup>487</sup> ADB/UM, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 20 v. – 21.

<sup>488</sup> Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808 ...*, p. 211.

<sup>489</sup> Entenda-se por militares recrutados nas ilhas dos Açores.

<sup>490</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 334, fl. 16.

O principal objectivo dos liberais era estabelecer municípios fiéis à sua causa e para tal aproveitaram brechas na defesa a norte para conseguirem fazer a sua incursão. Acabariam todos por regressar ao Porto, com a derrota no “combate de Penafiel”, a 17 de Julho de 1832.<sup>491</sup>

Neste período, o escriturário Inácio Correia da Costa, quando soube da invasão da cidade de Braga pelos liberais refugiou-se com a sua família no hospital, naturalmente para sua protecção e esperando que o local não fosse invadido. Enquanto isto, o cabo António Joaquim Nogueira do corpo de infantaria de Valença, rogava ao Dr. José Maria de Magalhães Pacheco, médico no hospital, que lhe passasse uma “alta”. O Dr. Pacheco alegou ao cabo Nogueira que “não era dia de dar altas por não haver quem se apresentasse” para o levar ao seu corpo militar. Acabaria o cabo Nogueira por jantar no hospital e já de noite, esquivou-se sem qualquer licença. Passada meia hora, regressou com um soldado desertor do corpo de Infantaria de Valença, conhecido pelo “Abade”, indo procurar o escriturário Inácio e exindolhe com “muita arrogância” o seu armamento, o qual lhe foi entregue com “violência”. Depois de consumado o facto, o cabo Nogueira afirmou o seguinte: “agora é tempo de vingar-me dos patifes de Braga”, ao que o soldado Abade respondeu: “agora é se vai servir um bom ano, pois tens 165 reis por dia e não é necessário furtar como até agora”. Com o armamento do cabo Nogueira nas mãos, retiraram-se do hospital com celeridade, de acordo com as instruções que o soldado Abade deu.

Duas horas passaram e regressou o cabo Nogueira ao hospital na companhia do sargento Teixeira do corpo de infantaria de Valença. Tendo os soldados internados pressentido a presença do sargento Teixeira, uns fugiram, outros esconderam-se e os que ficaram foram alvo de aliciamento dos dois para se juntarem ao exército liberal. Depois da sua campanha de aliciamento feita, retiraram-se. No dia seguinte, na presença de um oficial liberal, os dois continuaram a usar o hospital como local de recrutamento para o exército liberal. Como no hospital se encontravam muitos homens internados, não era espanto que se conseguisse num local de recrutamento. Já o facto de os militares entrarem e saírem para o fazer à sua vontade, parece um pouco insólito. Todavia, já afirmamos que quem *mandava* na instituição eram os militares.

Na noite de 15 para 16 de Julho de 1832, foi “atacado o hospital” com “violência e barulho”, “atirando um tiro” o sargento Teixeira. Este vinha mais uma vez na companhia do cabo Nogueira, do soldado “Abade” e ainda com mais uns soldados liberais, que prontamente

---

<sup>491</sup> Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro ...*, p. 118.

procuraram o escriturário Inácio. Acabaram os liberais por intimar o escriturário Inácio a abrir as portas da “Casa da arrecadação”. Com as portas abertas, os soldados liberais recolheram 8 a 9 “armamentos completos”<sup>492</sup> enquanto isso, o cabo Nogueira debatia-se em tentar forçar a abertura de baú, pertença de um particular, para furtar os valores no seu interior. Depois de aberto e saqueado o seu interior, o cabo Nogueira preparava-se para fazer o mesmo com outros baús, quando um soldado liberal o impediu. Irado, o cabo Nogueira agrediu verbalmente o escriturário Nogueira e ainda lhe deu “dois ou três murros por oito”. Depois de retirarem o que lhes interessava da dita “Casa da arrecadação”, ordenaram ao escriturário Inácio que lhes indicasse o local de internamento de outros militares para lhes passarem uma revista, a qual durou duas horas e meia. Durante a revista, mais uma vez, aliciaram os soldados feridos a juntarem-se ao partido liberal e a lutarem do lado dos liberais, contudo, acabaram por ouvir apenas “lamentações”. Mesmo assim, quatro soldados acederam à proposta dos liberais.<sup>493</sup> No “acto da saída” todos mostraram repugnância, tendo dois deles “procederam a escapar-se”.<sup>494</sup> A facilidade com que os militares acediam ao hospital para roubar e aliciar seguidores punha em causa a própria segurança da instituição e de todos os que se encontravam no seu interior.

Esta situação demonstra bem o caos instalado no hospital, assim como o clima de medo que reinou durante esta fugaz ocupação liberal da cidade de Braga no contexto das Lutas Liberais. Mas outro aspecto demonstra bem que a pobreza dos soldados os levava a “furtar” para sobreviver, somando-se ainda os seus hábitos de vida licenciosos que também tinham os seus custos no seu soldo. O hospital de São Marcos estava à mercê dos liberais, contudo, a falta de respeito dos militares pelo hospital, mais uma vez se reflecte, quer nas atitudes dos subalternos, quer na dos oficiais, mais compenetrados em questões de interesse político, do que nas questões humanitárias e de saúde.

Outro aspecto a mencionar prende-se com o desespero destes militares trânsfugas em adquirir o máximo de armas possível. A falta de equipamento por parte das forças liberais impelia-os a esta atitude, uma vez que entraram em Braga quase desarmadas.

---

<sup>492</sup> Denomina-se “armamentos completos” às armas de fogo.

<sup>493</sup> Estes militares eram os soldados Francisco Afonso de Carvalho, José Joaquim Marques, João Pires Carneiro e o Manuel Pereira Viseu. Muito provavelmente militares do corpo de infantaria de Valença.

<sup>494</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 146 – 146 v.

### 3.3 Os cirurgiões militares revoltados

Apesar da esmagadora maioria dos distúrbios causados no hospital de São Marcos terem origem nos militares, houve um caso registado em 1815 que envolveu dois clínicos militares, que comportando-se como dementes e provocando grande escândalo, causaram o caos dentro do edifício.<sup>495</sup>

Os protagonistas deste caso foram o cirurgião da brigada Ascensão e o cirurgião do corpo de infantaria N°15, Beltrão. Entraram no hospital de São Marcos com o objectivo de “enxovalhar a Mesa administradora, os Professores, e para fim nem mesmo o Boticário, e Serventes” escaparam aos impropérios. Começaram por enxovalhar o chafariz do jardim, como se tratasse de uma pessoa, reclamando do cheiro do local. Seguiram rumo às enfermarias, onde com grande retórica procuravam convencer os doentes que lá se encontravam que estavam ainda mais doentes. Nessas suas exposições, os dois lamentavam-se do facto de os doentes estarem ali, num local sem “dietas e remédios caros”, e acusando o professor de cirurgia de ser antiquado com procedimentos médicos obsoletos. O discurso colocou os doentes apreensivos, tendo alguns deles chorado de desespero. Naturalmente, provocou uma quebra de confiança na relação clínico – paciente, desacreditando o hospital e afectando uma das máximas do hospital: a “confiança é um dos veículos da Saúde”, conforme o diz “Calanis”. Depois de colocarem defeitos em tudo o que havia, passaram a gabar-se das suas perícias e conhecimentos. Avançaram, então, para a botica, onde começaram a colocar defeitos no trabalho que ali era efectuado. Embora depois do acontecido se tenham retirado, regressaram de novo ao hospital passado algum tempo. O cirurgião Beltrão começou a tratar dos doentes do hospital como se fosse seu clínico. Seguidamente, ambos intentaram prender o primeiro médico do hospital, Silva Pacheco, e um enfermeiro por estar a seguir as ordens do Dr. Pacheco. Não satisfeitos com a resposta quiseram entrar em vias de facto com o enfermeiro e o Dr. Pacheco.<sup>496</sup>

O marechal Beresford mandou através do primeiro médico do Exército e director dos hospitais militares do Porto, o Dr. Domingos Geraldês, repreender os dois cirurgiões. Contudo, foi demasiado brando, na medida em que só procedeu à sua substituição em Braga. O Dr.

---

<sup>495</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 540 – 542.

<sup>496</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 71 v. - 72.



Domingos Geraldês elogiou o profissionalismo do hospital, a maneira com que ele facilmente se adaptou para receber os militares e a forma extremosa como tratava os militares internados.<sup>497</sup>

Tal caso é no mínimo insólito, quer por ter partido das pessoas em questão (cirurgiões do Exército), quer pelos motivos que os levou a terem tal tipo de comportamento. Pode-se, depreender que muito, provavelmente, estariam a sofrer de algum *stress* ou trauma relacionado com a Guerra Peninsular, provavelmente devido ao excesso de trabalho, casos que os traumatizaram, a avaliar pela maneira com que reclamavam com um objecto inanimado como o chafariz do pátio do hospital. Ou então, estariam severamente alcoolizados e revoltados.

Relacionando a presença destes dois clínicos militares com os hospitais militares em Braga, sabe-se que até 1814 laborou um hospital militar na cidade, pois há um registo do seu fecho, e a transferência dos militares internados neste para o hospital de São Marcos, em 16 de Novembro de 1814.<sup>498</sup> Muito provavelmente estes dois cirurgiões trabalhariam neste hospital e sentiram-se lesados com o seu fecho em detrimento do hospital de São Marcos, podendo ter interpretado como uma quebra de confiança neles por parte do Exército a favor dos clínicos civis do hospital de São Marcos.

Outra hipótese que se pode levantar está relacionada com as relações dos militares do corpo de infantaria N° 3 transferidos de seu hospital regimental para o hospital de São Marcos. A Santa Casa acusou-as de “mentirosas”, podendo levar à crispação dos ditos clínicos militares, que confrontados com tais acusações, que punham em causa a sua idoneidade enquanto profissionais, se tenham crispado face à Santa Casa, levando-os a ter essa atitude.<sup>499</sup> Convém ter em conta também, que os “cirurgiões militares eram menosprezados na rígida hierarquia” militar, não sendo à vista dos militares, então “nem oficiais nem cavalheiros”, o que poderia gerar um sentimento de inferioridade, motivador de revolta.<sup>500</sup>

---

<sup>497</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 4 v. , 73.

<sup>498</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 173 – 174.

<sup>499</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 34, fl. 73.

<sup>500</sup> Leia-se Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 699.

### 3.4 As coisas à última da hora

As entradas em massa de enfermos num hospital é sempre motivo de alvoroço, assim o foi no passado, assim o é no presente. O hospital de São Marcos não seria diferente, pois envolvia ainda problemas económicos. Nesta situação podia-se bem inserir os militares vítimas da guerra, que entravam sempre em números avultados. O número e, acima de tudo, a preparação para os receber era motivo de agitação, quer no hospital quer na Santa Casa da Misericórdia de Braga que, por diversas vezes, teve de socorrer o hospital.

Em 1808, a Junta Suprema do Porto emitiu uma ordem para no hospital de São Marcos colocar quatrocentas camas e “panos e fios” para “feridas”. Prevvia-se, deste modo, que o combate contra os invasores franceses fosse sangrento. Este pedido foi feito com urgência, exigindo-se prontidão.<sup>501</sup> É certo que os britânicos enviaram para Portugal um “considerável abastecimento de camas de hospital, instrumentos cirúrgicos e outros abastecimentos médicos”, contudo, estes destinavam-se aos hospitais militares.<sup>502</sup> Não há registo que estes tenham chegado ao hospital de São Marcos de forma directa. Talvez tenham chegado posteriormente de forma indirecta, com o fecho do hospital militar mediante uma doação régia de todo o seu equipamento, como forma de descontar nas dívidas do Estado para com o hospital de São Marcos.<sup>503</sup> Perante a exigência da “Junta” do Porto, que enviou um ofício através do desembargador, a Mesa respondeu em “termos moderados” o que poderia fazer, especialmente no que respeita às camas.<sup>504</sup>

Mais enfermarias tiveram de ser criadas para acolher os militares.<sup>505</sup> A chegada de muitos doentes ao hospital exigiu também mais funcionários e mais despesas. A entrada de militares provocou alterações no quotidiano do hospital de São Marcos, quer por se equipar à pressão para dar resposta, quer em contratos para mais funcionários,<sup>506</sup> quer mesmo para as contas do hospital, atendendo ao facto que as autoridades tardavam sempre em pagar e nunca

---

<sup>501</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 338, fl. 124 v.

<sup>502</sup> Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2)* ..., p. 38.

<sup>503</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 73 v. – 74.

<sup>504</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 – 1817*, N° 23, fls. 87v - 88; Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares* ..., p. 282.

<sup>505</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 299.

<sup>506</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 289 v.

o faziam na forma completa.<sup>507</sup> O excesso de militares internados motivava um aumento da carga laboral e consequentemente esgotava psicologicamente e fisicamente quem cuidava deles.<sup>508</sup> Se algum clínico adoecesse, poderia não ser substituído, recaindo ainda mais trabalho sobre os seus colegas, sendo estes obrigados a trabalhar por turnos.<sup>509</sup> Os salários poderiam ainda constituir motivos de confusão no que respeita a reivindicações, causando mau ambiente no interior do hospital entre os queixosos e a Santa Casa da Misericórdia.<sup>510</sup>

Durante o liberalismo, o hospital foi acusado de ser miguelista. A Santa Casa não seria inocente, pois pendia bastante nas décadas de 30 e 40 do Século XIX para o miguelismo, ou se tanto para o cartismo. Os irmãos da Santa Casa também não teriam grande consideração pelos setembristas. Exemplo similar, foi a Santa Casa de Vila Viçosa, que também conheceu atritos com a administração setembrista, em virtude do seu conservadorismo.<sup>511</sup>

Em 1837, com o decorrer da revolução de Setembro, com a Constituição de 1822 de novo restaurada, e os cartistas crispados por tal facto, desencadeou-se uma série de lutas com vista a repor a Carta Constitucional de 1826. O hospital de São Marcos recebeu de novo um pedido, desta vez por parte das autoridades municipais setembristas, para aprontar camas para os militares feridos. Pediu-se com a máxima prontidão 150 camas para os soldados feridos. Conheceu nesta altura um considerável número de doentes civis, pelo que o hospital se encontrava cheio. Esta situação deve ter levado a direcção do hospital a apresentar algumas objecções, por não querer deixar de prestar cuidados de saúde aos doentes civis que estavam internados. Por outro lado, a experiência anterior vivida com o internamento de militares não agradaria à Santa Casa. Todavia, a sua resposta não agradou ao enviado do Exército que afirmou que: “Se a necessidade fosse para acudir aos Migueis haviam de aparecer camas, porém como é para acudir aos liberais não há = pois hão-de aparecer, aliás hão-de ser todos presos”, saindo do hospital sem mais se demorar.<sup>512</sup> Ao que parece tudo não passou de ameaças vãs, e nada de mais se passou com o hospital nem com a Santa Casa da Misericórdia de Braga.

---

<sup>507</sup> Veja-se o Capítulo IV do presente trabalho.

<sup>508</sup> ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

<sup>509</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fls. 254 – 255.

<sup>510</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fls. 327 v. – 328 v.

<sup>511</sup> Para um panorama mais compreensivo sobre o ambiente político no interior da Santa Casa da Misericórdia durante o Liberalismo, veja-se o caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa estudado por Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República ...*, pp. 67 - 68.

<sup>512</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 336, fl. 105.

### 3.5 Os prisioneiros

Ter prisioneiros internados no hospital era sempre motivo pelo menos de uma certa apreensão por parte da administração. Estes prisioneiros poderiam ser soldados sentenciados como prisioneiros de guerra. Quando eram prisioneiros de guerra, naturalmente os números eram sempre mais avultados. A presença de um prisioneiro de guerra no hospital poderia ocorrer essencialmente de duas situações: soldados enfermos capturados/abandonados em campo de batalha e remetidos para o hospital de São Marcos; soldados de uma facção oposta, já internados no hospital de São Marcos e feitos prisioneiros aquando da tomada da cidade.

Como temos observado, a sentinela do hospital deixou sempre muito a desejar, quer pela sua performance, quer pelos seus parcos efectivos. Seria comum os sentenciados escaparem-se. Por outra via, a administração procurava não misturar civis “presos por rebelião” com soldados presos. Provavelmente, para não acicatarem os soldados à rebelião e também por não se querer misturar civis com militares. Contudo, tal situação, no que respeita à enfermaria onde estavam colocados os presos com uma sentinela à vista seria promovida pelos militares, que por questões de economia de efectivos, misturavam os civis e militares presos numa só enfermaria. É também de supor que os presos civis que ali se encontrariam não seriam em número elevado, razão que levaria a que estivessem internados no mesmo espaço.

No século XIX, para além da Misericórdia, os militares quando estavam presos encontravam apoio em outras instituições, sempre com o objectivo de minorar a sua pobreza.<sup>513</sup>

---

<sup>513</sup> Leia-se Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732 – 1870)*, Vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2010, pp. 858 – 859, dis. de doutoramento policopiada.

## Capítulo IV

### 4. O pagamento de serviços ao hospital de São Marcos

#### 4.1 Os mecanismos de execução de dívida e as finanças militares uma resenha geral

Os militares constituíam um sector populacional diferente do que vulgarmente usufruía dos serviços prestados pelo hospital de São Marcos. Os hospitais das Misericórdias tinham em vista o auxílio aos pobres, não sendo os militares pobres, logo o Exército teria que pagar a prestação do serviço. Estes serviços pagos incluíam “cuidados médicos, serviços de lavagem de roupa, produtos da botica, alimentação, internamento e assistência à alma.”<sup>514</sup>

Como teriam que pagar o seu tratamento, os militares naturalmente tinham os seus mecanismos de pagamento. Nesta teia, destacam-se dois cargos de relevo, o “Contador”, “Tesoureiro” e o “Pagador”. O “Contador”, como o nome induz, *conta*. Portanto, seria um *contabilista* ligado à área da saúde militar, tendo a seu cargo a contabilidade dos hospitais militares, assim como as despesas de saúde realizadas pelos militares. Remeteria toda a despesa para o “Real Erário”, ou “Tesouraria Geral dos Exércitos”, aguardando que esta desbloqueasse a dívida para posterior pagamento.<sup>515</sup> O “Tesoureiro” da “Tesouraria Geral dos Exércitos”, tratava de arrecadar e fazer a gestão desse fundo militar, desbloqueando o dinheiro para satisfazer a despesa. Este estava interdito de assumir funções do “Contador”, pelo que não poderia pagar nenhuma dívida sem primeiro ter ordens da “Contadoria”.<sup>516</sup> O “Pagador”, como seu nome induz, *paga*. Trata-se de um funcionário subordinado ao “Tesoureiro”, cuja função, era precisamente a de transportar o dinheiro da dívida, de forma segura até ao destino.<sup>517</sup>

Com o alvará régio de 18 de Outubro de 1806, a Santa Casa de Braga como todas as congéneres passaram a receber militares. Em muitas Misericórdias já se tinham curado militares

---

<sup>514</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social ...*, p. 343.

<sup>515</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, pp. 19 – 25, 31 – 37.

<sup>516</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, pp. 26 – 29.

<sup>517</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares ...*, pp. 29 – 30.

desde a Guerra da Restauração. Nessa altura, como não havia hospitais militares, a Coroa efectuou contratos com várias Misericórdias, particularmente com as localizadas nos locais onde ocorreram batalhas ou que estavam localizadas perto.

Esta relação de colaboração existia já há alguns séculos e expressa a necessidade de articular os serviços existentes, de forma a preservar a saúde dos homens da guerra.

Todavia, com o alvará de Outubro de 1806, as Misericórdias ficaram obrigadas a recebê-los, sendo os contratos dispensados.

Um ofício do corregedor de Braga, enviado no ano de 1801, estabelecia o preço diário *per capita* de 300 réis.<sup>518</sup> Mais tarde, quando foi emitido o regulamento para os hospitais militares, em 1813, sabe-se que o tecto máximo a cobrar em hospitais civis era de 300 réis diários por soldado.<sup>519</sup> Tal é reforçado por um ofício do contador do exército Domingos Geraldês, datado de 23 de Abril de 1814, em que este afirmava que seriam pagos 300 réis diários por soldado internado no hospital de São Marcos, evocando o regulamento para os hospitais militares.<sup>520</sup> Em Outubro de 1821, provavelmente ocorreram negociações entre a Misericórdia e o Estado com vista a estipular um preço fixo e permanente relativo ao valor diário a cobrar por soldado internado, passando dos 300 réis diários para 240 réis diários.<sup>521</sup> Provavelmente, o Estado, numa tomada de consciência das despesas que estava a ter com este sector, tenha desejado renegociar o preço, fazendo-o baixar.

Anteriormente a 1806 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, tinha um contrato com a Coroa visando o tratamento de militares, estando o preço em 1805 na maquia de 240 réis diários por soldado.<sup>522</sup> Se este preço se manteve no período de 1814 a 1821, demonstra claramente que o Exército pagava valores diferentes, ficando-lhe muito mais dispendioso ter de tratar um soldado no hospital de São Marcos do que no hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa, visto que o hospital de São Marcos cobrava 300 réis diários, montante previsto no regulamento para os hospitais militares. Talvez a negociação do preço em Outubro de 1821 tenha a ver com

---

<sup>518</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 532 – 533.

<sup>519</sup> *Regulamento para os Hospitais Militares* ..., pp. 146 – 147.

<sup>520</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 3, fl. 2.

<sup>521</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 173 – 174.

<sup>522</sup> Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social* ..., p. 352.

uma uniformização dos valores, até para facilitar o processamento dos pagamentos, e quiçá sair mais em conta ao Exército.

## 4.2 Os procedimentos e os pagamentos

A “Lei Novíssima”, o alvará de 18 de Outubro de 1806, prescrevia os métodos de como elaborar a escrituração das relações dos militares enfermos.<sup>523</sup>

Quando começaram a aparecer os primeiros militares enfermos em Setembro de 1807, houve um esforço por parte do escrivão e do mordomo do hospital de São Marcos em realizar listas de militares feridos em Abril de 1808, para exigir o pagamento junto do Estado. Nesta altura, o Estado pagou prontamente ao hospital.<sup>524</sup> Provavelmente, não devem ter sido listas bastante elaboradas, a avaliar por um ofício emitido pelo “Desembargador Inspector Geral dos Hospitais” à Mesa da Santa Casa de Braga em Agosto de 1808, onde se exigia que se “declarasse com clareza” as entradas “nos Hospitais”, bem como as respectivas saídas dos soldados internados. A avaliar também por este ofício não haveria um plano detalhado feito *a priori* de como se efectuariam as listagens militares, podendo ter aparecido diferentes versões de hospital para hospital e muitas listas provavelmente até poderiam ter sido falseadas. Facto curioso ainda, é pedir que fossem apresentadas as contas dos “fios, ataduras, panos, medicamentos, unguentos e calsasnos” utilizados durante os tratamentos.<sup>525</sup> Para além do preço diário estabelecido no regulamento, o Estado pagava também todos os materiais usados na cura. Mais tarde, já em 1815, foi enviado um ofício pela parte do contador do Exército Domingos Geraldês, a pedir que se realizasse uma “extracção” nos “livros competentes” para uma “comissão” onde se declarasse o nome do soldado internado, a sua graduação, o corpo a que pertencia, a companhia onde estava inserido, a data de entrada e saída/óbito. E de preferência com observações realizadas pelos facultativos relativas às moléstias dos soldados internados no hospital até Março de 1815.<sup>526</sup> Parece claro que o Estado exigia rigor, obrigando a uma identificação completa dos gastos efectuados. Se tivermos em consideração as despesas

---

<sup>523</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 534 – 536.

<sup>524</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 62 – 63.

<sup>525</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 73 v. - 74.

<sup>526</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 4 – 4 v.

decorrentes das invasões, percebe-se as preocupações do poder em pagar, mas somente as obrigações que tinha contraído.

Outra questão que levanta dúvidas interessantes relativamente à presença no hospital durante a Guerra Peninsular, diz respeito ao processamento do pagamento referente aos soldados franceses e aliados. Através das fontes é possível conhecer a proveniência dos militares internados. Existiam no hospital de São Marcos soldados franceses, britânicos, portugueses e alemães.<sup>527</sup> Do lado português, é natural que o Estado se tenha responsabilizado pelos soldados, o mesmo se aplica aos alemães e ingleses que integravam o corpo dos aliados. Sobre o inimigo, neste caso, os soldados franceses do *Grande Armée* desconhecemos o procedimento adoptado. Com todo o sentimento anti-francês que se vivia então, teria a tesouraria do Exército recusado o pagamento, alegando que eram soldados inimigos? Teria a tesouraria do Exército assumido o preço a pagar por esses tratamentos? Não existem fontes disponíveis que atestem que alguma vez se pagou tal tratamento, e mais curioso ainda o mesmo para os britânicos e alemães.

Em 1807, os soldados portugueses internados provinham essencialmente do corpo de milícias de Viana do Castelo e do corpo de infantaria de Valença, ou então de soldados que “andavam nas estradas”. De Outubro de 1807 a Fevereiro de 1808, o Exército pagou à Santa Casa 371.700 réis no total pelo tratamento dos soldados enfermos.<sup>528</sup> Desde então desconhece-se realmente qual foi o montante da dívida do Estado para com a Santa Casa. Contudo, é sabido que por “incúria dos administradores” perdeu-se o registo de muitos soldados, sendo, portanto, impossível cobrar perante o Estado o valor devido pelo seu internamento.<sup>529</sup>

Com a Guerra Peninsular, começou então a tarefa da Santa Casa em cobrar ao Exército o tratamento dos militares que estiveram internados no hospital de São Marcos. Esta tarefa, como veremos, será demorada e nem sempre correspondia às expectativas da Santa Casa. Porém convém mencionar, que este problema não está exclusivamente balizado à primeira metade da centúria de oitocentos. Durante o século XVIII, a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo enfrentou também problemas com as cobranças, pelo que as conseguiu à custa de

---

<sup>527</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 89 v. – 90 v.

<sup>528</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fls. 62 – 63.

<sup>529</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fl. 1 v.



muita insistência junto do Exército.<sup>530</sup> É de mencionar, que este fenómeno dos atrasos nos pagamentos não era apanágio exclusivo da primeira metade do século XIX. Já em finais do século XVIII, havia um braço de ferro entre a Santa Casa e o Exército, com vista a pagar o tratamento dos militares que se foram curar ao hospital.<sup>531</sup> Igual situação viveu a Misericórdia de Vila Viçosa, que se debateu com o Exército para receber o tratamento dos militares no seu hospital.<sup>532</sup> Este endividamento do Estado, junto das Misericórdias, estava relacionado com o mau estado das finanças públicas. Desde finais do século XVIII que o Estado despendia mais capitais com o Exército. Depois, a abertura dos portos do Brasil, provocou um rombo nas finanças, levando à perda efectiva do mercado brasileiro. Portugal contava quase somente com os recursos continentais.<sup>533</sup>

#### **4.2.1 Do pós Guerra Peninsular até ao advento do primeiro liberalismo (1814 - 1822)**

Em 1814, foi emitida uma ordem para que fossem pagas todas as dívidas do Estado às Santas Casas, relativas ao internamento de militares, pendentes desde 1810.<sup>534</sup> Nesta altura, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, para assegurar o pagamento, e que este viesse em boas mãos directamente para Braga, incumbiu o irmão José Joaquim Rebelo, que residia em Lisboa”, da cobrança de todos os “vencimentos dos enfermos militares”, junto da “Conservatória Fiscal dos Hospitais Militares do Reino”. Estas funções foram desempenhadas sempre com distinção e perspicácia, junto do Exército, o que se prova através da gratificação, de 9.600 réis, ofertada

---

<sup>530</sup>Leia-se a propósito Silva Ribeiro, António Magalhães da, “A Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os enfermos militares (séculos XVI-XVIII)” in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II ..., p. 676.

<sup>531</sup> Consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 256.

<sup>532</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social* ..., p. 352.

<sup>533</sup> Ruiz, Joaquin del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798 – 1833”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume ..., p. 175.

<sup>534</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social* ..., pp. 353.

pela Santa Casa de Braga ao seu irmão.<sup>535</sup> Rebelo acabaria por se manter em funções por muitos anos. Através deste irmão residente em Lisboa, a confraria, procurava usar uma pessoa da maior confiança junto do Exército a velar pelos interesses.

Em Abril de 1814, o contador do exército Domingos Geraldês, em ofício à Santa Casa de Braga, exigiu que as despesas dos soldados internados, fossem enviadas mensalmente para contadoria do Exército. Para tal, o Exército possuía um modelo de “Relações”, também mencionadas como “Mapas”, com formatação própria e uniforme, que era preenchido por um funcionário da Santa Casa.<sup>536</sup> Em Dezembro desse ano, o mesmo funcionário régio, enviou um modelo de “Mapas Semanais”, para o hospital de São Marcos.<sup>537</sup> No mesmo mês, por ordem régia, além de se enviar essas relações para as contadorias, foi remetida uma cópia das mesmas para as pagadorias, sendo uma delas em Viana do Castelo.<sup>538</sup> Os respectivos mapas eram impressos pela imprensa régia e vendidos pela mesma.<sup>539</sup> Os mapas, por seu turno, deveriam ser compostos pelos seguintes campos: nome, corpo do militar, graduação, companhia, data de entrada, data de saída/óbito.<sup>540</sup>

Num ofício emitido em 31 de Dezembro de 1814 por parte do príncipe regente, exigiu-se que fossem descontados nos vencimentos dos soldados as “roupas e utensílios” fornecidos pelo Exército.<sup>541</sup> Avaliando o estado caótico das finanças do Estado, que se reflectiam nas finanças militares, era natural que o Estado procurasse por todos os meios uma desculpa para se esquivar de pagar as contas. Atendendo à efemeridade dos hospitais militares é ainda expectável que o Estado e o Exército depois não tivessem onde colocar os equipamentos obtidos para o seu apetrechamento, usando-os como desconto na conta final. Contudo, a Santa Casa opôs-se de forma violenta a tal, negando tais descontos, afirmando a sua recusa e justificando-se que tais bens tinham sido oferta do príncipe regente ao hospital, não sendo, portanto, passíveis de cobrança nem descontos.<sup>542</sup>

---

<sup>535</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24, fl. 1 v.

<sup>536</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 3, fl. 2.

<sup>537</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 8, fl. 2 v.

<sup>538</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 9, fl. 2 v.

<sup>539</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 13, fl. 3.

<sup>540</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 34, fls. 4 - 4. V.

<sup>541</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 39, fls. 4 v. – 5.

<sup>542</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 73 v. – 74; Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., pp. 542 – 543.

Contudo em 1814, foi realizado o fecho do hospital regimental de infantaria N° 3.<sup>543</sup> Aquando da transferência dos militares do hospital regimental de infantaria N° 3, para a Santa Casa, foi realizando um levantamento, contando os militares transferidos mais os que já se encontravam internados no hospital de São Marcos. Graças a esse memorando, foi-nos possível elaborar a tabela I.

**Tabela I**  
**Pagamentos dos tratamentos feitos aos enfermos militares pelo hospital de São Marcos (1814 – 1822)**

<b>Ano de 1814</b>		
<b>Mês</b>	<b>Nº de pagamentos</b>	<b>Valor a cobrar</b>
Novembro (dos dias 16 a 31)	191	57.300 rs.
Dezembro	421	126.300 rs.
<b>Ano de 1815</b>		
Janeiro	471	141.300 rs.
Fevereiro	593	177.900 rs.
Março	418	125.400 rs.
Abril	365	109.500 rs.
Maio	643	192.900 rs.
Junho	741	222.300 rs.
Julho	770	231.000 rs.
Agosto	544	163.200 rs.
Setembro	609	182.700 rs.
Outubro	641	192.300 rs.
Novembro	685	205.500 rs.
Dezembro	867	260.100 rs.
<b>Ano de 1816</b>		
Janeiro	568	170.400 rs.
Fevereiro	566	169.800 rs.
Março	672	201.600 rs.
Abril	710	213.000 rs.
Maio	930	279.000 rs.
Junho	746	223.800 rs.
Julho	918	275.400 rs.
Agosto	1200	360.000 rs.
Setembro	1061	318.300 rs.

<sup>543</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 40, fls. 73; 95, 173 – 174.

Outubro	1134	340.200 rs.
Novembro	1103	330.900 rs.
Dezembro	834	250.200 rs.
Ano de 1817		
Janeiro	450	135.000 rs.
Fevereiro	239	71.700 rs.
Março	173	51.900 rs.
Abril	32	9.600 rs.
Ano de 1820		
Março	2 *	600 rs.
Abril	30 *	9.000 rs.
Maio	3 *	900 rs.
Ano de 1821		
Abril	160	48.000 rs.
Maio	155	46.500 rs.
Junho	136	40.800 rs.
Outubro	85	20.400 rs.
Novembro	63	15.120 rs. **
Dezembro	44	10.560 rs. **
Ano de 1822		
Janeiro	115	27.600 rs. **
Fevereiro	70	26.800 rs. **

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 173 – 174.

\* Estes valores referem-se a um soldado do corpo de caçadores N° 6, sendo o único internado neste período no hospital de São Marcos.

\*\* Pagos ao hospital na forma de medicamentos provenientes da botica do hospital Militar de Braga.

Os pagamentos mencionados na tabela I referem-se aos soldados dos corpos de infantaria N°s. 3,<sup>544</sup> 15,<sup>545</sup> e ao corpo de caçadores N° 6. Estes dados levam-nos a pensar que os soldados que estavam no hospital de São Marcos até finais de 1814 seriam do corpo de infantaria N° 15, ao passo que os que estavam no hospital regimental de infantaria N° 3, eram exclusivamente do corpo de Infantaria N° 3, visto que este hospital era destinado apenas para estes militares. Com o fecho deste, o hospital de São Marcos assumiu-se como o único recurso assistencial em doença aos militares em Braga no período em questão. Quanto aos valores acima descritos, até Junho de 1821 diariamente foi cobrado *per capita* o valor de 300 réis e a partir de Outubro de 1821 a cobrança estava a ser realizada com o valor diário *per capita* de 240 réis.

<sup>544</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 95.

<sup>545</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, N° 10, fl. 3.

Contudo, o corpo de infantaria N° 15 teria muito provavelmente o seu hospital regimental em Guimarães. Pelo que nos é possível saber, sempre que viessem soldados de um corpo para um hospital regimental de outro corpo, teriam de ter o consentimento dos dois comandantes dos corpos, o que só seria realizado em casos de certa necessidade ou, então, por questões administrativas.<sup>546</sup>

#### **4.2.2 Do primeiro liberalismo à aurora das Lutas Liberais (1822 - 1831)**

Como já referimos, o primeiro liberalismo em Portugal acabou por ser uma experiência que gerou conflitos armados. A aparente calma que se viveu no pós Guerra Peninsular até instauração da Constituição de 1822 viu surgir a reacção realismo face ao liberalismo. As movimentações militares, em forma de campanhas, combates e escaramuças ocorridas um pouco por todo país, acabaram por levar militares enfermos ao hospital de São Marcos, constituindo mais uma fonte de despesa e dívida do Estado para com a Santa Casa da Misericórdia de Braga. O liberalismo traria consigo novos métodos de escrituração, das relações dos militares internados, determinados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.<sup>547</sup> Por seu turno, em 1821, o “governo constitucional”, viu-se forçado a cunhar moeda “sem contrapartida de reservas”. Naturalmente, o crédito foi saneado para níveis mínimos, provocando grandes perdas no comércio e consequentemente na receita fiscal. Mas a machadada final, seria o “Banco do Brasil”, que suspendeu todos os seus pagamentos. Como resposta, Lisboa criou o “Banco de Lisboa”, em 1822, para tentar sanear o problema. Porém, em 1827, este banco em virtude dos elevados débitos, estava na bancarrota.<sup>548</sup> O primeiro liberalismo foi marcado economicamente, por um clima de quase bancarrota. E o problema crónico, de finais do século XVIII, do Exército e Marinha a sugarem grandes porções do orçamento de Estado, mantinha-se, sendo inclusive, alvo de duras críticas por parte de alguns deputados.<sup>549</sup>

---

<sup>546</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 98 v.

<sup>547</sup> Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 544.

<sup>548</sup> Roiz, Joaquin del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume ..., p. 176.

<sup>549</sup> Roiz, Joaquin del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio*

Em 1822, foi remetido um ofício do “Contador Fiscal dos Hospitais”, António Firmo Felner, dando participação à Santa Casa da Misericórdia de Braga, que a partir do dia 1 de Março desse ano em diante, os vencimentos do internamento dos militares seriam pagos pelos seus corpos.<sup>550</sup> Talvez o excesso de burocratização tenha levado a grandes atrasos no pagamento, sobrecarregado a contadoria, tendo o Estado decidido responsabilizar os respectivos corpos pelo pagamento e averiguação dos mapas de doentes que lhes eram enviados pela Misericórdia. É um facto que, o contador não conhecia os corpos militares, ou então teria uma noção geral sobre eles, contudo, os militares que os integravam eram seus conhecedores, não existindo quem melhor atestasse a veracidade das relações, quer sobre o militar internado em questão, quer sobre o tempo de internamento, do que o comandante de um corpo.

Em 1824, novamente voltou a exigir o envio mensal de “Mapas” de soldados internados, desta vez pelo aviso de 1 de Junho de 1824, redigido pela mão de D. João VI. Os “Mapas” continuam a ter a mesma estruturação que o modelo anterior, assim como eram enviadas para a “Contadoria Fiscal das Tropas”, para “os precisos exames e averiguações”, que depois de revistos os administradores dos hospitais recorreriam à “Pagadoria” mais próxima para receberem o valor.<sup>551</sup>

Era comum os “Hospitais Civis” não comunicarem aos comandantes dos corpos militares, ou então darem informação incompleta sobre soldados internados nas suas unidades de saúde. Para colmatar tal facto, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra emitiu a 25 de Junho de 1825, uma “Ordem do Dia”, alertando os comandantes para a situação e dando ordens para que estes a fizessem conhecer à administração dos hospitais. Pretende-se deste modo ter uma noção integral dos internamentos, para se saber ao certo quem estava a ser alvo de tratamento, assim como, a data de emissão da despesa, para os militares saberem quanto lhes cabia pagar.<sup>552</sup>

---

organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1º Volume ..., pp. 176 – 177; Para uma informação mais detalhada sobre a saúde das finanças públicas oitocentistas portuguesas veja-se Esteves, Rui Pedro, “Finanças Públicas”, in Lains, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira da (Org.), *História Económica de Portugal 1700-200, O Século XIX*, Volume II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 305 - 333.

<sup>550</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 97 v. – 174.

<sup>551</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 6 – 6 v.

<sup>552</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fls. 7 – 7 v.

Com o decorrer das campanhas do marquês de Chaves, em 1827 há notícia<sup>553</sup> da existência de uma nova vaga de militares enfermos, começando assim um hipotético novo ciclo de relações.<sup>554</sup> Este ano foi também marcado por um empréstimo no estrangeiro realizado pelo Estado, para conter a dívida pública. Aumentou-se o preço de certos géneros, como o pão, com vista a amortizar o seu pagamento. De 1827 a 1831 realizaram-se mais empréstimos. Os rendimentos para os amortizar advinham de impostos, algo “ridículos” como, por exemplo, um imposto “sobre as portas e janelas” e ainda com os chamados “donativos voluntários de fiéis miguelistas”.<sup>555</sup>

Em 1828, o “Contador Fiscal da Tesouraria Geral das Tropas”, regressou de novo a funções. A 4 de Agosto, Felner enviou um ofício ao hospital de São Marcos pedindo que fosse enviados mapas para Lisboa, para serem examinados pela contadoria.<sup>556</sup> Este ofício provocou uma certa confusão, na medida em que contradizia o seu anterior ofício, em que afirmava que seriam os corpos que pagariam o tratamento dos militares no hospital de São Marcos. Talvez o recuo a modelos anteriores tenha sido motivado pelo regresso ao realismo, que contrariou as reformas liberais.<sup>557</sup>

Mais uma vez a Santa Casa da Misericórdia de Braga enviou os mapas ao seu irmão José Joaquim Rebelo, residente em Lisboa como já referimos, para os entregar na contadoria para depois de examinados e cobrados, remeter o montante devido.<sup>558</sup> A Mesa da Santa Casa determinou que fossem irmãos, ou pessoas da sua confiança a Lisboa para recolherem o montante em questão e transportarem-no para Braga. Estavam em causa questões de segurança, primeiro para evitar extravios e segundo para evitar perder o montante todo. Desta forma, cabia à Santa Casa da Misericórdia 442.260 réis, do montante total de 17 mapas, que provavelmente foram rectificados e corrigidos aparecendo um novo valor de 442.320 réis. Mais

---

<sup>553</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 36 – 36 v.

<sup>554</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 82.

<sup>555</sup> Roiz, Joaquin del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume..., p. 184.

<sup>556</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 85.

<sup>557</sup> Um bom exemplo desse “tradicionalismo” miguelista, é o facto de os corpos não serem identificados por um número, mas sim pelo nome da base onde assentam praça. Por exemplo: *Regimento de Cavalaria N° 6* voltaria a ser designado por *Regimento de Cavalaria de Chaves*. Concluindo, é um preciosismo de estilo do Estado miguelista. Confirme-se Martins, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português* ..., p. 351.

<sup>558</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 85

tarde, Rebelo teria auxílio dos irmãos Fernando António Vasmuel, Domingos Fernandes da Silva, António de Castro Morais e Sarmento e, por fim, a Bernardo Silva<sup>559</sup> no processo das cobranças e envio para Braga dos montantes. Tratado todo o processo e pago pelo Exército, findou-se com a emissão de um recibo que foi remetido a José Joaquim Rebelo.<sup>560</sup>

As 17 relações visavam a conta dos corpos, que tiveram militares seus a receber tratamento no hospital de São Marcos nos períodos em questão:

- Segundo Semestre de 1823: milícias de Basto e infantaria N° 1;
- Segundo Semestre de 1826: infantaria N°s. 3, 9 e caçadores N° 10;
- Primeiro Semestre de 1827: infantaria N°s. 4, 6, 13, 15 e 18, artilharia N°s. 1 e 4, caçadores N°s. 2 e 11 e, cavalaria N° 4.

Como se constatava, o Exército saldou até 1823 todas as dívidas com a Santa Casa.

Em Dezembro de 1828, foram remetidos de Braga para José Joaquim Rebelo onze mapas, para serem entregues na contadoria. A importância a pagar era de 325.440 réis.<sup>561</sup>

O facto de serem apresentadas duas relações referentes ao corpo de infantaria N° 2 pode estar relacionado com militares internados em 1828.

A cobrança foi efectuada em moldes similares à anterior, com José Joaquim Rebelo recebendo o montante da despesa do Exército e entregando-o, por ordem da Mesa, ao irmão António Vasmuel que, por sua vez, o deu ao irmão Domingos Fernandes que o apresentou ao tesoureiro do hospital.<sup>562</sup> Como se verifica para além de ser difícil conseguir o dinheiro do Estado, era também muito complicado fazê-lo chegar ao hospital.

No início de Março de 1829, enviou-se a José Joaquim Rebelo novas relações no valor total de 12.480 réis, referentes ao primeiro semestre de 1827 e relativas ao corpo de milícias de Braga, no valor de 8.400 réis, e ao corpo de infantaria N° 22, no valor de 4.080 réis.<sup>563</sup>

---

<sup>559</sup> Este último não era irmão, mas sim, alguém próximo da Misericórdia de Braga.

<sup>560</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 86 v., 87, 89 v. – 90.

<sup>561</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 94; Os corpos militares em questão e a sua respectiva dívida, são: infantaria N° 1: 55.920 réis; infantaria N° 2: 12.240 réis; infantaria N° 2: 43.440 réis; infantaria N° 10: 3.600 réis; infantaria N° 19: 7.440 réis; caçadores N° 6: 76.560 réis; caçadores N° 8: 99.840 réis; cavalaria N° 1: 14.160 réis; cavalaria N° 6: 6.000 réis; cavalaria N° 7: 2.400 réis e cavalaria N° 9: 3.840 réis.

<sup>562</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 97 v.

<sup>563</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 102.



A 2 de Maio José Joaquim Rebelo entregou ao tesoureiro do hospital quatro mapas<sup>564</sup> no valor total de 490.080 réis, montante recebido da tesouraria do Exército. Contudo, informou a Santa Casa da Misericórdia de Braga, que subtraiu 7.200 réis para “despesas de recepção”, a isto junta-se 170 réis por “quatro selos” e de “porte e remessa pelo correio” 175 réis.<sup>565</sup> Provavelmente, nessa altura o irmão Vasmuel não estaria disponível, nem outros confrades ou pessoas de confiança da Santa Casa, tendo José Rebelo que recorrer aos serviços dos Correios.

A 18 de Junho de 1829 foram entregues “recibos para cobrar” à tesouraria do Exército nos seguintes valores:

- Infantaria N° 3: “Recibo” de 126.960 réis;
- Infantaria N° 9: dois “Recibos” no valor de 438.960 réis.

No montante do corpo de infantaria N° 3, abateu-se 7.440 réis, ficando registado no “Livro das Relações do hospital”,<sup>566</sup> abatendo a contadoria 16.320 réis, maquia também registada no dito “Livro”. No entanto, no que respeita ao corpo de infantaria N° 9, a tesouraria do Exército não pagou 33.720 réis “de outras praças no mesmo mapa”.<sup>567</sup> Estes descontos podem muito bem referir-se a erros de escrituração dos mapas, já que surgiram constantes reclamações por parte dos militares sobre a sua escrituração.<sup>568</sup> Estas posições podem relacionar-se com o clima de crispação política e militar entre realistas e liberais. Uma dessas confusões desenvolveu-se sobre a forma de “meter aquelas praças as quais entrando neste hospital no tempo da Rebelião do Porto”. Houve vários corpos que foram extintos por alturas da coroação de D. Miguel, estando internados no hospital muitos soldados desses corpos, criando confusão.<sup>569</sup> O período entre meados de 1828 a meados de 1829 parece ter sido peculiarmente confuso na redacção dos mapas, marcado por uma atitude de descrédito e parca cooperação por parte do Exército, que meramente se limitava a criticar os Mapas redigidos pelo hospital de São Marcos sem instruir nem muito menos informar das actualidades do mundo militar. Nesta altura, o termo “Rebelde” era intermitente, conforme os posicionamentos militares, ora

---

<sup>564</sup> Não indica a que corpos se refere, nem a que período.

<sup>565</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 104 v. - 105.

<sup>566</sup> Livro que infelizmente se desconhece seu paradeiro nos dias de hoje, mas que seria uma fonte crucial para estudar de forma aprofundada a assistência prestada aos militares.

<sup>567</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 106 v.

<sup>568</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 102.

<sup>569</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 110.

poderiam ser os liberais com esse termo, ora os realistas. Porém, o principal visado neste quase processo foi o marquês de Chaves, que ignorou toda a correspondência expedida pelo hospital, inclusive mapas. As fontes não explicam a razão deste silêncio por parte do marquês de Chaves, contudo, acabaria o hospital por recorrer ao general Póvoas, para que este desbloqueasse o processo e desse instruções relativamente aos soldados que não tinham corpo.<sup>570</sup> Como se constata, o pagamento ao hospital de São Marcos era efectuado sem grandes problemas, como se verificou em outras unidades de saúde congêneres.

Os pagamentos foram retomados em São Marcos, havendo novamente entrega de “recibos”<sup>571</sup> a José Rebelo no valor de 110.840 réis passado a 26 de Junho de 1829.<sup>572</sup> A 23 de Agosto de 1829, voltou-se a passar mais um “recibo” desta vez referente ao corpo de caçadores N° 9, no valor de 26.400 réis, referentes ao primeiro semestre de 1827. Ainda relativo ao “presente” um outro “recibo” no valor de 970 réis do corpo de milícias de Guimarães.<sup>573</sup> E o tesoureiro do hospital José Gomes da Costa recebeu 28.480 réis<sup>574</sup>, entregues pelo irmão Domingos Fernandes da Silva, relativo ao “curativo” de militares no hospital.<sup>575</sup>

A 22 de Agosto de 1830, o irmão Domingos Francisco da Silva entregou ao tesoureiro do hospital 33.360 réis, valor de três relações que visavam os seguintes corpos:<sup>576</sup>

- Milícias de Idanha: 1440 réis;
- Infantaria N° 12: 31.940 réis.

O período em análise vai do primeiro liberalismo até à época imediatamente antes das Lutas Liberais e demonstra uma postura cooperante entre o Exército e a Santa Casa. O Exército pagou com uma certa regularidade, ainda com atrasos, em média em certos casos de dois anos. Estes pagamentos eram efectuados uma parte em “metal”, outra em “papel”. Naturalmente que a Santa Casa se inclinaria mais para o pagamento em moeda metálica, na medida que em

---

<sup>570</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 110.

<sup>571</sup> Não refere os corpos em questão.

<sup>572</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 107 v.

<sup>573</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 120 – 121.

<sup>574</sup> Não refere os corpos em questão.

<sup>575</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 147.

<sup>576</sup> Não menciona a que datas se referem as relações, deduz-se no entanto pelo discurso que se refeririam a finais de 1829 ou então a 1830; ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fls. 163 v. – 164 v.

“papel” a obrigava a fazer pressão sobre o erário público para pagar, que em alturas de crise financeira seria difícil de conseguir. Entre 1800 e 1802, por desespero e falta de dinheiro de “metal”, a Santa Casa de Braga trocou imediatamente o dinheiro de “papel” por dinheiro em “metal”.<sup>577</sup> Por exemplo, em 1807, o “juro real” que estava associado ao dinheiro de “papel” não apresentava rendimentos, causando desespero.<sup>578</sup> Quando o dinheiro não estava imediatamente disponível causava problemas à confraria por precisar dele com urgência. Para o Estado podia ser uma estratégia, porquanto podia utilizar o dinheiro noutro sector mais precisado.

#### **4.2.3 Das Lutas Liberais (1832 - 1834)**

O período das Lutas Liberais em Braga foi marcado por grandes movimentações de militares na cidade. Destas movimentações, decorre naturalmente uma grande presença de militares. A 5 de Outubro de 1832, o “governo miguelista” conseguiu o empréstimo mais “ignominioso” devido aos “interesses e à contratação”. Foi realizado junto de “Outrequin & Jauge”, conhecidos banqueiros de Paris. Este, tinha por valor de “40 milhões de francos”. A sua amortização seria realizada trinta e dois anos, com um interesse anual de “5 por 100”, de acordo com as negociações feitas.<sup>579</sup>

A 20 de Junho de 1832, o pagador do Exército Justiniano António de Macedo foi “feito irmão gratuitamente”. O facto de ele residir em Braga, facilitava bastante a “arrecadação” do dinheiro proveniente dos vencimentos dos soldados que se curavam no hospital.<sup>580</sup> A sua integração na confraria como “irmão gratuitamente” não era inocente, na medida em que o pagador, como sabemos, era o funcionário da tesouraria do Exército encarregue de fazer os pagamentos. A Misericórdia entendera que sendo ele irmão, seria uma maneira de a Mesa ter um maior controlo por dentro da tesouraria do Exército sobre os pagamentos, e, desta forma tentar garantir que eles se realizassem, de preferência o mais rápido possível. Já para Justiniano Macedo seria motivo de prestígio social pertencer à Santa Casa. Tratava-se de uma situação de

---

<sup>577</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22, fls. 38 – 101 v.

<sup>578</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23, fl. 55 v.

<sup>579</sup> Ruiz, Joaquin del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798 – 1833”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume ..., pp. 184 – 185.

<sup>580</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 55 v.

mútuo interesse: a Santa Casa conferia-lhe um *status* social importante e ele procuraria garantir os pagamentos em dia, pelo menos putativamente.

A 8 de Junho de 1832 foram expedidos onze mapas conferidos pelos escriturários, relativos a militares<sup>581</sup> que se foram curar ao hospital. Estes mapas importavam em 1.301.040 réis, os quais foram entregues prontamente pelo irmão e pagador Justiniano Macedo.<sup>582</sup> A avaliar pelo importe que o Exército pagou, e a sua respectiva prontidão, a estratégia de fazer o pagador irmão da Santa Casa dava os seus frutos. Repare-se que se tratava de muito dinheiro e que este fazia falta ao hospital. Contudo, foi sol de pouca dura, pois em Setembro de 1832, o Exército já tinha as contas em atraso, não executando qualquer pagamento e obrigando o hospital a recorrer aos fundos da Santa Casa para subsistir.<sup>583</sup> Quase um ano depois, em Julho de 1833, o Exército possuía uma “avultada dívida”. Como se constata, o não pagamento por parte do Estado não tinha só a haver com questões burocráticas, era bem mais grave, o Estado estava falido. A Mesa da Santa Casa chegou mesmo a dar autorização a qualquer mesário para se munir de tudo que tivesse ao seu alcance, para rogar junto do Exército ou mesmo do Rei no sentido de ser efectuada a cobrança das dívidas.<sup>584</sup> Em Novembro de 1833, o hospital estava com uma gravíssima carência de meios em virtude da “exorbitante dívida” do Exército.<sup>585</sup> Ao fim de todo este tempo, nenhum ou quase nenhum dinheiro resultante dos pagamentos dos soldados feridos tinha chegado à tesouraria do hospital. No entanto, aparenta que Justiniano Macedo, o pagador, “imbuído nas ideias gerais de ladroeira”, demorava-se demasiado nos pagamentos, contra as instruções do General Almer. Em parte, as acções de Macedo podem bem explicar o motivo dos exuberantes atrasos do Exército. Acabaria Justiniano Macedo “desonerado do emprego” em finais de Novembro de 1833.<sup>586</sup> Ainda que não possamos afirmar com segurança, podem ter caído sobre Justiniano Macedo suspeitas de corrupção e desvio de capitais a pagar à Santa Casa. Apesar disso não existe qualquer notícia de exoneração do título de irmão da Santa Casa.

---

<sup>581</sup> Não especifica os corpos.

<sup>582</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fls. 283 – 283 v.

<sup>583</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fl. 300.

<sup>584</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fl. 331.

<sup>585</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N.º 25, fls. 340 – 341.

<sup>586</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N.º 334, fl. 141.

É de mencionar ainda a presença no hospital de um militar da Marinha, neste caso o “1º marinheiro” António Francisco, que fazia parte da tripulação da fragata Princesa Real.<sup>587</sup> Neste caso, a entidade emissora da dívida, não seria a tesouraria geral do Exército, mas sim a tesouraria geral da Marinha. Há que ter em conta, que neste período, o Exército era representado governamentalmente pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, ao passo que a Marinha, era representada pela Secretaria de Estado do Ultramar e Marinha. Sendo duas entidades diferentes, teriam ambas tesourarias distintas mas a metodologia da cobrança era exactamente igual à que se processava no Exército, enviando-se uma relação para a entidade da Marinha que iria pagar a dívida pelo internamento do marinheiro e avisando-se o comandante da fragata da “baixa” do marinheiro.

A 13 de Fevereiro 1834, o cenário parece ter mudado. A Mesa da Santa Casa determina que em virtude do hospital ter recorrido durante bastante tempo à Santa Casa para se sustentar, tinha chegado a altura de repor a dívida para com a Misericórdia. Para isso, as receitas vindas directamente dos pagamentos dos militares seriam injectadas na arca da Santa Casa. Naturalmente, em termos moderados, para o hospital não ficar ainda mais depauperado do que estava.<sup>588</sup> Esta resolução era tomada na sequência na existência de indícios que apontavam para o pagamento das dívidas por parte do Exército, o que veio a acontecer em Fevereiro de 1834. O procurador Valente apresentou à Mesa 4.125.680 réis, vindos directamente da “Pagadoria de Amarante”, pagos da “Real Fazenda”, expedindo os recibos necessários para formalizar o saldar da dívida. Mas nem tudo era bom, porquanto 3.101.800 réis foram pagos em “papel”, algo que naturalmente não deixou os mesários propriamente satisfeitos, visto que era a maior parte do valor. Apesar disso, e depois das dificuldades vividas durante a guerra, era garantia que uma boa quantia de dinheiro estava em sua posse.<sup>589</sup>

Mesmo assim havia pagamentos por efectuar, o médico director da enfermaria militar, apresentou a 19 de Novembro de 1834 “43 relações prontificadas”, prontas para serem verificadas pelos corpos aos quais os militares pertencem e cujos valores ascendiam aos 3.926 160 réis no total.<sup>590</sup>

---

<sup>587</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715, fl. 29.

<sup>588</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 345.

<sup>589</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25, fl. 346.

<sup>590</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fl. 29 v.

Com o liberalismo já implantado, foram armazenados da arca da Santa Casa, a 10 de Dezembro de 1834, os “Títulos de Dívida Pública”, emitidos pelo Estado, relativos ao hospital e à Santa Casa, e que se encontravam em Lisboa. A “despesa que se fez na mesma cidade” chegou ao valor de 42.700 réis, montante que estava relacionado com a remessa de dinheiro a enviar para Braga.<sup>591</sup>

Ainda que incompleto, infelizmente pela ausência de fontes, foi-nos possível realizar um quadro demonstrativo da importância devida pelos militares à Santa Casa, no período que vai de 1832 a 1834.

**Tabela II**  
**Pagamentos dos tratamentos feitos aos enfermos militares pelos hospitais de São Marcos e Pópulo (1832 – 1834)**

<b>Ano de 1832</b>		
<b>Mês</b>	<b>Nº de pagamentos</b>	<b>Valor a cobrar</b>
Setembro	24	66.960 rs.
Outubro	47	278.400 rs.
Novembro	69	338.880 rs.
Dezembro	108	646.320 rs.
<b>Ano de 1833</b>		
Janeiro	202	1.013.000 rs.
Fevereiro	197	1.002.800 rs.
Março	116	461.320 rs.
Abril	128	567.420 rs.
Maio	142	609.860 rs.
Junho	153	658.940 rs.
Julho	229	690.820 rs.
Agosto	146	310.390 rs.
Setembro	126	311.420 rs.
Outubro	105	316.760 rs. *

<sup>591</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 31 - 32.

Novembro	82	222.940 rs.
Dezembro	104	389.540 rs.
<b>Ano de 1834</b>		
Janeiro	108	385.100 rs. **

Fonte: ADB, Maço 4.2, Documento avulso, não paginado.

\* Dos quais 42, são referentes ao corpo de infantaria de Cascais.

\*\* Dos quais 68, são referentes ao corpo de infantaria de Cascais.

Os elevados valores apresentados na tabela II, para o número de pagamentos existentes, deve-se ao facto de bastantes soldados permanecerem um mês completo nos hospitais de São Marcos ou do Pópulo. Tendo em conta o valor diário cobrado neste período, 240 réis, um mês com 30 dias ficaria ao Exército por 7.200 réis, ao passo que um mês com 31 dias, ficaria pelos 7.440 réis. Contrastando com a tabela I, podemos aferir, que em situação de guerra, o tratamento dos militares era mais prolongado, e consequentemente os gastos do Exército junto da Misericórdia maiores. Portanto, mesmo sendo as fontes incompletas podemos constatar, a partir da tabela II, a elevada dívida do Estado à Santa Casa de Braga, dívida de que o segundo liberalismo ficou herdeiro.

#### **4.2.4 Pós Lutas Liberais e segundo liberalismo (1835 - 1850)**

Para este período, as fontes relativamente às finanças e contabilidade do hospital, ou são escassas e generalistas ou, então, inexistentes. Em Portugal, começava-se a pagar a “Dívida dos Açores” e a dívida do “Patriótico do Porto”, contraídas por parte dos liberais, com vista a sustentar a sua luta contra o realismo durante as Lutas Liberais.<sup>592</sup>

Em Fevereiro de 1835, ainda havia soldados internados no hospital por motivo das Lutas Liberais, sendo feitas “9 relações do Mapa” com o valor total de 241.680 réis. O Estado pagou em “moeda papel” a quantia de 17.600 réis.<sup>593</sup> Porém, tinha em dívida ao hospital 224.080 réis.

A 2 de Dezembro, tornaram a entrar quatro títulos de dívida pública<sup>594</sup> relativamente ao hospital na Arca da Santa Casa da Misericórdia.<sup>595</sup> O mesmo aconteceria a 11 de Dezembro com

<sup>592</sup> Roiz, Joaquín del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume ..., p. 184.

<sup>593</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 36 – 36 v.

a entrada de um novo título de dívida pública,<sup>596</sup> o qual foi saldado definitivamente a 18 de Maio de 1836, correspondendo ao valor de 125.000 réis.<sup>597</sup>

Com o término das Lutas Liberais e com dois grandes textos de referência: a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, o país não ganhou tranquilidade devido, aos diferentes apoiantes das duas.

Os militares mantiveram-se na cidade e o hospital de São Marcos continuou a tratá-los. Em 1838, há notícia de um “grande atraso dos devedores e grande dívida em que está a Fazenda com o curativo dos militares”<sup>598</sup> e demoras grandes, pelo menos de meio ano no anterior caso. Saído o país de uma guerra civil, entrando novamente em convulsões militares, era de se esperar que as despesas do Estado disparassem, assim como as suas dívidas. Em meados de 1838, a dívida era “escandalosa, pois chega a 70 000 Cruzados”, ou seja de 28 contos de réis. Com semelhante dívida, a Santa Casa não se poupou a esforços para conseguir a sua cobrança,<sup>599</sup> pois a não ser efectuada podia colocá-la em risco.

Em Portugal, 1839 foi um ano marcado, por dívidas. O liberalismo como forma de pagar as dívidas públicas, contraía empréstimos, e para pagar empréstimos, contraiu empréstimos. Tornou-se muito difícil o Estado pagar aos credores estrangeiros.<sup>600</sup>

Para conseguir algum dinheiro do Estado, a Santa Casa continuava a ter um agente em Lisboa para controlar o processo de arrecadamento das dívidas contraídas pelo Exército. Durante ou após as Lutas Liberais, José Joaquim Rebelo saiu de cena, entrando no pós guerra as figuras de Alexandre José Ferreira e sua esposa. Alexandre, servia de elo entre a “Secretaria da Guerra” e o hospital de São Marcos para recolher daí os mapas de soldados e tratava da dívida da fazenda para com o hospital, remetendo os capitais para Braga. Inicialmente, não tinham qualquer ligação institucional à Santa Casa, não transparecendo nada mais do que uma forma de voluntariado dos dois. A Santa Casa decidiu a 24 de Julho de 1839 nomeá-los “Irmãos da

---

<sup>594</sup> Não especifica os valores.

<sup>595</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834-1842*, N° 26, fl. 62 v.

<sup>596</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 70 – 71.

<sup>597</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 89 v. - 90

<sup>598</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 175 v. – 176.

<sup>599</sup> ADB, Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Ms. N° 336, fl. 178.

<sup>600</sup> Consulte-se Castro, Armando, “As finanças públicas na economia portuguesa da primeira metade do século XIX”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.), *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume ..., p. 195.



Graça”, pelo que foram aceites de forma gratuita sem terem que pagar qualquer tipo de jóia de entrada.<sup>601</sup> Mais uma vez, um caso similar ao do pagador Justiniano Macedo, que foi feito irmão gratuitamente pelos bons préstimos e também por interesse da Santa Casa. Alexandre Ferreira e sua esposa residiam em Lisboa. O facto do casal morar na capital e provavelmente ser conhecido de algum mesário facilitou a ligação entre as duas partes. O não pagamento do Estado colocava dificuldades à confraria chegando ao ponto de, em 1840, decidir realizar um Lausperene “económico mas decente”<sup>602</sup>, visto que o Estado ainda mantinha uma dívida enorme para com o hospital.<sup>603</sup>

A necessidade de capital na Santa Casa e hospital era de tal ordem, que a instituição enviou uma missiva, em Fevereiro de 1840, ao “governo de Sua Majestade” para que fosse garantida a “Mesada ordinária de 200\$00” para a assistência hospitalar prestada aos militares. Procurava ainda garantir que o Estado pagasse as dívidas pendentes com a assistência aos militares. A carta foi enviada ao agora irmão Alexandre Ferreira, que entrou em contacto com o “Ministro da Guerra”, com o fim de “obter de Sua Majestade a dita Graça.” Em virtude deste esforço ter sido infrutífero, recorreu a Santa Casa a uma nova missiva “em termos mais enérgicos” a 30 de Junho de 1840.<sup>604</sup> A iniciativa resultou, tendo o Estado, em Setembro de 1840, pago as dívidas ao hospital e garantido a “Mesada ordinária”, graças à acção do irmão Alexandre Ferreira.<sup>605</sup>

Em 1841, há notícia que quem executava os pagamentos era o “Tesoureiro Público”, tendo sido pago o valor de uma “Apólice” de 34 375 réis ao hospital, pela qual seriam passados dois recibos.<sup>606</sup>

As pratas dos conventos de Braga, ou pelo menos parte delas, foram depositadas, em 1843, no hospital de São Marcos e “deixada lá porque a Capela do hospital necessitava dela”. Desconhecemos se as pratas deixadas, no hospital, serviram para pagar as dívidas atrasadas do Estado.

---

<sup>601</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 208 v. – 209 v.

<sup>602</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 237 v. – 238 v.

<sup>603</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 232 v. – 238 v.

<sup>604</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios expedidos 1839 – 1863*, N° 714, fl. 2 v.

<sup>605</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios expedidos 1839 – 1863*, N° 714, fl. 3.

<sup>606</sup> ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26, fls. 292 v. – 293.

Após 1843 as fontes silenciam este assunto, todavia, o contexto político interno e o país a caminhar a passos largos para os episódios gerados pela revolta da Maria da Fonte e da Patuleia, é de prever que a dívida se tenha agravado. Em Vila Viçosa, a sua Misericórdia, passava por um braço de ferro com o Estado, com vista a cobrar as dívidas pelo internamento dos militares no seu hospital. Nesse momento, a dívida era tal, que já causava danos nas finanças do hospital, impedindo certas obras e beneficiações de prosseguirem.<sup>607</sup> A avaliar pelo caso calipolense, podemos pensar que o algo de semelhante se passaria em Braga.

Sabemos, porém que cerca de 25 anos mais tarde, no biénio de 1857-1858, o Estado tinha ainda dívidas para cobrar do tempo das Lutas Liberais! A Mesa em funções nesse biénio, queixava-se severamente da perda do “fundo do legado de Sequeira Braga”, que tinha sido instituído para assistência aos pobres no hospital, e que foi sorvido entre 1832-1834, para cobrir as despesas astronómicas com a assistência a militares enfermos. Aguardava a Mesa em funções em 1857, que o Estado desbloqueasse a dívida referente às Lutas Liberais, para conseguir fazer uso do legado de Sequeira Braga para benefício do hospital de São Marcos.<sup>608</sup> Mesmo assim fica-se mais uma vez na dúvida, se realmente o Estado chegou alguma vez a pagar ao hospital de São Marcos a sua dívida.

---

<sup>607</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República ...*, pp. 151 – 157.

<sup>608</sup> Confira-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: A assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV ..., p. 563.

## **Conclusão**

O hospital de São Marcos de Braga entrou no século XIX herdeiro das complicações estruturais do século XVIII, nomeadamente as financeiras, que estavam relacionadas com as quebras do juro real, condicionando severamente a progressão das obras em curso, e novos projectos de obras para beneficiação da instituição. Moveram-se esforços por parte da Mesa e das Juntas para sanear estas dificuldades que, muitas vezes, eram resolvidas graças a alguns beneméritos, que gentilmente ofereciam grandes somas para benefício do hospital. É ainda necessário não esquecer que os legados se encontravam em queda.

O alvará de 18 de Outubro de 1806 ditou o fim de um ciclo vicioso, vivido desde finais do século XVIII, que tendia para a desorganização no seio do hospital. Procurou a Coroa, de forma pragmática e racional, projectar os hospitais das Misericórdias para auxílio de todos doentes, civis e militares. Este alvará fez também melhorias no sentido de acabar com a desorganização existente. Além disso, universalizou a entrada de militares enfermos em qualquer hospital, vendo-se a partir deste momento, o hospital de São Marcos vetado do direito de admissão, sendo obrigado a receber e tratar os militares feridos. Eram os ecos da Guerras Napoleónicas que se faziam sentir em Portugal.

Para responder a essa necessidade fizeram-se novas enfermarias, baseadas no que na época se consideravam os melhores conceitos, apesar de se ter sempre em conta o preço, sem se descorar a qualidade. A cólera, na década de 1830, fez ganhar uma consciência de que espaços apinhados de gente, mal arejados e sem higiene, eram propensos à propagação de doenças. Mesmo assim, as Mesas foram progressivamente aplicando ao longo do século XIX novos conceitos higienistas, demonstrando que os irmãos estavam atentos aos novos progressos da medicina na Europa.

Os restantes hospitais bracarenses, nomeadamente os militares, sempre se provaram ineficazes e os seus serviços de saúde mais penosos para os militares do que propriamente benignos. Um bom exemplo disso, foi o fecho em 1814 do hospital regimental de infantaria N° 3.

Os assalariados da Santa Casa não chegaram para responder a uma tão grande procura da unidade de cuidados de saúde, sendo necessário contratar mais gente. Um bom exemplo, são as “lavadeiras”, que deixaram de tratar da limpeza dos espaços do hospital, surgindo as

“mulheres de limpeza”, cuja função era exclusivamente manter o asseio e higiene dos diferentes espaços, ficando remetido à “lavadeira” a função exclusiva de lavar a roupa e enxoval do hospital.

O barbeiro ganha projecção no hospital, já que em períodos de enchente de militares, os internados pertenciam exclusivamente ao sexo masculino. E por consequente, a sua perícia em afiar as lâminas de barbear, foi aplicada em afiar os instrumentos cirúrgicos para cirurgias aos homens da guerra.

Ainda na esteira dos novos cargos, surgiu um cargo seminal, fruto da mentalidade racionalista do século XIX, o “director do hospital”. Este cargo deriva directamente do cargo de “1º Médico”, contudo, com mais funções. Chegou mesmo a pôr em causa as prerrogativas administrativas do provedor do hospital, pelo que, mediante um convénio se decidiu as funções de cada um. O administrador tinha por objectivo chefiar todo o que fosse relacionado com os tratamentos, assim como os processos terapêuticos, pelo que fazia dele o chefe dos funcionários, tanto clínicos como assalariados. Apenas teria de responder perante o provedor do hospital. Isto demonstra claramente novos conceitos organizativos, baseados num pragmatismo administrativo, com vista a obter-se uma gestão mais eficiente, assim como, uma organização e cadeia de comando mais diligente.

Com o decorrer da entrada dos militares, surgiu um novo cargo, ainda que efémero, o escriturário, que tinha como função executar as listas de militares feridos. Era um cargo que exigia grande responsabilidade, pois obrigava a muita atenção na execução das listas, na medida em que, se houvesse erros de contabilidade, a Santa Casa perderia dinheiro. Por outro lado, erros que envolvessem militares, poderiam gerar imbróglis com o Exército. Nos períodos de grande enchente de soldados, nomeadamente no tempo das Lutas Liberais, houveram imensos erros de escrituração, gerando-se um aluvião de críticas do exército ao trabalho dos escriturários.

A nível dos materiais, conheceu-se uma grande preocupação com a aquisição de camas, o que é compreensível, na medida em que foram construídas novas enfermarias, para dar resposta à pressão que os militares doentes faziam sobre o hospital.

A primeira metade do século XIX, com a entrada de militares, compeliu o hospital a aumentar as suas dimensões, assim como a sua capacidade de lotação, do mesmo modo que aumentou a experiência nos profissionais de saúde e funcionários, ao receberem um número tão elevado de doentes.

A vinda de um militar para o hospital de São Marcos era sempre um processo moroso, isto se não fosse até penoso. O mau estado das estradas e os meios disponibilizados pelo Exército para o transporte eram além de lentos, condicionados pelos meios de comunicação. O melhoramento de vias, operado desde a década de 1830, condicionou naturalmente a entrada de militares, aligeirando as penosas viagens, assim como também deve ter aumentado o fluxo de militares enfermos que procuravam auxílio hospitalar na instituição. O internamento não era diferente do de um civil. O militar teria, no entanto, de ter um documento passado pelo seu comandante ou entidade competente para se internar. Além disso, o hospital era obrigado a cumprir as dietas presentes no regulamento para os hospitais militares de 1813. Sempre foi notória a resiliência da Santa Casa em cumprir tais dietas. Também neste aspecto o hospital teve de se adaptar. A Santa Casa chegou mesmo, por motivos de ordem económica, a procurar preços mais em conta. Apesar de todos os constrangimentos, a Santa Casa e o hospital provaram ter uma administração eficiente e relativamente flexível face à adversidade.

Os internamentos, contudo, nem sempre foram pacíficos. A sociedade castrense era dotada de diferenças entre si, pois integrava oficiais e subalternos. A ineficácia, ou incúria do Exército em colocar uma sentinela no hospital, levava a imensos abusos por parte dos militares. Conheceram-se casos de agressões a funcionários e distúrbios. Além disso, houve mesmo rixas entre militares no seu interior. O hospital viu o seu quotidiano alterado, tendo os doentes assistido a cenas insólitas.

Outro factor comum, esteve relacionado com a utilização do hospital como como trampolim para a deserção, ou então, como escusa ao serviço, mediante um internamento. As autoridades militares sempre se mostraram frouxas, sendo as principais responsáveis por este tipo de atitudes, nunca se preocupando, em impor a ordem junto dos seus no hospital de São Marcos.

O pico das entradas convergiu com os grandes eventos bélicos: Guerra Peninsular, Lutas Liberais, revolta da Maria da Fonte, e Patuleia. A maior entrada de militares, parece ter sido durante as Lutas Liberais, pelo que obrigou a Santa Casa de Braga a recorrer às instalações do convento do Pópulo para aí instalar um “hospital de sangue”. Esse teve existência efémera, sem contudo, ter tido uma gestão e actuação eficazes. Durante a revolta da Maria da Fonte, o hospital recebeu grande número de civis, que sendo guerrilheiros, entravam pelos mesmos motivos que os militares. Mas como eram civis, não se cobrava pelo seu internamento, nem

mesmo a eles, pois eram todos pobres, razão pela qual, face às severas imposições do governo de Costa Cabral, os fez pegar em armas e formar guerrilhas.

A Santa Casa prestou outros serviços assistenciais a militares. Tal como na sociedade civil, a sociedade castrense também tinha os seus casos de pobreza. A primeira metade do século XIX, foi marcada por poucos soldos, e pagos com atraso, remetendo, muitas vezes, os militares para a pobreza. A Santa Casa, como instituição assistencial, ajudava-os, prestando-lhe serviços que iam desde idas às termas, até mesmo à realização de matrimónios.

Apesar da assistência aos militares ser paga, o Estado, raras vezes, pagou atempadamente à Santa Casa, colocando-a numa situação de embaraço económico. Para aliviar as suas responsabilidades, comumente o Estado pagava sob a forma de títulos de dívida pública, que num Estado em crise, era sempre um imbróglio. A recessão portuguesa no século XIX, motivada em grande parte pela perda do mercado brasileiro e agravada pelas constantes despesas militares, propiciava estes atrasos. Nunca se saberá realmente, se o Estado pagou a dívida referente às Lutas Liberais, que ascendia a números muito elevados.

Mesmo assim, apesar de ter atravessado um Portugal quase em cataclismo, o hospital de São Marcos, desempenhou com valor e grande profissionalismo a sua função de instituição de saúde, sobrevivendo até aos dias de hoje. Neste percurso conheceu alterações profundas, decorrentes da evolução do tempo e da vontade dos homens, mas mantém-se vivo nos nossos dias, tendo, contudo, perdido a denominação de “hospital de São Marcos” como o conhecemos ao longo de mais de quinhentos anos.

## **Apêndices**







**Figura 1** – Uniforme de físico mor, ano de 1806.

Fonte: *Colecção de aguarelas do Coronel Ribeiro Arthur*

in Arquivo Histórico Militar, Edição do Jornal do Exército, 1984, N° 47, 6.







**Figura 2** – Uniforme de facultativo militar, ano de 1837.

Fonte: *Colecção de aguarelas do Coronel Ribeiro Arthur*

in *Arquivo Histórico Militar*, Edição do *Jornal do Exército*, 1984, N° 72, 8.



## Fontes

### Fontes Manuscritas

#### Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Este livro ha de servir para nelle se lançarem as rezoluções de negócios que se resolveram nesta Meza, 1799 – 1806*, N° 22.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1806 - 1817*, N° 23.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1817 – 1826*, N° 24.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1826 – 1834*, N° 25.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1834 - 1842*, N° 26.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos 1842 – 1856*, N° 27.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios expedidos 1839 – 1863*, N° 714.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Registo de officios recebidos e expedidos 1814 - 1833*, N° 715.

Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos da Freguesia da Sé 1813 – 1841*, Braga, N° 351.

Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 1, 1828 – 1836*, N° 226.

Fundo Paroquial, *Livro de Óbitos do Hospital de São Marcos N° 2, 1836 – 1840*, N° 227.

Gomes, João Baptista Vieira, *Memórias de Braga*, Mss. N° 333, N° 334, N° 335, N° 336, N° 337, N° 338 e N° 339.

Maço 4.2.

#### Arquivo Histórico Militar (AHM)

DIV – 1 – 20 – 039 – 14.

DIV – 1 – 20 – 039 – 15.

DIV – 1 – 20 – 039 – 16.

## Fontes Impressas

“Alvará de 18 de Outubro de 1806”, in Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Vol. V, Lisboa, Tipografia Maygrense, 1826 - 1830, pp. 414 – 418.

Guimarães, R. J. O (Editor), *Revista Histórica de Portugal, Desde a Morte de D. João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro*, 2ª Edição, Porto, Tipografia Comercial, 1846.

Manique, Francisco de Pina, *A Causa de D. Miguel*, 2ª edição, Lisboa, Caleidoscópio, 2010 [1868].

Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares*, 1ª Edição, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992.

*Regulamento para os Hospitais Militares*, Lisboa, Impressão Régia, 1813.

## Bibliografia

Abreu, José Paulo, *Em Braga de 1790 – 1805. D. frei Caetano Brandão: o reformador contestado*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997.

Abreu, Laurinda, “O século das Misericórdias”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, 20 (1 - 2), 2003, pp. 467 - 484.

Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999.

Abreizabalaga, Jon, “Enfermidad y rearme “moral” en la Europa de finales del siglo XV: las percepciones del “mal francés” en Ferrara”, in *Acta historica et archeologica medievallia*, 16 - 17, 1995 - 1996, pp. 125 - 142.

Ackernecht, Erwin H., *La médecine hospitalière à Paris (1794 - 1848)*, Paris, Payot, 1986.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias*

- da discriminação social. Actas do Congresso Internacional de Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 335 – 356.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 2010.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI – XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI – XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, dis. de doutoramento policopiada.
- Araújo, Maria Marta Lobo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750 – 1870)*, Braga, CITCEM, 2011.
- Assis, José Luís, “Cirurgiões e cirurgia nas campanhas peninsulares”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 791 – 822.
- Barata, Manuel Themudo, “A Subversão organiza-se a nível nacional” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3, Lisboa, Circulo de Leitores e Autores, 2004, pp. 164 – 174.
- Bebiano, Rui, “Organização e papel do Exército” in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 252 – 263.
- Bonifácio, Maria de Fátima, “A emergência do radicalismo (1800 – 1834)”, in Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro de, *Memória de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 245 – 300.
- Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, 3ª Edição, Lisboa, Texto Editora, 2010.
- Bonifácio, Maria de Fátima, *História da Guerra da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

- Capela, José Viriato Eiras; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *O Heróico Patriotismo Das Províncias do Norte: Os Concelhos Na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2008.
- Capela, José Viriato, *A revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
- Carlos Vieira, “Manuel Gião, um historiador militar”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 267 – 297.
- Carvalho, Manuel Jorge Pereira de, “O serviço de saúde militar na campanha do Rossilhão e Catalunha (1793 - 1795)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 495 – 547.
- Castro, Armando, “As finanças públicas na economia portuguesa da primeira metade do século XIX”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (coord.), in *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 189 – 201.
- Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*, Volume IV, Braga, Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008.
- Cerezales, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, 1ª edição, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2011.
- Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (1)*, Osprey Publishing, 2000.
- Chartrand, René, Coleção *Men at Arms 356, The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2)*, Osprey Publishing, 2000.
- Cruz, Manuel Braga da, “As relações entre a Igreja e o Estado liberal – do «cisma» à Concordata (1832 - 1848)”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (coord.), in *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do*



- século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1º Volume, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 223 – 237.
- Cruz, Manuel Braga da, “A defesa de Braga, na segunda invasão francesa: o combate de Carvalho de Este”, in Oliveira, Valente de (coord.), *O Porto e as Invasões Francesas 1809 – 2009*, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 277 – 301.
- Doncel, Juan Aranda, *Historia del hospital de Jesus Nazareno de Castro del Rio (1741 - 1991)*, Córdoba, Delegação de Cultura do Ajuntamento de Castro del Rio e Área de Cultura da Deputação Provincial de Córdoba, 1992.
- Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, “A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura e Esteves, Alexandra, (coord.) *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI - XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 127 – 147.
- Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732 – 1870)*, Vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2010, pp. 858 – 859, dis. de doutoramento policopiada.
- Esteves, Rui Pedro, “Finanças Públicas”, in Lains, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira da (Org.), *História Económica de Portugal 1700-200, O Século XIX*, Volume II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 305 - 333.
- Faria, Manuel Mouta, *Os cornos do auroque – raças de bovinos no Entre Douro e Minho*, Edição on-line, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007.
- Ferreira, João José Brandão, “O serviço de saúde militar no princípio do século XXI em Portugal”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 133 – 219.
- Ferreira, Luís Augusto, *História do Exército Português*, Lisboa, Inquérito, 1945.
- Gameiro, Aires “Assistência integral nos hospitais militares à luz dos compromissos, constituições, alvarás régios e regulamentos”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros*

- de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 407 – 430.
- Hofschroer, Peter, *The Hanoverian Army of the Napoleonic Wars*, Osprey Publishing, 1989.
- Lopes, Maria Antónia, “As Misericórdias de D. José ao final do século XX”, in Paiva, José Pedro (Coord. científica), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 79 – 117.
- Mourinho, António Rodrigues “Hospital Real de São João de Deus de Miranda do Douro”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 301 – 327.
- Nunes, António Pires, “A segunda invasão francesa” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 2004, pp. 73 – 86.
- Pacheco, Elsa, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES. Dis. de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- Pereira, Ana Leonor; Pita, Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, in Mattoso, José (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 97 – 122.
- Pita, João Rui e Pereira, Ana Leonor, “Doenças venéreas: Do século XIX ao século XX medicamentos de Ribeiro Sanches a Fleming”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 359 – 380.
- Ruiz, Joaquín del Moral, “La Hacienda portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen”, in Pereira, Miriam Halpern; Melo Ferreira, Maria de Fátima Sá e; Serra, João B. (Coord.) in *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações*

- ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1º Vol., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 175 – 179.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500 – 1800*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Silva Ribeiro, António Magalhães da, “A Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os enfermos militares (séculos XVI-XVIII)” in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 669 – 685.
- Silva Ribeiro, António Magalhães da, *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI – XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, dis. de doutoramento policopiada.
- Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues, “Joaquim Xavier da Silva e o Breve Tratado de Higiene Militar e Naval (1819)” in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 905 – 921.
- Silvério, Silvina e Santos, Cláudia, Santos “A necrópole do Cimo de Vila e o Real hospital Militar de São João de Deus (Penamacor): Resultados preliminares (Séculos XVII - XIX)”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 221 – 248.
- Sousa Lobo, Francisco de, “Saúde nas Linhas de Torres Vedras”, in *Actas do Colóquio de História Militar. O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos irmãos hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 697 – 710.
- Vários, *As Invasões Francesas e a Restauração Nacional de 1808: Programa do Colóquio e Textos de Referência*, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Braga, 2008.

Ventura, António, “Da revolução de 1820 ao fim das guerras civis” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Volume 3, Lisboa, Circulo de Leitores e Autores, 2004, pp. 190 – 227.